



**Luana Martins Santos**

**O legado do encerramento do  
lixão de Gramacho:  
Análise a partir do trabalho das ONG's e seus  
rebatimentos no território**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Valéria Pereira Bastos

Rio de Janeiro  
Maio de 2021



**Luana Martins Santos**

**O legado do encerramento do  
lixão de Gramacho:  
Análise a partir do trabalho das ONG's e seus  
rebatimentos no território**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

**Profa. Valéria Pereira Bastos**

Orientadora  
Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Prof. Rafael Soares Gonçalves**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Maria Auxiliadora Ramos Vargas**

Universidade Salgado de Oliveira (Juiz de Fora/MG)

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

## **Luana Martins Santos**

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2011. Participou do Laboratório de Estudos Urbanos e Ambientais (LEUS), em 2019 e 2020. Membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Socioambientais e Comunitários (GRIPES).

### Ficha Catalográfica

Santos, Luana Martins

O legado do encerramento do lixão de Gramacho: análise a partir do trabalho das ONG's e seus rebatimentos no território / Luana Martins Santos; orientadora: Valéria Pereira Bastos. – 2021.

120 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Jardim Gramacho. 3. Lixão. 4. Organizações não governamentais. 5. Território. I. Bastos, Valéria Pereira. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

A todas as mulheres negras, partícipes da história, que lutaram contra o racismo e foram essenciais, para que hoje eu pudesse ocupar o espaço acadêmico. E a todas as mulheres moradoras da comunidade Quatro Rodas em Jardim Gramacho, pois sem elas este trabalho não seria possível. A essas, minha eterna gratidão.

## Agradecimentos

A Jesus Cristo, por ter me ensinado e ancorado os meus passos no caminho do amor, da perseverança, do perdão e da paz. Aos meus pais Luzia e Gilmar, por serem suporte e estarem comigo em todos os momentos. A minha irmã Mayara pelo incentivo e encorajamento.

Ao amor da minha vida, meu filho Pietro, por toda a compreensão e por cada carinho que recebia enquanto produzia este trabalho no computador do meu quarto. Ao meu marido Renzo, sem ele não seria possível ter chegado aqui, já que foi e tem sido o meu principal suporte nos momentos de dor e insegurança, aquele que me incentiva todos os dias a ter coragem para permanecer sendo quem sou, num mundo que insiste ser indiferente a dor do outro. Também agradeço ao Renzo por todos os cafés, almoços e cuidados com o nosso filho para que este trabalho ficasse pronto, além de ser meu parceiro de todas as horas.

À minha orientadora, Valéria Pereira Bastos, por todos os ensinamentos, pela paciência, prontidão, confiança, parceria, prestatividade, competência, comprometimento, puxões de orelha e partilha de conhecimentos, que proporcionaram meu crescimento e amadurecimento, não só acadêmico, mas também profissional.

Aos professores Andrea Clapp, Rafael Gonçalves, Antônio Carlos e Sindely Alchorne, pelos momentos em sala de aula que tanto me auxiliaram neste processo, em especial Andrea e Rafael, pelo acolhimento, amizade, reciprocidade, companheirismo, humanidade, leveza, simplicidade e é claro pelo conhecimento que foi transmitido em excelência. A vocês todo o meu carinho e admiração.

À ex-aluna de mestrado da PUC-Rio Gabriela Braga, que tive o imenso prazer em ser colega na graduação da UFRJ, que não só me apresentou a singularidade da PUC-Rio, mas me acolheu de braços abertos, sendo o meu suporte em todo o processo seletivo e após a aprovação nele. Obrigada pela disponibilidade, por responder os meus áudios mesmo nas altas horas das noites de estudo, por seu carinho, sua amizade e empatia. Sem você, não teria sido possível a conclusão deste trabalho. Na PUC-Rio, tive a oportunidade em conhecer pessoas que levarei para a vida e devo isso a Gabi. Obrigada por sua amizade. Amo você!

Aos meus colegas da turma 2019.1, pelas tardes e noites que compartilhamos conhecimento, em especial aos meus amigos Suzana, Silvia Patrick, Leandro e Felipe, no qual tive a oportunidade de compartilhar as minhas angústias, momentos de insegurança, gargalhadas (que foram muitas inclusive) e alegrias. Gratidão por tanto!

A ONG fixa que me recebeu como voluntária em 2016, que realiza um trabalho excepcional no território estudado. Agradeço a liderança, a coordenação, aos funcionários e voluntários por todo o conhecimento obtido, por estarem entrelaçados a minha história e por toda a contribuição dada a este trabalho.

À minha querida equipe da Organização não Governamental na qual atualmente sou Assistente Social, por acreditarem no meu trabalho e permitirem que eu o exerça de acordo com os princípios que amparam essa profissão. Por me apresentarem à comunidade Quatro Rodas, suas particularidades, riquezas e singularidades. Pelo apoio, paciência e prestatividade.

Às crianças moradoras do território de Jardim Gramacho, que me ensinam diariamente a simplicidade das coisas e que são fonte de inspiração e de luta por dias melhores.

Ao Departamento de Serviço Social pelo acolhimento, prontidão por todo o auxílio e suporte, em especial à Joana Felix, por todo o apoio e dedicação.

E, por fim, mas não menos importante, à CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Resumo

Santos, Luana Martins Santos; Bastos, Valéria Pereira. **O legado do encerramento do lixão de Gramacho: análise a partir do trabalho das ONG's e seus rebatimentos no território.** Rio de Janeiro, 2021, 120p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação tem como finalidade apresentar os resultados da pesquisa que teve como objetivo analisar os impactos das atividades desenvolvidas pelas Organizações não Governamentais no território de Jardim Gramacho, após o fechamento do lixão. O percurso metodológico escolhido foi ancorado na pesquisa de cunho qualitativo, e de forma sistemática e contínua voltou-se para análise documental e bibliográfica, o que possibilitou ampliar o conhecimento a respeito da realidade local, sobretudo no que diz respeito a normativa ambiental que além de determinar o fechamento do lixão, regula outras ações de compensação socioambiental no contexto urbano nos locais que abrigaram vazadouro de resíduos sólidos a céu aberto. Para escuta dos sujeitos envolvidos, utilizamos a entrevista semiestruturada, o que facilitou a complementação das informações obtidas através de documentos, além da observação direta que nos possibilitou não somente conhecer a dinâmica cotidiana, mas também os sujeitos envolvidos, tais como: agentes públicos, lideranças comunitárias, moradores, ex-catadores e catadoras do lixão e ainda trabalhadores das ONGs que atuam no território. O que nos permitiu compreender e identificar dois tipos de ações diretas realizadas pelas ONGS, visto que antes do fechamento, algumas já estavam presentes no território e desenvolviam atividades com os moradores; porém após o término das atividades de catação no lixão, houve um aumento expressivo dessas Organizações, sobretudo as que atuam aos “finais de semana”, ponto que nos instigou a investigar a efetividade e eficácia das ações em prol da melhoria das condições de vida da população residente, considerando que o território é reconhecido pelo estigma do lixo e pelo efetivo bolsão de miséria, gerador de desigualdade social e injustiça ambiental. Sendo assim, acreditamos que os resultados decorrentes da pesquisa, possam contribuir para ampliar discussões futuras e instigar novas pesquisas, no sentido de contribuir para a reestruturação das ações das ONG's, bem como

instrumentalizar os beneficiários dos serviços prestados, no caso os moradores, para um efetivo processo de emancipação.

## **Palavras-Chave**

Jardim Gramacho; Lixão; Organizações Não Governamentais; Território.

## Abstract

Santos, Luana Martins Santos; Bastos, Valéria Pereira (Advisor). **The legacy of the closure of Gramacho landfill: analysis based on the work of NGOs and their impact on the territory**. Rio de Janeiro, 2021, 120p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims to present the results of the research that aimed to analyze the impacts of the activities developed by non-governmental organizations in the territory of Jardim Gramacho, after the closure of the dump. The methodological path chosen was anchored in qualitative research, and in a systematic and continuous way turned to documentary and bibliographic analysis, which made it possible to expand knowledge about the local reality, especially with regard to environmental regulations that, in addition to determining the closure of the dump, regulates other social and environmental compensation actions in the urban context in the places that housed solid waste dumps in the open. To listen to the subjects involved, we used the semi-structured interview, which facilitated the complementation of the information obtained through documents, in addition to direct observation that allowed us not only to know the daily dynamics, but also the subjects involved, such as: public agents, leaders community workers, residents, ex-waste pickers and waste pickers, as well as NGO workers working in the territory. This allowed us to understand and identify two types of direct actions carried out by the NGOs, since before the closing, some were already present in the territory and developed activities with the residents. However, after the end of the scavenging activities at the dump, there was a significant increase in these organizations, especially those that work on “weekends”, a point that prompted us to investigate the effectiveness and efficiency of actions in favor of improving living conditions. of the resident population, considering that the territory is recognized by the stigma of garbage and by the effective pocket of misery, which generates social inequality and environmental injustice. Therefore, we believe that the results resulting from the research, can contribute to expand future discussions and instigate new research, in order to contribute to the restructuring of the actions

of NGOs, as well as to equip the beneficiaries of the services provided, in this case the residents, for an effective emancipation process.

## **Keywords**

Jardim Gramacho; Dump; Non-Governmental Organizations; Territory.

## Sumário

1. Introdução	18
2. Contextualizando o território a partir da ação das ONG's	25
2.1. ONG's e o Estado: enfrentamento das desigualdades sociais	25
2.2. Pensando o território a partir do lugar do lixo	34
2.3. Formas de resistência e suas manifestações no território	38
3. Jardim Gramacho: revisitando a história do lixão e seus desdobramentos	46
3.1. Jardim Gramacho: breve histórico sobre a relação do sub-bairro com o lixão	46
3.2. O fechamento do lixão: consequências tanto para os moradores como para o local	50
3.3. Jardim Gramacho: identificando a intervenção do Estado e das ONG's no território	60
4. As ONG's pela fala dos sujeitos	73
4.1. A visão das lideranças comunitárias a respeito do trabalho das ONG's	73
4.2. A leitura de cada segmento em relação às atividades desenvolvidas e suas consequências	86
4.3. Os moradores de Jardim Gramacho e a "ajuda recebida": conformismo ou resistência?	94
5. Considerações Finais	106
6. Referências Bibliográficas	110

7. Apêndices	114
7.1. Roteiro para entrevista com os Líderes Comunitários	114
7.2. Roteiro para entrevista com os Representantes do Aparelho do Estado	115
7.3. Roteiro para entrevista com os Representantes das ONG's	116
7.4. Roteiro para Entrevista com os Moradores de Jardim Gramacho	117
7.5. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	119

## Lista de figuras

Figura 1 - Mapa de localização do sub-bairro	47
Figura 2 - Barracos em Jardim Gramacho	48
Figura 3 - Lixão Clandestino	52
Figura 4 - Cooperativa de trabalho de Catadores e Catadoras de Duque de Caxias	53
Figura 5 - Lixo descartado pelos moradores, localidade Chatuba	55
Figura 6 - Ponto final da linha de ônibus 16 – Trajeto Jardim Gramacho x Hospital Duque de Caxias	59
Figura 7 - Divisão das regiões de Jardim Gramacho	61
Figura 8 - Visão aérea de áreas do entorno do lixão	63
Figura 9 - Estratégia de Saúde da família à esquerda e o CRAS à direita	65
Figura 10 - Região da Chatuba, onde encontramos lama e resíduos de lixo junto a um barraco em Jardim Gramacho	66
Figura 11 - Rua Tocantins em dias de chuva, principal acesso as regiões Quatro Rodas, Chatuba e Favelinha. À direita, temos mais um lixão clandestino	67
Figura 12 - Manifestação realizada no município de Duque de Caxias em 2017	69
Figura 13 - Doação de cestas básicas realizada em junho de 2020, devido a pandemia	70

## Lista de gráficos

Gráfico 1 - Rendimento catadores de material reciclável (2012-2016)	51
Gráfico 2 - Situação de empregabilidade dos moradores (2020-2021)	52
Gráfico 3 - Escolaridade dos Moradores de Jardim Gramacho	54
Gráfico 4 - Quadro de doenças dos moradores de Jardim Gramacho	57

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais

ACAMJG – Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho

COEP – Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional

COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana

COVID- 19 – Corona Vírus Disease

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

ESF – Estratégia de Saúde da Família

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONG's – Organizações não Governamentais

OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

OSs – Organizações Sociais (OSs)

PIB – Produto Interno Bruto

SEA – Secretaria do Estado do Ambiente

*“Temos que falar sobre  
libertar mentes tanto quanto sobre libertar a sociedade”*  
Angela Davis

# 1 Introdução

O interesse pela realização deste estudo surgiu a partir da minha experiência como Assistente Social voluntária em uma das Organizações não Governamentais – ONGs instalada em Jardim Gramacho sub-bairro do 1º Distrito do Município de Duque de Caxias – Estado do Rio de Janeiro, que abrigou por mais de três décadas o maior lixão da América Latina, e após o seu encerramento, derivou-se inúmeras ações das ONGs fator que me possibilitou o envolvimento profissional e pessoal com os moradores, além de uma participação ativa na realidade local.

O sub-bairro de Jardim Gramacho está localizado em Duque de Caxias, terceiro município mais populoso do estado do Rio de Janeiro, e integrante da Região Metropolitana fundada pela lei estadual complementar nº 20, de 1 de julho de 1974, que também estabeleceu a integração dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara no dia 15 de março de 1975<sup>1</sup>. De acordo com os dados do IPEA (2012), a região compõe a segunda maior área metropolitana do Brasil, perdendo apenas para a grande São Paulo, sendo também a terceira maior região metropolitana da América Latina.

É composta por cinco municípios, os quais estão entre os seis maiores Produtos Internos Brutos do Estado, que além de Duque de Caxias, como já mencionado, conta com as cidades: Rio de Janeiro, Niterói, Nova Iguaçu e São Gonçalo. No entanto, mesmo que haja um desenvolvimento econômico significativo, a região metropolitana possui em sua paisagem os meandros das desigualdades sociais, que podem ser facilmente observados no cotidiano de cada cidade listada. Tais desigualdades, são naturalizadas em seus respectivos cenários e compõem um dos principais ingredientes do que atualmente chamamos de metrópole.

Essas desigualdades expressas pelas inúmeras manifestações da questão social, nos induzem a pensar que determinados espaços, devem ser compreendidos enquanto territórios informais, onde há uma lógica, sobre o que deveria ser identificado como uma área formal e regular e que deve ser considerado enquanto informal e irregular.

---

<sup>1</sup> Lei complementar nº 20, de 1º de julho de 1974.

Gonçalves (2018) ao citar Jacquot (2016), afirma que dentro da lógica de reprodução das grandes metrópoles, o informal aparece articulado, às vezes, mesclado ao formal, produzindo uma variação de regimes de urbanismo e de configurações sociais que compõem e estruturam a cidade, em função dos níveis de práticas informais ali existentes. Independentemente de como definimos o que seria a “forma”, formalidade e informalidade caminham juntas em um mesmo movimento (Morice, 1991, p.145).

O território de estudo é popularmente reconhecido como “Gramacho” ou “território do lixo” e compõe a paisagem do município de Duque de Caxias, que possui o terceiro maior PIB do estado do Rio de Janeiro. Identificado por muitos como um local que foi “esquecido” pelo poder público, o sub-bairro de Jardim Gramacho sofre com a precarização das políticas públicas ofertadas que possam efetivamente modificar a estrutura social do local.

A primeira visita, realizada ao sub-bairro, ocorreu em 2016, e desde então, há um esforço pessoal e profissional em compreender as demandas existentes, sobretudo através da fala dos moradores e das lideranças comunitárias que expressam as vozes das representações coletivas, e, neste caso, me refiro as ONG's e Movimentos Sociais que desenvolvem atividades em Jardim Gramacho.

Atualmente, integro a equipe técnica como assistente social de uma das Organizações instalada no sub-bairro, situada no entorno do desativado lixão que tem por finalidade atender os moradores da comunidade Quatro Rodas, onde o Serviço Social desenvolve atividades a fim de prestar orientações quanto aos direitos e deveres dessa população, bem como viabiliza o acesso aos direitos sociais previstos na política de assistência social dentre outras políticas.

O Serviço Social promove atividades em grupo direcionada às mulheres com o intuito de fortalecer a autoestima que está intrinsecamente ligada ao estigma referente à questão do lixo vinculada àqueles que residem no local e viveram boa parte dependente da atividade de catação, além de estimulá-las, mesmo com todas as dificuldades, a lutarem coletivamente por melhorias em sua comunidade.

Além da atividade profissional, quando possível, participo das reuniões do “Movimento” fundado pela mesma Organização no qual fui voluntária até 2019, e participei de reuniões do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho no período de 2017 a 2019, visto que em 2020, em função da pandemia da Covid-19<sup>2</sup> as reuniões

---

<sup>2</sup> A Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto da doença respiratória causada pelo coronavírus como emergência de saúde pública de âmbito internacional em março de 2020. O Brasil identificou a primeira contaminação pelo novo coronavírus no final de fevereiro de 2020 e até o dia 19 de maio de 2021, a doença levou a óbito 440 mil brasileiros. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>.

presenciais foram suspensas, considerando que uma das recomendações da Organização Mundial de Saúde em relação aos cuidados para evitar o contágio da doença, foi e ainda está sendo no ano de 2021, período que a pandemia ainda perdura, o isolamento social. Portanto, grande parte das atividades presenciais realizadas pelo Fórum, passaram a ocorrer de forma remota. Acreditamos ser de suma importância compreender os impactos sociais, políticos e econômicos ocorridos após o fechamento do lixão realizado no ano de 2012, sobretudo a partir do recorte da presença das ONG's e da resistência urbana e social neste território.

Não à toa, que as ONG'S juntamente com as instituições religiosas, adotaram esse território para realização de ações que se resumem majoritariamente no processo de doações de bens de primeira necessidade. Isso porque, as ações efetivadas pelo poder público presente na região, tais como: às escolas, creches, os postos de saúde e o Centro de Referência de Assistência Social de Jardim Gramacho - CRAS (considerado como grande conquista para o território), são ineficientes, pois não suprem totalmente a demanda da população, fator utilizado como principal justificativa para a presença das Organizações não Governamentais na região.

Com esse sentido, a investigação visa também analisar as consequências dessas ações no sub-bairro após o encerramento do lixão, verificando se a efetiva presença das ONGs está ocorrendo mais no sentido de alavancar processos de transformação ou se estimula cada vez mais a informalidade urbana instalada no território, sem provocar interesse de organização por parte dos moradores, no sentido de buscar garantir seus direitos através da prestação de bens e serviços pelo poder público, assim como a geração de trabalho e renda para aqueles que tinham a catação como referência laboral.

Por outro lado, o que se observa no cotidiano do sub-bairro, é que ao invés de ações efetivas por parte do poder público, registra-se a presença do “poder de polícia” ou “poder de coerção”, por meio das operações policiais de “combate ao tráfico de drogas” ou de “combate ao crime ambiental”, que se justificam pela presença do poder paralelo e dos lixões clandestinos, ambos nos locais de maior precarização social do sub-bairro. Inclusive tais situações já vêm sendo veiculadas pela mídia, como uma das justificativas de pouca ação pública no sub-bairro, conforme declaração do Prefeito Alexandre Cardoso<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/prefeito-se-desculpa-por-descaso-com-moradores-de-gramacho-no-rj.html>>. Bem como em reportagem realizada por alunos da Universidade Federal. Disponível em: <<http://blogs.ufrj.br/bloghumanidade/jardim-gramacho-reportagem-denuncia-descaso-com-moradores/>>.

Os lixões clandestinos, acabam sendo uma das principais fontes de subsistência para os moradores dos bolsões de miséria, identificados dentro do sub-bairro, após o fechamento do lixão ocorrido em 2012, já que as cooperativas locais também, não dão conta de absorver a mão de obra sobrando.

Nesse cenário, os moradores encontram nas ONG's, mesmo que de forma limitada, o acesso a bens e serviços. Visto que se não fosse pelo trabalho dessas organizações, os residentes dos locais mais vulneráveis do sub-bairro não teriam acesso as atividades de: reforço escolar, cursos rápidos de profissionalização, esportes, Serviço Social, Psicologia, atendimento médico e odontológico e, é claro, as doações de bens de primeira necessidade.

Os moradores ao mesmo tempo que usufruem das ações realizadas pelas Organizações não Governamentais, também apresentam queixas sobre a forma como são tratados ou expostos nas redes sociais por algumas dessas. Por isso, também, identificamos características das “formas de resistência cotidiana” defendida por Scott (1985 apud Menezes, 2002), na relação entre as ONG's e os moradores do território, que consiste na complexa relação entre os dominantes, ou seja, os detentores de poder e de bens e serviços e os dominados, os que necessitam de alguma forma alcançar o que lhes é oferecido como estratégia de sobrevivência.

Diante da realidade apresentada, o objetivo da pesquisa, consistiu em analisar as consequências do encerramento do lixão no sub-bairro de Jardim Gramacho, tomando como referência as ações desenvolvidas pelas Organizações não Governamentais, no território, evidenciando as formas como as relações se estabelecem no cotidiano através da resistência urbana e social. O fato de aceitarem as doações também é considerado dentro da proposta de Scott, como um ato de resistência.

Pretende-se ainda identificar se houve alterações ocorridas no território com o fechamento do lixão ou não, a partir das ações promovidas pelas ONGs. Para essa avaliação, ouvi os moradores, líderes comunitários, representantes do poder público que atuam em Jardim Gramacho, e das próprias Organizações não Governamentais, sobre as atividades realizadas, para então verificar para além de avanços ou retrocessos, se vem ocorrendo ou não práticas que expressem a resistência urbana e social por parte dos moradores, ou se somente ocorre a aceitação da ajuda como forma de recebimento do benefício.

Acreditamos que os resultados do estudo poderão contribuir com os movimentos populares local, no sentido de subsidiá-los a partir da sistematização de dados que sirvam para instrumentalizar os grupos na tomada de decisões, além

de ampliar a produção acadêmica a respeito da temática urbana em um território precarizado, principalmente por consequência das questões socioambientais.

Além do aspecto apontado acima, compreender o território de Jardim Gramacho sob ótica da ação das ONGs, será importante também para darmos retorno do alcance do trabalho, sobretudo à comunidade, e aos sujeitos envolvidos na defesa dos direitos da população residente no sub-bairro.

O estudo teve como escolha metodológica a pesquisa de cunho qualitativo, pois nos propiciou realizar uma abordagem efetiva junto aos sujeitos da pesquisa, conforme aponta Minayo (2006) quando enfoca que esta escolha, nos permite identificar e compreender as crenças, as percepções e as opiniões dos envolvidos, garantindo a ampliação de conhecimento a respeito de como vivem, constroem seus artefatos, sentem e pensam a realidade vivida.

Sendo assim, enfocamos que a visão utilizada no processo de análise levou em conta, que tanto o sujeito como o objeto são historicamente situados, impregnados de visões sociais de mundo, ponto fundamental para compreensão das falas dos respondentes, assim como dos processos históricos construídos, levando em conta que a sociedade capitalista é um motor das desigualdades sociais, econômicas, culturais, entre outros aspectos.

Elegemos dentro do universo a ser pesquisado, os seguintes sujeitos: os moradores de Jardim Gramacho da área de Quatro Rodas, lideranças comunitárias do sub-bairro, representantes do poder público instalados no sub-bairro e representantes das ONGs, tanto as que possuem infraestrutura local, como as que esporadicamente efetuam atividades. Isso porque acreditamos, que somente através da escuta das experiências, seria possível obter uma visão ampla da realidade para compreender o cotidiano das ações executadas por essas organizações, a influência delas na vida dos moradores, bem como o nível de interferência na rotina do território em dado período histórico.

Para seleção dos moradores, o recorte geográfico de investigação foi a área dentro do sub-bairro, identificada como “Quatro Rodas”, e a escolha se deu em função de dois aspectos: primeiro porque atualmente trabalho em uma organização ali localizada, o que possibilitou aproximação com os sujeitos envolvidos. E segundo, pelo fato de a grande maioria dos moradores participar das atividades viabilizadas pelas ONG's.

Além disso, foi verificado em trabalho de campo, que a maioria dos moradores tem relação direta com todo o histórico de atividades realizadas no antigo lixão, pois muitos começaram as suas atividades laborais ainda na infância/adolescência e viram de perto o processo do seu fechamento.

Como instrumentos, utilizamos observação direta, e realizamos entrevistas do tipo semiestruturada com abordagens diferenciadas para cada grupo que classificamos: Grupo A - moradores Quatro Rodas, levando em consideração residirem em Jardim Gramacho há pelo menos 10 anos, em função da vivência antes do encerramento do lixão, e posterior vivência com as ações das ONGS. Grupo B - líderes comunitários, devido a vasta experiência na defesa dos direitos e vivência local; Grupo C - Representantes do poder público local. E por fim Grupo D - Organizações Não Governamentais, a fim de entender como esses segmentos compreendem o alcance das ações desenvolvidas no território e quais as propostas futuras.

E para estruturação do estudo, enfocamos que a dissertação é composta por quatro capítulos além das considerações finais. No primeiro capítulo – Introdução – apresentaremos o escopo do trabalho e os elementos fundamentais, ou seja, os motivos que nos instigaram para a investigação e subsidiaram a pesquisa, bem como o caminho metodológico percorrido para chegarmos as análises e considerações, assim como também apresentaremos a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo intitulado: Contextualizando o território a partir da ação das ONG's, faremos uma análise teórica sobre o caminho percorrido pelas ONG's e movimentos sociais do período da década de 80 até os dias atuais, além de ilustrar os meandros do conceito de resistência cotidiana, fundamentado por Scott (1990 apud Menezes, 2002). Procurando em nossa análise, identificar se há ou não expressão dessa resistência na relação da população residente diante do trabalho das ONGs.

No terceiro capítulo intitulado: Jardim Gramacho: revisitando a história do lixão e seus desdobramentos, faremos uma análise do território a partir do processo histórico de funcionamento do lixão até o ano de 2012, período de encerramento, e aprofundaremos a partir da análise dos dados coletados que apontaram às consequências sociais do seu fechamento, tanto para o sub-bairro quanto para os moradores.

No quarto capítulo intitulado: Jardim Gramacho: a partir da fala dos sujeitos, trataremos os resultados da pesquisa realizada a partir da fala dos sujeitos, onde iremos abordar através das informações coletadas, o entendimento a respeito do papel das ONG's em substituição as ações do Estado, além de buscarmos compreender as motivações que as levaram estar presentes em Jardim Gramacho, bem como as consequências do trabalho que vem sendo realizado. E por último, diante das informações e impressões coletadas a partir da escuta com

os moradores e das lideranças comunitárias, buscaremos analisar qual o entendimento deles a respeito do serviço prestado pelas ONGs e como respondem a essa realidade.

Por fim, nas considerações finais, teceremos nossas análises a partir do que foi possível identificar através das diversas falas e da observação direta realizada no decorrer da pesquisa, buscando identificar as questões levantadas inicialmente a respeito dos motivos que levaram as ONGs para o território de Jardim Gramacho, assim como traduzir o que os moradores e lideranças locais pensam a respeito, e ainda responder a partir de algumas constatações em relação ao que representa as ações para os sujeitos envolvidos, seja moradores, lideranças, estado e por fim as Organizações Não Governamentais, sejam as denominadas fixas ou as volantes que prestam serviços pontuais e não estão dentro do território pesquisado.

## 2

## Contextualizando o território a partir da ação das ONG's

### 2.1.

### ONG's e o Estado: enfrentamento das desigualdades sociais

A análise proposta, neste item, buscará realizar um recorte histórico sobre a origem da relação entre o Estado e as Organizações Não Governamentais - ONGs, bem como os seus desdobramentos no contexto social. Iniciaremos recorrendo aos princípios norteadores que sustentaram o surgimento e a trajetória das ONGs no Brasil a partir da década de 70, bem como buscaremos identificar qual o papel do Estado nesse mesmo período, inclusive enfatizando a transição política e econômica da gestão pública que gradativamente foi assumindo um caráter de perpetuação das políticas neoliberais na década de 90, momento em que o vínculo entre as ONGs e o Estado foi intensificado, gerando modificações importantes na estruturação dessas organizações. Momento, inclusive marcado pelo traço expressivo das desigualdades sociais, considerando que o Estado passa a se desresponsabilizar por ações que eram de cunho público, passando a transferir suas responsabilidades para organizações da sociedade civil.

Enfatizamos que apesar de no estudo, apontarmos as Organizações Não Governamentais - ONGs como referência, o termo não é definido por lei, portanto para efeitos de enquadramento legal, aqui serão reconhecidas como entidades privadas sem fins lucrativos, podendo ser identificadas como associações, fundações, entre outras formas de formação legal (que é o caso da grande maioria). Outro aspecto relevante é que, o termo não possui um único significado, pois para Leilah Landim (1998), a expressão surge nos documentos das Nações Unidas no final dos anos 1940 e abre espaço de forma não muito definida, para que essas organizações possam estabelecer consultorias com as Nações Unidas. No cenário brasileiro, o nome tem sido utilizado para caracterizar um conjunto determinado de organizações que nasceram em conjunto com os novos sujeitos dos anos 1970, embora nesse momento, ainda não utilizassem esse conceito. As ONGs consideradas "cidadãs" surgiram no Brasil no período de 1970/80 e tinham como característica o apoio aos movimentos sociais e populares, tendo como pano de fundo a luta contra o regime militar e pela democratização do país.

Segundo Landim (1998), as ONGs através do papel das “assessorias tinham como um dos objetivos principais, o de dar apoio à formação e atuação dos grupos “oprimidos” do campo e das cidades, aos quais pudessem construir uma consciência política, cujos objetivos principais eram os de promover a “conscientização”, a “organização” e a “mobilização”.

Essas organizações recebiam apoio financeiro da cooperação internacional, que segundo Toni (2010), se referiam as fundações e ONG's internacionais, americanas e europeias que no período da ditadura militar ajudaram no fortalecimento dos núcleos democráticos de resistência no Brasil. Nesse período histórico, as Organizações não Governamentais eram caracterizadas pela invisibilidade institucional, pois sua razão de ser era a de estar “a serviço” de setores excluídos da população, além de possuírem um caráter conjuntural enquanto ferramenta a ser possivelmente abandonada e superada pela dinâmica dos movimentos sociais a que se ligavam e um corpo funcional composto de militantes, cujo trabalho era em grande parte voluntário. (Landim, 1998, p. 29).

Sendo assim, a título de contextualização do surgimento e desenvolvimento dessas entidades no cenário social, buscamos a contribuição de Maria da Glória Gohn (2013), que enfoca que nos anos 70/80, as Organizações Não Governamentais eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares que lutavam contra o regime militar e a favor da democratização do país, e nessa fase a preocupação era fortalecer a representatividade das organizações populares, onde muitas delas tinham como finalidade a politização dos grupos organizados, pois tinham um compromisso com o resgate dos direitos de cidadania.

Já no decorrer dos anos 80, em pleno processo de redemocratização do país, portanto, período de mudança de paradigma em relação ao Estado brasileiro, as Organizações mudaram o perfil e ganharam destaque passando a ser posicionar a frente do seu tempo, o que resultou na sua transformação em instituições autônomas e desvinculadas dos movimentos, adotando a perspectiva de intervenção direta no meio popular e não mais se posicionava como executora de atividades de assessoria, o que lhes conferiu um novo protagonismo no contexto social (Castro, 2012, p. 27).

Essas Organizações se especializaram em temas tais como: saúde, educação, violência infantil, racismo, questão ambiental dentre outras questões e passaram a assumir um papel ativo na produção de conhecimento, na democratização de informação e, mais para o final da década 80, passaram a

incidir na efetivação das políticas públicas, assim como a atuar em redes temáticas de abrangência local, regional, nacional e transnacional (Gohn, 2005, p. 89-90).

Em meados dos anos 90, o cenário econômico modificou significativamente, e com isso a prática dos movimentos sociais, sobretudo os populares também sofreu alterações, de igual forma, o que impulsionou transformações nas práticas das ONGs, assim como nos seus planos, planejamentos, mecanismos, formas de atuação, dentre outras práticas, visto que novas pautas foram introduzidas e demandando novas ações nas diferentes áreas, tais como: excluídos de gênero, etnia, idades, dentre outras novas demandas.

Neste sentido, o conceito a ser adotado a respeito das Organizações Não Governamentais será o de entidade com identidade própria e podendo ser reconhecida como:

Organizações com razoável grau de independência em sua gestão e funcionamento, criadas voluntariamente, sem pretender caráter representativo e sem ter como móvel o lucro material, dedicadas a atividades ligadas a questões sociais, pretendendo a institucionalização, a qualificação do trabalho e a profissionalização de seus agentes, tendo a fórmula “projeto” como mediação para suas atividades, onde as relações internacionais – incluindo redes políticas e sociais e recursos financeiros – estão particularmente presentes. (...) Organizações nas quais, finalmente, o ideário dos direitos e da cidadania é marca de peso, permeando e politizando atividades variadas. (Landim, 1998, p. 54-55).

No entanto, com o decorrer do tempo as ações desempenhadas pelas ONGs passaram a ser desconectadas da sua tarefa inicial em relação à parceria com os movimentos sociais e, segundo registro de Dagnino (2002), há um crescente abandono, pois as práticas que as qualificavam originalmente, perderam valor, ocorrendo a ausência de transparência, principalmente na prestação de contas e responsabilização perante a sociedade civil, assim como junto aos setores sociais que representavam, a saber:

A autonomização política das ONGs cria uma situação peculiar em que essas organizações são responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços, mas não perante a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, nem tampouco perante os setores sociais de cujos interesses são portadoras, ou perante qualquer outra instância de caráter propriamente público. Por mais bem-intencionadas que sejam, sua atuação traduz fundamentalmente os desejos de suas equipes diretivas. (Dagnino, 2002, p. 292).

Sendo assim, fica configurado que as novas ONGs, em sua grande maioria, não possuem um perfil ideológico definido, se pronunciam de forma pluralista, defendem as políticas de parcerias público – privada sem fins lucrativos e a ampliação do espaço público não estatal. Grande parte delas foi instituída nos

anos 90 e não possui filiação com movimentos ou associações comunitárias militantes, foram criadas através da iniciativa de empresários e grupos econômicos com discurso semelhante aos das agências multilaterais e outras surgiram por iniciativas de personalidades do mundo esportivo e artístico.

Para Renata Saavreda Castro (2012), tais organizações, atuam na área da cidadania social e incorporam critérios da economia de mercado do capitalismo para a busca de qualidade e eficácia de suas ações, atua segundo estratégias de marketing e utiliza a mídia para divulgar suas ações e desenvolver uma cultura política favorável ao trabalho voluntário nesses projetos, usam a racionalidade instrumental empírica, voltada para a conquista de objetivos imediatos.

Em contrapartida, a autora Célia Regina Pinto (2006), afirma que é possível identificar positividade nas ações de várias Organizações Não Governamentais nas últimas décadas, na arena pública, e que sem dúvida, a participação dessas organizações foi importante e mudou em algumas áreas o patamar das discussões, aproximando as demandas da sociedade civil às instituições públicas competentes, entretanto, consideramos que tal posição não pode encobrir os inúmeros problemas que essas organizações, mesmo as mais poderosas e bem-dotadas financeiramente, enfrentam ou trazem com suas atuações pontuais e descontinuadas.

Para a autora, analisar a presença das ONG'S no espaço público contribui no avanço do conhecimento em três direções: verificar as formas como as ONGs se movem no campo público; discutir as possibilidades e os limites de representação das ONGs diante do Estado; examinar as potencialidades das ações de empoderamento.

Alvarez (1999) ao citar Teixeira (1999), afirma que a ampla profissionalização das ONGs, teve como resultado negativo, o comprometimento do trabalho dessas instituições como a mobilização social, pois as ONGs passam a dedicar uma grande parte de seu tempo na sua nova atuação junto ao Estado.

Evelina Dagnino (2002), enfatiza que o crescente abandono pelas ONG's dos vínculos orgânicos com os movimentos sociais que as caracterizava originalmente, cria um problema em termos de sua transparência, prestação de contas e responsabilização perante tanto a sociedade civil como os setores sociais que pretendem representar. Segundo a autora, a autonomização política das ONGs cria uma situação peculiar em que essas organizações são responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços, mas não para a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, nem tampouco perante os setores sociais, cujos interesses são

portadores, ou qualquer outra instância de caráter propriamente público. Por mais bem-intencionadas que sejam, sua atuação traduz fundamentalmente os desejos de suas equipes diretivas (Dagnino, 2002, p. 292).

Conseqüentemente, tal ação faz com que haja uma mudança no olhar sobre a percepção da visibilidade do trabalho das ONGs que passam a estar relacionadas majoritariamente a um conhecimento específico que advém do seu vínculo (passado ou presente) com setores sociais definidos, do que de uma articulação explícita, ou relação orgânica, entre essas e os portadores desses interesses.

A realização de parcerias entre o Estado e as ONGS, implicando no repasse de recursos, foi questionado por sujeitos que pertencem ao campo participativo e democratizante, como os movimentos sociais, já que as ONGs estariam substituindo o Estado nos mais variados setores sociais e, com isso, contribuindo para as mudanças anunciadas pelo poder público, ou seja, de encolhimento do papel do Estado em áreas sociais. Para além disso, tais parcerias impactaram a capacidade das ONGs de colaborar para uma nova cultura política e para a defesa de direitos. Segundo Maria da Glória Gohn (2005), decorre desse novo papel que muitas passaram a atuar exclusivamente nos projetos focalizados das políticas públicas e perderam, ou passaram para segundo plano, sua função e capacidade de contribuir para uma nova cultura política via intervenções no debate da opinião pública e de atuarem no plano cultural e simbólico, como representantes de sujeitos políticos.

Outro dado importante que gostaríamos de acrescentar, é que nos últimos anos, formou-se uma atmosfera negativa ou uma suspeita generalizada com relação as ONGs. Por mais que essa desconfiança não seja totalmente inconsistente, já que existem algumas entidades filantrópicas duvidosas, ela tem se refletido negativamente sobre todo o campo de atuação dessas organizações.

Nota-se, a intensificação no surgimento das ONGs “cidadãs”, no decorrer dos anos 1980, que consistem nas instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, que tinham como pano de fundo a luta contra o regime militar e a democratização do país. Possuíam como papel fundamental, na prestação de “assessorias”, tendo como uma de suas perspectivas principais a de dar apoio à formação e atuação dos grupos “oprimidos” do campo e das cidades, junto aos quais pudessem construir uma consciência política. Seus objetivos principais eram, assim, os de promover a “conscientização”, a “organização” e a “mobilização” (Castro, 2012 p. 26). O crescimento dessas ONG’s está relacionado a um vasto e diversificado campo de associações civis no país a partir de sua

abertura política em 1985. Ao lado das ONG's cidadãos, surgem novos sujeitos, tais como ONGs criadas por moradores de favelas para atuação nesses territórios, fundações e organizações articuladas por empresas, bancos, redes do comércio e da indústria, ou por artistas famosos (Castro, 2012 p. 32).

Para Gohn (2005), o campo da sociedade civil se pluraliza de tal forma que nele passam a conviver entidades tais como as ONGs "cidadãos" e articulações que buscam a "transformação social por meio da mudança do modelo de desenvolvimento que impera no país, inspirados num novo modelo civilizatório em que a cidadania, a ética, a justiça e a igualdade social sejam imperativas, prioritárias e inegociáveis", e entidades que buscam a mera integração dos excluídos por meio da participação comunitária em políticas sociais exclusivamente compensatórias.

Para a autora, nas últimas duas décadas, a nova filantropia ganha destaque através das ações empresariais a partir de:

critérios vagos de um humanismo liberal, que visa ajudar o próximo, de preferência via trabalho voluntário, criando instituições bastante atreladas às políticas públicas, que falam em nome do social e da coisa pública, mas priorizam, na ação concreta, o atendimento emergencial, sem atuar nas causas dos problemas sociais. (Gohn, 2005, p. 92).

De acordo com Maria Célia Paoli (2002), a proposta de investimento empresarial privado, embora tenha suas nuances que podem ser vistas como positivas, tais como a redução das carências mais básicas de parcelas da população pobre brasileira, retira da arena política e pública os conflitos distributivos e a demanda coletiva por cidadania e igualdade. Conforme ela explica:

Domesticando o alcance político próprio da noção de bens públicos à eficiência dos procedimentos privados de gestão, intervindo de modo pulverizado ao arbítrio das preferências privadas de financiamento, as ações filantrópicas rompem com a medida pública ampliada entre necessidades e direitos e, portanto, não criam seu outro polo, o cidadão participativo que comparece no mundo para além da figura passiva do beneficiário, sombra de quem o beneficia. Ou seja, são ações que se movem longe do amplo debate público que costuma aparecer, em qualquer teoria política moderna, como a fonte de criatividade antagônicas e dialogantes que formam o centro de uma decisão pública e democrática sobre a alocação dos recursos materiais e simbólicos de uma sociedade. (Paoli, 2002, p. 379-380).

Diante das mudanças na relação político-financeira das ONGs "cidadãos" com a cooperação internacional, além de recursos públicos federais, elas passam a acessar, principalmente a partir do final dos anos 1990, começo dos anos 2000, recursos vindos de empresas, institutos e fundações empresariais,

recursos públicos estaduais e municipais e recursos de doadores individuais. Embora essas fontes ainda representem uma porcentagem relativamente pequena dos orçamentos da sua maioria, trata-se das fontes (com exceção dos recursos estaduais, que têm apresentado oscilações) que nos últimos 10 anos têm apresentado maior tendência de crescimento em seu financiamento (Abong, 2010, p. 73).

No que se refere as ações do Estado e a viabilização dos direitos sociais, o começo dos anos 1990 no Brasil é marcado, sobretudo pela implementação e aprofundamento das políticas neoliberais. Os governos federais posteriores à ditadura, especialmente o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; reeleito para o mandato de 1999-2002), buscaram aproximações com setores da sociedade considerados qualificados e eficientes, dentre as quais as ONGs. Em seu governo também foi implementado o Programa Comunidade Solidária, incentivando o voluntariado e as “parcerias” entre o Estado e a sociedade civil (Teixeira, 2002, p. 107-108). Neste momento, ocorre um desmonte do Estado, no intuito de adaptar o país à dinâmica do capitalismo recente e se constata que éramos herdeiros de um Estado endividado e ineficiente, em que o seu papel é reestruturado, passando de um produtor de muitas ações para gestor e repassador de recursos.

Esta reorganização do Estado reverbera de forma significativa na condução da viabilização dos direitos sociais. O Estado, que anteriormente deveria assegurar um papel estruturante para a concretização desses direitos, passa a contar com organizações da sociedade civil organizada na prestação de serviços essenciais como saúde e educação. As políticas sociais são flexibilizadas e desregulamentadas. A pobreza e a desigualdade passam a ser analisadas majoritariamente sob o ângulo da gestão técnica ou filantrópica, ou seja, o debate é ressignificado pela arena pública (política).

Para Evelina Dagnino (1996), uma das grandes consequências deste processo foi a ressignificação da noção de cidadania, havendo uma descaracterização da noção de direitos que lhe é intrínseca na concepção da nova cidadania. De acordo com Vera Telles (1997), os direitos são desvinculados do parâmetro da justiça e da igualdade, deslizando em um campo semântico no qual passam a ser associados a custos e ônus que obstam a modernização da economia, ou então a privilégios corporativos que carregam anacronismos que precisam ser superados para que o mercado possa realizar plenamente suas supostas virtudes civilizadoras (Telles, 1997, p. 1).

Sendo assim, torna-se evidente no discurso da cidadania a escassez de referência a direitos universais ou ao debate político sobre as razões da pobreza e da desigualdade. Se faz referência a um dever de cidadania coletiva, o que parte do princípio de uma responsabilidade compartilhada de Estado e sociedade pela transformação dos problemas sociais. Como parte desse processo, criam-se as Organizações Sociais (OSs) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) em 1998 e 1999, respectivamente.<sup>4</sup>

Se anteriormente, o termo sociedade civil era atribuído aos setores populares enquanto arena política legítima, de viés autônomo, com relação ao Estado, atualmente, o mesmo termo passa a ser identificado através do trabalho das ONGS. Tal redefinição, possui como tendência o esvaziamento das dinâmicas politizadoras que particularizam a tradição associativista das décadas anteriores no Brasil, que convida à colaboração e positividade de interação, diluindo a ideia de conflito ou contradição (Landim, 1999, p. 64).

Da mesma forma, há a redefinição da a ideia de participação, que caracteriza o núcleo central do projeto participativo e democratizante, que consiste:

na constituição de sujeitos sociais ativos (agentes políticos), definindo o que eles consideram ser seus direitos e luta por reconhecimento, assim como uma abertura do Estado a uma participação desses sujeitos nos processos decisórios. Essa concepção não se limita a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, ou mesmo à implementação efetiva de direitos abstratos e formais, sendo concebida como a possibilidade de invenção/criação de novos direitos, que emergem de lutas específicas e da prática concreta. (Dagnino, 1996, p. 108).

Tal redefinição, acontece no intuito de uma mera participação das ONGs na implementação de projetos, em uma perspectiva de maior eficiência ou no sentido de uma “participação solidária”, de ênfase no trabalho voluntário e na “responsabilidade social”, tanto de indivíduos quanto de empresas (Castro, 2012 p. 24).

Segundo Dagnino (2002), a própria lógica da “solidariedade”, a grande “bandeira” dessa participação é redirecionada e despida de seu significado político e coletivo, sobrevivendo a apoiar-se no terreno privado da moral. Esses significados se opõem ao conteúdo propriamente político da participação tal como concebida no interior do projeto participativo, marcada pelo objetivo da “partilha efetiva do

---

<sup>4</sup> A lei que regula as OSs é a nº 9.637, de 15 de maio de 1998. A lei que regula as OSCIPs é a nº9.790, de 23 março de 1999. Esta lei traz a possibilidade das pessoas jurídicas (grupos de pessoas ou profissionais) de direito privado sem fins lucrativos serem qualificadas, pelo Poder Público, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs e poderem com ele relacionar-se por meio de parceria, desde que os seus objetivos sociais e as normas estatutárias atendam aos requisitos da lei.

poder” entre Estado e sociedade civil, por meio do exercício da deliberação no interior dos novos espaços públicos.

Com isso, entendemos que as iniciativas do Estado em repassar a sociedade civil as atribuições que deveriam ser de responsabilidade do próprio Estado, contribuem com o aprofundamento das desigualdades sociais. Entendemos que em locais como Jardim Gramacho, a dinâmica urbana, além de refletir a estrutura capitalista societária atual, também se constitui em um mecanismo específico de reprodução das desigualdades, ou seja, reflete diretamente na oportunidade de participação na distribuição da riqueza gerada:

A estrutura urbana também releva e reproduz as desigualdades no que concerne a distribuição do poder social na sociedade, entendido este como a capacidade diferenciada dos grupos e classes em desencadear ações que lhes permitam disputar os recursos urbanos. Esta capacidade depende do quanto a concentração espacial conduz à sociabilidade indutora da construção de comunidades de interesses. (Ribeiro Junior, 2003, p. 84).

Tal reprodução das desigualdades, faz parte de um cálculo extremamente preciso e necessário para a manutenção de altas taxas de lucratividade, uma vez que a riqueza de poucos ocorre em detrimento da pobreza de muitos e, em casos como os de Jardim Gramacho, da extrema miserabilidade de uma parcela significativa da população, portanto entendemos que embora pareça que o Estado está ausente desses espaços ou até mesmo que áreas de extrema pobreza devem ser interpretadas como locais informais, irregulares, ilegais, marginalizados ou fora do escopo do Estado, de acordo com Rafael Gonçalves, Nicolàs Boutes e Maria Maneiro (2018):

O Estado não está ausente desses espaços, muito pelo contrário, em muitos casos, é um dos autores principais no desenvolvimento e consolidação dessas áreas. O problema ainda em questão é conhecer, com maior precisão, as modalidades específicas de exercício do poder do Estado nos espaços informais: as formas de negociação, de tramitação de conflitos, de construção de “zonas liberadas”, de criação de tributos informais, entre outros. (Gonçalves et al., 2018 p.16).

É importante salientar que não existe fronteira bem definida, delimitando o formal do informal, pois não se trata de “setores” distintos e antagônicos: de um lado o formal e, de outro, o informal, acreditamos que essa distinção não cabe na análise, pois não é possível conceber a questão apenas de forma dualista, para não repetir ações de controle e repressão, pelo contrário, é necessário romper as pretensas fronteiras entre formal e informal que aparecem muitas vezes de maneira fluida e com contornos amplamente variáveis.

Nesse sentido, a informalidade não significa **ausência do Estado e, muito menos, deve ser abordada como algo ilegal (grifo nosso)**. Da mesma maneira, o conceito não deve ser compreendido como um defeito, muito menos como uma doença ou um sinal de falta de desenvolvimento, mas sim como um modo de funcionamento complexo e que responde às suas próprias logicas sociais. (Gonçalves et al., 2018, p.17).

Nesse contexto, a dimensão política da informalidade não pode ser reduzida somente às práticas existentes nos bairros populares, pois concernem também as faixas mais altas da sociedade. Essa perspectiva nos permite alargar as formas de compreensão do que entendemos como informalidade.

Não se trata de analisar os processos políticos somente pela compreensão dos fenômenos oficiais e visíveis, mas de considerar a permeabilidade de tais práticas a realidades mais implícitas, tais como a corrupção, o clientelismo ou os distintos arranjos informais, que por razões diversas não são publicizados nem deixam traços documentais (Gonçalves et al., 2018, p.17).

O grau de tolerância e falta de controle por parte dos poderes públicos se explica muitas vezes por um cálculo político complexo e pode variar de acordo com o contexto histórico (Gonçalves, 2013, p.143).

Portanto, embora o sub-bairro de Jardim Gramacho, seja identificado como um território estigmatizado e de poucas ações públicas, sejam municipais ou estaduais, diante da lógica capitalista, locais ditos “ilegais” e marginalizados são naturalizados nos cenários das grandes cidades para que através da miserabilidade, sejam gerados perversamente os lucros planejados.

Tal análise pode ser capaz de traduzir não apenas o quadro de miserabilidade e suas implicações, que podem ser visualizadas a olho nu, mas nos dará a oportunidade de enfatizar o que é implícito e que também dá concretude a realidade vivenciada, como arranjos específicos de cada território, que não são expostos e que podem ser identificados não só em Jardim Gramacho, mas no município de Duque de Caxias como um todo.

## **2.2. Pensando o território a partir do lugar do lixo**

A ausência de uma resposta efetiva do poder público, assim como a naturalização por parte dos governantes da realidade experimentada pelos moradores de Jardim Gramacho, faz parte de um cálculo político complexo que pode variar de acordo com o contexto histórico. Podemos aqui utilizar como

exemplo, o encerramento das atividades do lixão, que só ocorreu devido a vários interesses, onde o poder público, permitiu o seu funcionamento sem adotar medidas técnicas e ambientalmente adequadas para evitar danos a natureza e a qualidade de vida da população residente no sub-bairro.

De igual forma, não podemos desconsiderar a importância de trabalhar neste estudo o conceito de território no contexto histórico/social, visto que o sub-bairro de Jardim Gramacho é identificado e reconhecido como " O território do lixo" sendo referido aqui, o valor subjetivo no qual o lixo está atrelado. No sub-bairro, a entrada de resíduos sólidos permanece ativa, porém em menor quantidade, onde a população, ainda utiliza a catação como meio de sobrevivência através das cooperativas de materiais recicláveis que são responsáveis pela separação e venda dos resíduos sólidos que serão reaproveitados, assim como de lixões clandestinos que recebem todo o tipo de rejeito, seja este alimentício em estado ou não de decomposição e demais materiais que podem ser utilizados para reciclagem.

Compreender o "território do lixo", tem a ver com a identidade atribuída a Jardim Gramacho, sobretudo ao estigma presente, pois é possível verificar através das redes sociais e dos comentários dos moradores fluminenses, a minimização do indivíduo ao lixo, fator que acreditamos ser fundamental para motivar a presença das ONGS no sub-bairro.

Com isso, entendemos que para aprofundarmos a discussão sobre o papel das Organizações não Governamentais presentes em Jardim Gramacho, além dos pontos já abordados anteriormente, consideramos ser de fundamental importância, a compreensão dos laços relacionais no qual os sujeitos estudados estão inseridos.

Através do trabalho de observação e dos dados empíricos levantados, acreditamos que uma parcela dos moradores de Jardim Gramacho, tenha se habituado a receber as benesses das "ONG's Filantrópicas", sem buscar uma outra maneira de sobrevivência que não esteja atrelada as doações, pois apesar de compreendermos as dificuldades que são encontradas, de acordo com os dados da pesquisa, notamos que o estigma territorial do lixo atrelado a quem reside em Jardim Gramacho, traz implicações ao seu comportamento e que por consequência, motiva as atividades das ONG's.

Apoiadas no conceito de Santos (2006) arriscamos afirmar que tanto para o poder público, como para sociedade civil e, sobretudo para grande parte dos moradores do sub-bairro, Jardim Gramacho, há um reconhecimento simbolicamente e estruturalmente do lugar como o "território do lixo, isto porque:

Não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho: o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (Santos, 2006, p.14).

O entendimento a respeito de território, deve ir além do seu ambiente natural, é preciso existir uma conexão com a sua construção, sua maneira de utilização de bens e serviços que possa agregar os níveis de aproveitamento, onde o indivíduo paulatinamente pode se encaixar e a ele pertencer, além desse movimento o sujeito pode através do convívio social realizar trocas nos níveis materiais e espirituais com os demais que ali convivem.

O estigma é definido enquanto marca ou sinal que designa o seu portador como desqualificado ou menos valorizado, ou segundo a definição de Erving Goffman (2004) “a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social e plena” (Goffman, 2004, p.4). Para o autor, tal característica é um estigma especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito acentuado e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (Goffman, 2004, p.6):

Sugeriu-se inicialmente que poderia haver uma discrepância entre a identidade virtual e a identidade real de um indivíduo. Quando conhecida ou manifesta, essa discrepância estraga a sua identidade social; ela tem como efeito afastar o indivíduo da sociedade e de si mesmo de tal modo que ele acaba por ser uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo. (Goffman, 2004 p. 20).

No caso de Jardim Gramacho, a atividade laborativa desempenhada pela maioria dos moradores está relacionada a catação de resíduos sólidos, seja no passado ou na atual conjuntura, por meio das cooperativas presentes no território, onde grande parte dos moradores tiveram a experiência de trabalhar no lixão. Podemos perceber nos atendimentos realizados ao longo dos últimos cinco anos que, embora muitos moradores se refiram com orgulho ao fato de terem trabalhado na “rampa”<sup>7</sup>, na fala destes mesmos sujeitos, também é possível identificar a tristeza por todos os desdobramentos e implicações que agregam a esses residir no “território do lixo”.

Esse trabalhador/catador é estereotipado, em razão de lidar com aquilo que é indesejável para a humanidade - o lixo, o rejeito, o refugio humano (Bastos, 2014, p .86). O morador de Jardim Gramacho está envolto no processo e construção do sentimento de pertença e na relação do sub-bairro com o valor socialmente dado ao lixo.

São inúmeras as implicações e consequências econômicas, políticas, sociais, morais e emocionais, em residir no “território do lixo”, uma vez que verificamos o descompromisso do poder público, na prestação das políticas sociais básicas, assim como as de natureza ambientais, tais como saneamento básico, monitoramento das ações de remediações do lixão encerrado dentre outras.

Percebemos, que neste momento histórico de pós fechamento do “lixão”, Jardim Gramacho vive um círculo vicioso, ininterrupto, relacionado a maneira como o território é interpretado e experimentado pelas Organizações Não Governamentais que são atraídas pelo histórico de pobreza e pela falta de investimentos governamentais, se configurando como “território do lixo” e todo o seu valor simbólico.

Embora o sub-bairro de Jardim Gramacho faça parte do 3º município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro e esteja localizado há 30 minutos do Centro da capital, a grande maioria dos habitantes do município de Duque de Caxias e da principal cidade do Estado desconhecem a realidade vivida no território. Entretanto, as atividades exercidas no local, ganharam destaque após o lançamento do documentário *“Lixo Extraordinário (2010)”* e devido a ampla divulgação nas mídias sociais do seu fechamento em 2012 através dos veículos de comunicação. Desde então, segundo informações do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, houve um crescimento no número de ONG’s fixas, porém chama atenção o aumento expressivo do número de ONG’s volantes que atraem voluntários para a realização de atividades em Jardim Gramacho, sobretudo aos finais de semana. Tais ações tem o intuito de apresentar ao público interessado, um território que possui uma realidade que para eles é desconhecida, mas que ao mesmo tempo precisa ser experienciada ainda que superficialmente.

Para Ananya Roy (2017), a favela ou locais como os bolsões de miséria de Jardim Gramacho, tornam-se itinerários turísticos, no qual uma parte da sociedade civil possui a curiosidade de conhecer e visitar. Para a autora, tais espaços trazem à tona, a realidade de uma condição humana miserável, mas que ao mesmo tempo pode ser “inspiradora” a quem visita, já que pessoas que vivem na imundície e no esgoto conseguem sobreviver mesmo que em condições de extrema vulnerabilidade social.

Por sua vez, parte dos moradores que vivem em condições sub-humanas no território, passam a ser identificados pelo valor que o lugar que residem ocupa no contexto da sociedade, conforme aponta Santos (2000) quando afirma que:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam. (Santos, 2000, p. 81).

Sustentaremos nossa análise, a partir das contribuições teóricas trazidas, na busca de conjugar elementos que nos propiciarão não somente ampliar estudos já realizados a respeito do território, mas, sobretudo, de trazer a análise de novas singularidades para velhos arranjos locais, pois a realidade pós fechamento do lixão, vem ressignificando e agudizando precarizações de diversas ordens que se expressam tanto pela presença efetiva da informalidade e resistência urbanas, bem como pelo serviço assistencialista das diversas organizações não governamentais presentes no território.

### **2.3.**

#### **Formas de resistência e suas manifestações no território**

A participação dos movimentos sociais como expressão de defesa de direitos sociais é de suma importância nos territórios permeados por bolsões de miséria, principalmente para fomentar discussões e ações que promovam transformações no contexto econômico, social e político em territórios como Jardim Gramacho. Compreendemos que as ONG's em conjunto com os moradores do sub-bairro e suas lideranças, podem e devem executar um papel que contribua com a formação política dos seus habitantes, para que através desse processo, passem a ter conhecimento sobre os seus direitos e deveres e, saibam qual o caminho a ser percorrido para cobrar aos setores públicos responsáveis a execução e implementação de políticas públicas.

Para que possamos definir o que é um movimento social, primeiramente, se faz necessário pontuar algumas questões. A primeira, tem relação com as características dos movimentos sociais e dos grupos de interesses, pois apesar dos dois defenderem causas comuns em determinadas situações, esses componentes, não são suficientes para sua caracterização, visto que os interesses em comum de um determinado grupo é um componente fundamental de um movimento social, porém tal característica não pode ser vista como

suficiente, já que a ação de um grupo de pessoas tem que ser qualificado por uma série de parâmetros para que possam ser tornar um movimento social tais como: a formação de um coletivo social, a necessidade de uma identidade em comum, a aglutinação de interesses, a necessidade de terem antecedentes históricos que partam do princípio em comum das carências ou demandas que reivindicam, articuladas pelos legados da herança cultural que possuem. Os movimentos sociais segundo Gohn (2013) são caracterizados por auxiliarem na construção de um padrão civilizatório que visa o indivíduo ao invés dos interesses do mercado e das políticas neoliberais excludentes.

Uma outra atribuição interessante, pontuada pela autora, diz respeito as ações dos movimentos sociais atuais, pois estão vinculadas ao resgate que se realiza quanto ao caráter e sentido da “coisa pública”, de forma a conscientizar valorização desses espaços. Ao requererem a ética na política e, ao mesmo tempo, realizarem uma vigilância sobre a atuação estatal/governamental, os movimentos conduzem a atenção da população para o que deveria ser dela e está sendo desviado, para o tratamento particular que supostamente estaria sendo dado a algo que é um bem público.

Outra característica identificada por Gohn (2013), é a de que os movimentos sociais têm encontrado espaço em áreas do cotidiano de difícil penetração por outras entidades ou instituições, tais como partidos políticos, sindicatos ou igrejas. Tais iniciativas fomentam aspectos da subjetividade das pessoas, relativo a crenças, valores, dentre outros. Se por um lado, esta influência pode ter pontos positivos, de forma a elucidar e conscientizar sobre os direitos, por outro lado, não podemos ignorar, que intolerância também existe e ela tem estado presente em movimentos fanático/religiosos ou no ressurgimento de movimentos nacionalistas e fundamentalistas, com suas ideologias, geradoras de ódios e guerras.

Os movimentos sociais possuem característica autônoma, ou seja, projetos e interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação:

Desfrutam de um planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica, mas também a proposta de resolução para o conflito que está envolvido; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas tem o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi corrompida. Finalmente, ter autonomia é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas (por isso é grande o número de militantes/assessores de movimentos, advindos de ONGs, que tem adentrado aos programas de Pós-Graduação da academia. (Gohn, 2013 p. 239).

Segundo Gohn, outro aspecto relevante na atualidade é que vários integrantes de movimentos sociais, depois de qualificados, tornam-se professores universitários e voltam-se inteiramente para a academia - ficando o movimento apenas como “objeto” de estudo e pesquisas. As ONGs permanecem como estágios laboratoriais de iniciação participativa estando sempre compostas, majoritariamente, por iniciantes. (Maria da Gloria Gohn 2013)

A partir das considerações acima, optamos por utilizar como referência a definição de Gohn (2013) em relação ao entendimento do conceito de movimento social, a saber:

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (Gohn, 1995, p.44).

Para a autora, os movimentos sociais podem proporcionar uma série de modificações nas esferas pública e privada, por meio da colaboração direta ou indireta na luta política de um país e através da contribuição para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política. Possuem estreitas relações com uma série de outras entidades sociopolíticas como partidos políticos - legais ou clandestinas - igrejas, sindicatos, ONGs, setores da mídia e atores sociais formadores de opinião pública, universidades, parlamentares municipais, estaduais e federais; setores da administração pública.

Cabe ressaltar, que embora os movimentos sociais possam reivindicar internamente as mesmas causas, significa que serão harmoniosos ou homogêneos, pelo contrário, há a existência de conflitos e tendências internas. Porém, as formas como eles se apresentam no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam nos eventos externos, criam um imaginário social de unicidade, uma visão de totalidade na garantia por direitos.

Segundo Gohn (2000), no que diz respeito às lutas sociais os movimentos sociais se estruturam da seguinte forma:

As lutas sociais dão aos movimentos um caráter cíclico. Eles são como as ondas e as marés; vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou da reposição/ conservação do velho. Esses fatores conferem às ações dos movimentos caráter reativo, ativo ou passivo. Não bastam as carências para haver um movimento. Elas têm que se traduzir em demandas, que por sua vez poderão se transformar em reivindicações, através de uma ação coletiva. O

conjunto deste processo é parte constitutiva da formação de um movimento social. Os fatores carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural do país darão a força social de um movimento, gerando o campo de forças do movimento social e uma dada cultura política. (Gohn, 2000 p.13).

De acordo com os apontamentos de Gohn (2005) em relação à trajetória dos movimentos sociais, foi possível entendermos que o território estudado, ainda está em processo de organização da representação coletiva, sobretudo no que se refere à reivindicação pública das necessidades da população. Embora já exista a constituição e atuação do Fórum Comunitário, há a necessidade de intensificação das atividades locais no sentido de viabilizar uma maior articulação com a grande maioria dos moradores de Jardim Gramacho, com os órgãos públicos e as ONG's.

Consideramos após observação direta e abordagem empírica no sub-bairro, que a ausência de articulação, está relacionada a necessidade de intensificação de conhecimento e visibilização do Fórum pela maioria dos moradores. Pois a divulgação das suas ações e reuniões realizadas na sede na sua sede é restrita à rede de pessoas representantes dos grupos que já participam do coletivo.

Há moradores que sabem da existência do Fórum, mas não conseguem compreender a importância da sua participação nesses espaços para a construção da luta comunitária. Há também um certo desconforto por parte do Fórum Comunitário com relação às ONG's, sobretudo as denominadas como "volantes", que de certa forma, não compreendem a complexidade no qual o território foi erguido e, em sua maioria, não vislumbram a luta por mudanças estruturais em Jardim Gramacho. Conforme a fala do Líder Comunitário:

*Então aí a gente entra nos dois tipos de ONG's que tem ali que eu gosto na minha cabeça de categorizar.... Nós temos aquelas ONG's que a gente tem asco, horror que é unânime, que são aquelas que só distribuem cestas e só aparecem no final de semana e depois somem, aquilo dali a gente é muito revoltado com isso [...] Por outro lado, nós temos as outras ONGS que tem fixação no território, né? Essas ONGS aí, oferecem um trabalho de reforço escolar, de hidroginástica, é boa, mas não discute a questão do bairro, da política pública, não discute a relação daquilo ali... de possibilitar que aqueles moradores possam ser protagonistas até o ponto da ONG não precisar mais. (Entrevista LC1 realizada em 20/11/2020).*

Por isso, identificamos na atual conjuntura, que os moradores do sub-bairro, sobretudo, os que residem nas áreas mais precárias, encontraram em seu cotidiano uma forma de sobreviver que foge às características tradicionais de mobilização e resistência apontadas por Gohn (2005). As questões podem ser observadas em pequenas ações que ocorrem no cotidiano, sobretudo na relação com as Organizações não Governamentais como forma estratégica de

sobrevivência no território do lixo. As mazelas sociais encontradas no território também são utilizadas por alguns moradores como meio de acesso a bens e serviços fundamentais tais como: comida, água, remédios, vestimentas, atendimento médico, social, psicológico, dentre outros serviços que serão aprofundadas no capítulo IV que irá abordar de forma detalhada as nuances de resistência local e social.

Diante das formas expressas dos moradores do sub-bairro, consideramos que o conceito de “formas cotidianas de resistência”, proposto por James Scott (1985), nos ajudou a compreender a realidade estudada, já que nele, encontramos os subsídios necessários para compreender o início da formação e articulação dos movimentos sociais no território de Jardim Gramacho, bem como as formas cotidianas de resistência. O conceito foi desenvolvido, inicialmente, no seu livro *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance* (1985), consequência de um trabalho de dois anos de observação participante, no final da década de 70, em uma pequena aldeia da planície Muda, localizada no Estado de Sedaka, Nordeste da Malásia. Menezes (2002) ao citar Monsma (1999), afirma que a aldeia estudada, se debruçava tradicionalmente à agricultura do arroz e as modificações trazidas pela revolução verde, especialmente a utilização de máquinas de ceifar e trilhar, que de certa forma, aumentaram a desigualdade entre os pobres, porque desempregava os trabalhadores da colheita.

Nessa aldeia, os conflitos de classe não se expressavam através de movimentos organizados e de uma série de práticas e representações que foram sintetizadas por Scott (1985 Apud Menezes, 2002) através da noção de formas de resistência cotidiana, que se constituem na luta prosaica, mas constante entre o campesinato e aqueles que buscam extrair trabalho, comida, impostos, rendas e juros dos camponeses:

Estas formas brechtianas de luta de classes têm certos traços em comum. Elas requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; elas sempre representam uma forma de autoajuda individual e, geralmente, evitam qualquer confrontação direta, simbólica com autoridade ou com normas da elite. Entender estas formas de resistência comum é entender o quanto os camponeses fazem “entre revoltas” para defender seus interesses da melhor forma possível (Scott, 1985, p. 29, Apud Menezes, 2002).

Diferentemente dos movimentos sociais, que são expressões institucionais, coletivas, formais, públicas, as práticas cotidianas requerem pouca ou nenhuma coordenação, são informais e muitas vezes ocultas (Scott, 1985, p. 29-33, apud Menezes, 2002). Tanto as práticas cotidianas quanto as dos movimentos sociais

são consideradas pelo autor como formas de resistência. Assim, ele discorda da separação entre “resistência real” e “resistência incidental”:

Resistência real, se argumenta, é (a) organizada, sistemática e cooperativa; (b) guiada por princípios e não-egoísta; (c) tem consequências revolucionárias e /ou (d) incorpora ideias ou intenções que negam as bases da dominação em si mesmas. Atividades incidentais ou epifenomênicas por contraste, são (a) desorganizadas, não-sistemáticas individuais; (b) oportunistas e de auto-satisfação; (c) não têm consequências revolucionárias e/ou (d) implicam na sua intenção ou significado uma acomodação com o sistema de dominação (Scott, 1985, p. 292, apud Menezes, 2002).

O autor entende que esta diferenciação pode ser utilizada para fins de classificação das formas de resistência, mas discorda de qualificar as práticas cotidianas como triviais ou sem consequência (Menezes 2002):

James Scott se propõe a compreender as relações de dominação a partir das interações sociais cotidianas, demonstrando, assim, uma influência do pensamento de Goffman (1985), que estudou a interação social sem muito enfatizar as relações de poder. No entanto, o poder, a dominação e a resistência estão no centro da análise de Scott (Monsma, 2000, p. 101). O autor trata não só de camponeses, mas também de outros grupos ou classes, tais como escravos, servos etnias e povos colonizados. (Menezes, 2002, p. 34).

Menezes (2002) também afirma que as interações sociais são analisadas como uma teatralização, em que os indivíduos se utilizam de diversas máscaras para lidar com situações de poder. Scott justifica esta perspectiva recorrendo à romancista inglesa George Elliot, que defende que não há ação possível sem um pouco de representação (Scott, 1990 p.1, apud Menezes, 2002). Em *Dominations and the Arts of Resistance - Dominação e Artes da Resistência* (1990), o autor desenvolve, de forma mais ampla a noção de formas cotidianas de resistência, propondo entendê-la como uma “transcrição (transcript) pública” e “transcrição oculta”. Assim define:

Eu usei o termo ‘transcrição pública’ como um caminho abreviado para descrever as interações abertas entre subordinados e aqueles que os dominaram (...) Público aqui se refere à ação que é abertamente dirigida à outra parte nas relações de poder e transcrição é usado quase em seu sentido jurídico (processo verbal) de um registro completo do que foi dito. Este registro completo, entretanto, pode também incluir atos não verbais, tais como gestos e expressões (Scott, 1990 p. 2, apud Menezes, 2002).

Na transcrição pública, ambas as partes tendem a orientar suas atitudes por estratégias de respeito, dissimulação e vigilância. A análise dessas atitudes pode ser um caminho metodológico para compreender os padrões culturais de dominação e subordinação (Scott, 1990, p. 4, apud Menezes, 2002).

Então, quanto maior for a distância de poder entre subordinados e dominantes, mais a interação tende a assumir um caráter ritualístico, ou seja, quanto mais ameaçado o poder, mais espessa é a máscara (Menezes, 2002 p. 34). Exemplificando, Scott (1990 apud Menezes, 2002), cita uma frase de um escravo jamaicano: 'fingir de bobo, para ser esperto e inteligente'.

Já a transcrição oculta, é o discurso que acontece fora do palco (offstage), "para além da observação direta de detentores do poder" (Scott, 1990, p. 4, apud Menezes, 2002).

Embora as expressões da transcrição pública sejam fundamentais para a análise das relações de poder, uma questão se mantém como problemática: como saber se elas são uma representação, uma teatralização? Segundo Scott (1990 apud Menezes, 2002), a única forma de resolver esta questão é conversar com o ator "fora do palco", ou seja, distante do contexto hierárquico de poder, para além da observação direta de detentores do poder. Esse espaço "seguro", "livre" é chamado de "transcrição oculta", que consiste em falas, gestos e práticas que confirmam, contradizem ou modulam o que aparece na transcrição pública. Não se trata de uma oposição entre o espaço da necessidade e o da liberdade, ou o contexto do falso e o do verdadeiro, mas antes atos teatrais para audiências diferentes (Scott, 1990 apud Menezes, 2002).

Percebemos essa teatralização entre os moradores de Jardim Gramacho com relação as atividades realizadas por algumas ONG's, sobretudo as organizações que realizam doações esporádicas no território. Percebemos que há um interesse de ambas as partes em que há uma relação de poder, onde por exemplo, há quem esteja com fome e há quem possa doar o alimento que irá saciar a necessidade física. Tais relações, podem conter interesses que são desenhados nos bastidores pelos moradores, ora de forma intencional ora de maneira intuitiva, conforme a necessidade do dia a dia.

Os sinais da resistência cotidiana na relação entre os moradores de Jardim Gramacho com as ONG's, são intensificados após o término das atividades do lixão. Embora os moradores apresentem queixas com relação a maneira que são tratados por algumas destas instituições e não concordem com a forma como algumas fotos são divulgadas nas redes sociais, por entenderem ser de caráter apelativo, ainda assim, se submetem a participar das ações realizadas por essas ONG's, já que nelas encontram uma forma de suprir necessidades que são essenciais. Muitas vezes, há uma encenação por parte dos moradores para obterem o que se precisa (modo público), e após obterem o que necessitam acusam algumas ONG's nas quais se obteve a doação (modo oculto).

Durante a realização das entrevistas, foi possível identificar características da transcrição pública e da transcrição oculta, já que à medida que os moradores de Jardim Gramacho ganhavam confiança para responder as perguntas sobre as ONG's, transitaram do modo público para o modo oculto, ou seja, daquilo que eles queriam transparecer no ato da entrevista (modo público) para o que ouvimos e percebemos diariamente nos nossos atendimentos sociais (modo oculto). No próximo capítulo, traremos as falas que além de exemplificar essas relações, justificam o motivo pelo qual escolhemos o conceito defendido por Scott, que denota não apenas as formas cotidianas de resistência, mas a fragilidade dessas relações bem como a complexidade em que estão interligadas.

### 3

## **Jardim Gramacho: revisitando a história do lixão e seus desdobramentos**

### 3.1.

#### **Jardim Gramacho: breve histórico sobre a relação do sub-bairro com o lixão**

Duque de Caxias é o terceiro município mais populoso do estado do Rio de Janeiro, visto que seu contingente populacional, segundo o IBGE, em 2018, estimava ter cerca de 914.383 munícipes em uma área territorial de 465 Km<sup>2</sup>.

A cidade ocupa o segundo lugar em arrecadação de ICMS do Estado, perdendo somente para a capital, mas, em termos de qualidade de vida, a população caxiense enfrenta um cenário de extrema desigualdade social, visto que ocupa o 1574º no Índice de Desenvolvimento Humano entre as cidades no Brasil e o 18º lugar no ranking nacional de Produto Interno Bruto.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, Duque de Caxias, segundo o IBGE, está entre os mais baixos do Estado do Rio de Janeiro, perdendo apenas para os municípios de Magé e Belford Roxo. No tocante ao saneamento básico, segundo o Instituto Trata Brasil (2020), a cidade aparece em 89º lugar dentre as 100 maiores cidades brasileiras pesquisadas, mais um dado que demonstra que a divisão dos bens produzidos pelo município é extremamente desigual.

Através dos índices apresentados sobre o município de Duque de Caxias é possível identificar a realidade vivenciada pelos moradores do sub-bairro de Jardim Gramacho que experimentam em maior proporção os efeitos da desigualdade social e da negligência pública identificadas no município.

Neste sentido, ressalta-se que o sub-bairro de Jardim Gramacho é pertencente ao 1º Distrito do município de Duque de Caxias, e que segundo registro do IBASE (2005), em termos de moradores, contabilizava-se cerca de 20.000 pessoas, mas, atualmente, não há registros oficiais a respeito desse contingente.

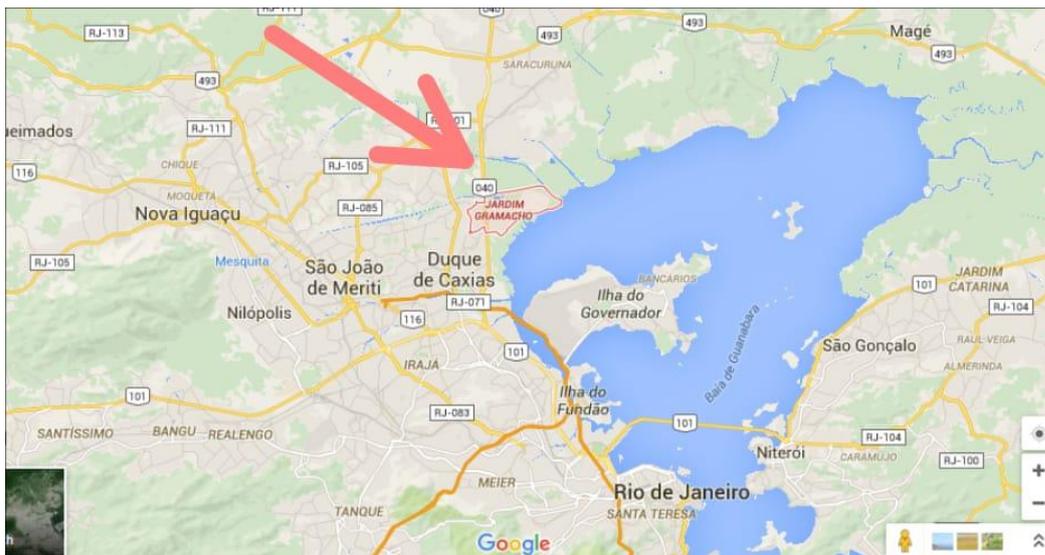


Figura 1 - Mapa de localização do sub-bairro.

Fonte: Google Maps (2021).

O sub-bairro durante 34 anos abrigou o vazamento do lixo a céu aberto e, de acordo com Valéria Bastos (2005) e Lucia Pinto (2004), passou a funcionar desde 1976 sob administração da Companhia de Limpeza Urbana da Cidade do Rio de Janeiro – COMLURB, e durante três décadas, funcionou como o maior lixão<sup>5</sup> da América Latina, embora no período de sua implantação tenha sido classificado como Aterro sanitário<sup>6</sup>, mas em função do não tratamento adequado dos resíduos, acabou sendo desconfigurado e reconhecido como uma área de grande poluição tanto para Baía de Guanabara pelo vazamento de chorume<sup>7</sup>, como pelos gases poluentes, como o caso do metano, que ao contaminar o ar, gerou inúmeros processos de adoecimento da vias respiratórias para população residente.

De acordo com Bastos (2014), no ano de 1995, a COMLURB, responsável pela operação, foi obrigada a tomar providencias e conduzir o processo de recuperação ambiental do espaço de vazamento a céu aberto, o transformando em aterro controlado<sup>8</sup>, bem como foram tomadas medidas sociais para o

<sup>5</sup> Lixão: forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos, que se caracteriza pela simples descarga do lixo sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública.

<sup>6</sup> Aterro Sanitário: Conforme a NBR 8419/1992 da ABNT o **aterro sanitário** é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, minimizando os impactos ambientais.

<sup>7</sup> Chorume: é o líquido proveniente da matéria orgânica em decomposição nos aterros sanitários. Por ser altamente poluente não pode ser disposto diretamente no meio ambiente, pois pode provocar a contaminação do solo, do lençol freático e de corpos d'água. É um resíduo escuro, viscoso e fétido e, também, atrai vetores de doenças, como moscas e roedores.

<sup>8</sup> Aterro controlado: é uma solução intermediária entre o lixão e o **aterro** sanitário, e consiste em uma tentativa de transformar os lixões em **aterros**, minimizando os impactos ambientais associados ao acúmulo de lixo em áreas sem nenhum tipo de tratamento para efluentes líquidos e preparação do solo — justamente as duas.

contingente de catadores que ali exerciam suas atividades laborais de catação de resíduos sólidos de forma insalubre, perigosa e penosa.

Vale ressaltar, que diante da ausência de controle das atividades no lixão, em conjunto com as possibilidades de instalação local, para a atividade de catação e para se manter na região, já que não havia o controle do poder público, agruparam-se no entorno do vazadouro, vários aglomerados habitacionais desarranjados, sem saneamento básico, acesso a água, energia elétrica, enfim destituídos das mínimas condições básicas de habitação, e aos poucos a população foi crescendo e se tornando numerosa e formada, principalmente, por famílias de catadores de material reciclável que descobriram na atividade de catação a única alternativa de trabalho. Como exemplo, destaca-se as seguintes comunidades: Remanso, Chatuba, Favela do Esqueleto, Beco do Saci, Cidade de Deus, Avenida Rui Barbosa, Parque Planetário, comunidade da Paz também conhecida como Maruim, Quatro rodas e Comunidade do Quipapá (Bastos, 2014, p.112).



Figura 2 - Barracos em Jardim Gramacho.  
Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

Segundo Bastos e Botão (2019), a prática da catação, supria mais de 15.000 pessoas inseridas nas atividades diretas e indiretas resultantes da catação, através de uma rede local de serviços e comércio que acolhia os trabalhadores e a população residente. Sendo assim, a circulação de dinheiro e de negócios no território era ativa o que atraia a circulação de inúmeras pessoas para o sub-bairro de Jardim Gramacho.

Para além da viabilidade técnica e ambiental de permanência das atividades do Lixão de Gramacho, os interesses de ordem política e econômica, impulsionaram o poder público na decisão de encerrar as atividades de vazamento de resíduos a céu aberto com a presença de catadores na frente de serviço no ano de 2012, visto que, na ocasião, estavam previstos a realização de inúmeros eventos, tais como: Rio+20 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente), Copa do Mundo de Futebol, Jornada Mundial da Juventude e finalizando com a realização das Olimpíadas, portanto, sob alegação de ter uma cidade ambientalmente correta e sustentável para abrigar os eventos citados, houve antecipação da decisão política, na perspectiva de garantir a melhor captação de recursos para os investimentos.

Contudo, para que o encerramento das atividades ocorresse, obedecendo o contrato que havia sido estabelecido entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro através da COMLURB- gestora do Aterro e a Prefeitura de Duque de Caxias, mais os órgãos do Estado responsáveis - Secretaria do Estado do Ambiente – SEA e o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, mais as lideranças dos catadores \_ Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho – ACAMJG, se fazia necessário a implantação de um projeto visando a reestruturação e reurbanização do sub-bairro que por anos fora castigado em função do grande fluxo de caminhões e carretas para o transporte dos resíduos, assim como pelo próprio despejo de lixo in natura por anos, na garantia de não só promover as ações de compensação socioambiental, mas também na garantia de trabalho e renda para os inúmeros catadores que trabalhavam e residiam em Jardim Gramacho.

Na ocasião, foram realizadas inúmeras ações dentro do sub-bairro envolvendo as lideranças dos catadores, inclusive foi liberado um fundo indenizatório e pago a cada catador a quantia de R\$ 14.000,00, totalizando cerca de 1.700 catadores cadastrados, e, também, foi construído um Polo de Reciclagem com a finalidade da continuidade do trabalho de separação de resíduos e comercialização de forma salubre, organizada e viabilizada pela coleta seletiva.

No entanto, grande parte das atividades previstas no projeto complementar às ações de encerramento do lixão sofreram solução de continuidade, pois na parte de infraestrutura local, para garantir saneamento básico da região, reurbanização, lazer, melhoria de acesso com mais transporte, instalação de um posto de saúde 24 horas, dentre outros serviços, não aconteceram.

### 3.2.

#### **O fechamento do lixão: consequências tanto para os moradores como para o local**

Os impactos provocados pelo encerramento do lixão na vida dos moradores de Jardim Gramacho foram significativos. A presença do lixão no sub-bairro empregava não só os catadores, mas dava subsídios para que outras atividades se estabelecessem informalmente, tais como: as birosacas para venda de alimentos, borracheiros e oficinas mecânicas para consertos dos veículos que transitavam para transportar os materiais reciclados e lixo, barbeiros, vendas de comidas ambulantes, dentre outras pequenas atividades econômicas que geravam ocupação e renda para os moradores das proximidades do lixão. Portanto, trabalhadores da catação ou não, viviam exclusivamente das atividades econômicas relacionadas a economia do lixo e a processos associados.

A Prefeitura do Rio de Janeiro, e demais órgãos públicos envolvidos, chegaram a formular uma proposta de garantia de trabalho e renda através das ditas ações socioambientais compensatórias, porém as propostas não foram satisfatórias. Os pequenos comerciantes locais sofreram com a ausência da freguesia, fator que fez com que o local se transformasse em um vale habitado majoritariamente pelos moradores locais e pelas ONG's, onde o poder público não promove investimentos. Consequentemente, as pessoas, que trabalhavam e residiam nas proximidades do lixão, ficaram sem referências, no que concerne aos serviços laborais e a precarização dos demais serviços, sejam de saúde, saneamento, transporte público, coleta regular de lixo, moradia, dentre outros.

De acordo com os dados coletados por Valéria Bastos e Fábio Figueiredo (2018), é possível observar o cenário comparativo de rendimentos obtidos pelos catadores no ano de 2012 em relação a 2016:

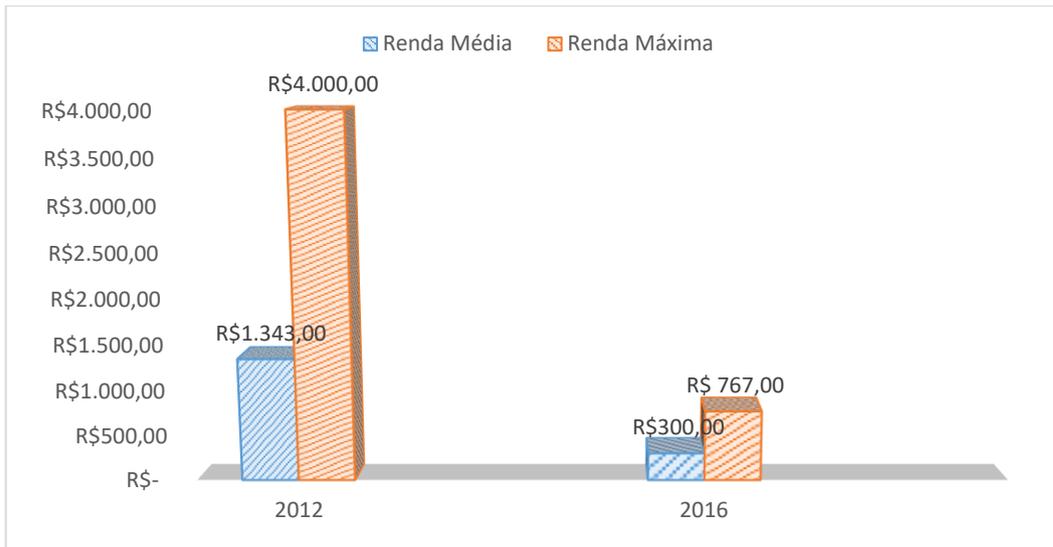


Gráfico 1 - Rendimento catadores de material reciclável (2012-2016).  
Fonte: Bastos & Fonseca (2016).

Conforme o Gráfico 1, é possível identificar uma perda significativa nos rendimentos mensais dos catadores a partir do encerramento do lixão. Até o ano de 2012, a renda média familiar era de aproximadamente R\$ 1.343,00, havendo não raramente casos de ultrapassar os R\$ 4.000,00 de renda máxima; porém a renda média dos trabalhadores do Polo de Reciclagem, no ano de 2016, era de R\$ 300,00, sendo bastante inferior ao salário mínimo nacional da época, que era de R\$ 880,00 e, raramente ultrapassando os R\$ 767,00 de renda máxima. (Bastos & Figueiredo, 2018, p.63).

No período de 2020 a 2021, a Organização Não Governamental no qual exercemos atividades laborativas, devido as intervenções realizadas por causa da COVID-19, realizou a coleta de dados, que demonstram a situação econômica, de saúde e social, de 80 famílias residentes nas localidades que possuem quadro de vulnerabilidade. São elas: Quatro Rodas, Chatuba, Remanso, Maruim e Avenida Ruy Barbosa. A partir dos dados coletados, foi construído o Relatório Social Ações COVID-19 que nos dá subsídios para analisar a situação atual do público residente no entorno do lixão.

Identificamos que 48% das famílias dependem exclusivamente dos benefícios governamentais como o bolsa família e o auxílio emergencial e de forma complementar, para suprirem as suas necessidades, precisam das doações realizada pelas Organizações não Governamentais. Conforme demonstra o Gráfico 2:

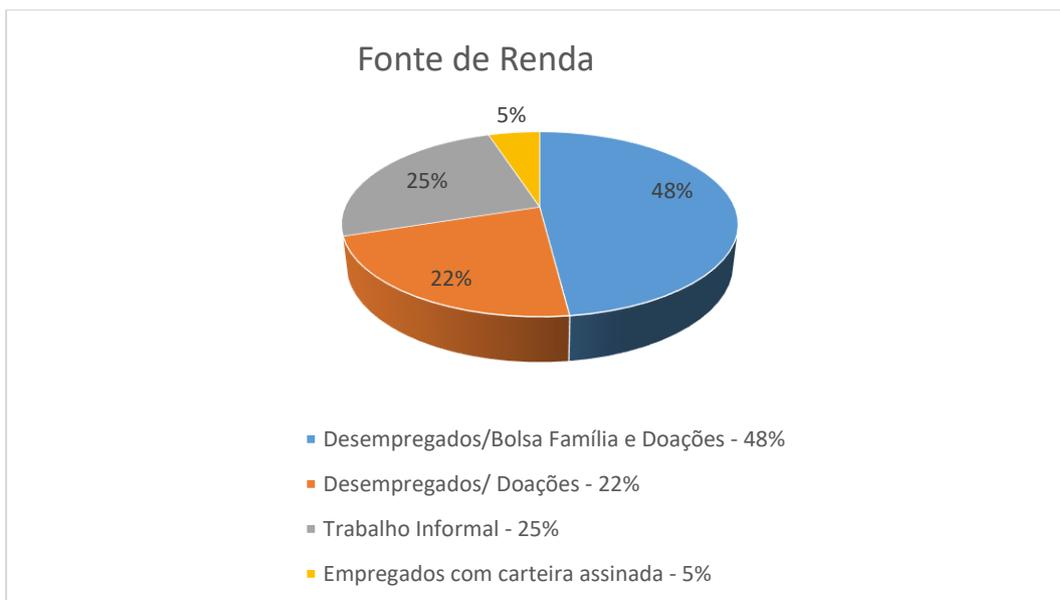


Gráfico 2 - Situação de empregabilidade dos moradores (2020-2021).  
Fonte: Relatório Social Ações COVID-19 (2020/2021).

Conforme os dados acima, 25% dos provedores familiares executam as suas atividades laborativas no mercado informal, onde 50% desses, trabalham nas cooperativas de Jardim Gramacho e recebem em média R\$600,00 mensais. Já a outra metade, trabalha nos lixões clandestinos e conforme demonstra a figura abaixo, os locais não possuem a menor infraestrutura, ficam a céu aberto em condições de trabalho análogas ao antigo lixão, porém com uma quantidade de materiais muito reduzida para fazer a separação. Os trabalhadores dos locais clandestinos recebem em média R\$400,00 mensais. Na figura 4, podemos observar um destes locais:



Figura 3 - Lixão Clandestino.  
Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

Vale ressaltar que o número de material reciclável que é enviado ao sub-bairro diminuiu significativamente devido a pandemia, portanto este percentual de trabalhadores está em contínuo declínio, o que faz com que a situação de miserabilidade aumente cotidianamente. Dentre as famílias entrevistadas, conforme demonstra o gráfico, há aqueles que não trabalham e não recebem o bolsa família e sobrevivem exclusivamente através das doações das ONG's que correspondem a 22% dos moradores atendidos. Os que trabalham com a carteira assinada correspondem a apenas 5% dos atendimentos sociais realizados e recebem em média R\$1,200,00 mensais. As famílias sobrevivem com uma renda mensal de R\$193,00 (média do valor pago pelo Bolsa Família), sendo que cada família é composta em média por 5 pessoas, o que daria uma renda per capita de R\$38,60 por pessoa. Na figura 3, podemos observar a foto de uma das cooperativas do sub-bairro, que fica localizada na Avenida Ruy Barbosa que, além de ser a via principal do território, é utilizada como a principal via de entrada e saída do local.



Figura 4 - Cooperativa de trabalho de Catadores e Catadoras de Duque de Caxias.  
Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

De acordo com Figueiredo & Silveira (2016):

Ainda que o ciclo de vida dos resíduos gerados pela/na sociedade, sejam fundamentais na reorganização do encaminhamento e finalização do ciclo, os catadores(as) de materiais recicláveis ainda são tratados como párias do mercado de trabalho e desta própria sociedade, possuindo suas atividades atreladas às iniciativas de uma administração pública que pecou na instrumentalização dos dispositivos legais, que há alguns anos, desde 2010, tenta inserir esta população, mas não promoveu medidas eficazes para inclusão sócio produtiva efetiva que

garantissem o real reposicionamento laboral desses trabalhadores (Figueiredo & Silveira, 2016, p. 17).

Os dados também demonstram que os programas advindos da política pública de assistência social, que visam sanar as demandas dessa população, se mostram ineficientes, já que não vêm cumprindo, de forma efetiva, as mínimas necessidades na área social para aplacar as inúmeras questões que impedem melhores condições de vida para esses trabalhadores (Bastos & Figueiredo, 2018, p. 63). Um dos fatores que poderia ser mitigado, por meio dessas políticas tem relação com a escolaridade dos catadores.

De acordo com os dados do Relatório Social Ações Covid-19 (2020/2021), nos bolsões de miséria de Jardim Gramacho, há uma quantidade expressiva de analfabetos que compõem 25% do total dos representantes das famílias entrevistadas. Segundo dados do analfabetismo nacional divulgado pelo IBGE 2018, a taxa de analfabetismo brasileiro é de 6,8%, ou seja, os assistidos dos bolsões de miséria de Jardim Gramacho têm o percentual 3,6 vezes maior que o percentual da média nacional. No que tange ao ensino fundamental incompleto, 61% dos moradores abandonou os estudos nos primeiros anos, ou seja, do 1º ao 5º ano letivo. A média escolar da população brasileira que não terminou o ensino fundamental corresponde a 33,1%. Mais uma vez, como se pode notar, a média de Jardim Gramacho é quase duas vezes maior que a média nacional. Apenas 2% das famílias conseguiram concluir o ensino médio contra 47,4% de conclusão do mesmo nível na média nacional. 5% possuem o ensino médio incompleto contra 12,5% da média dos demais brasileiros. Conforme demonstra o Gráfico 3:

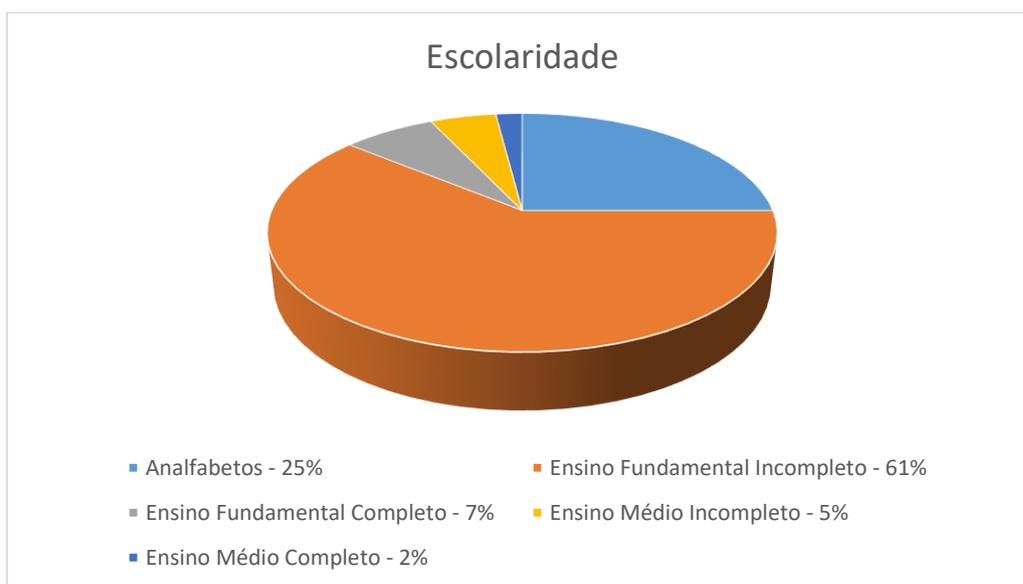


Gráfico 3 - Escolaridade dos Moradores de Jardim Gramacho.  
Fonte: Relatório Social Ações Covid-19 (2020/2021).

A pesquisa realizada pela ONG TETO (2013) apontou que nos bolsões de miséria de Jardim Gramacho cerca de 91,6% das casas são predominantemente de madeira, grande parte dos banheiros dessas residências estão a céu aberto. Em relação a luz elétrica, 93,6% das casas possuem o fornecimento elétrico de forma irregular, 74,8% das casas não possuem água encanada e os 25,2% que possui encanamento é originado de ligações clandestinas.

As condições de saneamento básico do território de Jardim Gramacho não apresentaram nenhuma melhoria após o fechamento do lixão. Os dados obtidos entre 2020/2021, reforçam os dados fornecidos pela ONG TETO em 2013, onde os bolsões de miséria do sub-bairro permanecem em situação de escassez de água encanada, o serviço de luz elétrica e extremamente precarizado e as ligações clandestinas, na grande maioria das vezes, são única forma de obter energia elétrica. Não há um sistema de esgoto no qual os dejetos possam ser depositados longe da população e em segurança ambiental.

Grande parte dos domicílios tem a fossa rudimentar como forma de rejeito. De igual forma, a coleta de lixo não ocorre de maneira eficiente e maioria dos rejeitos é depositada a céu aberto em terrenos baldios, conforme demonstra a Figura 5:



Figura 5 - Lixo descartado pelos moradores, localidade Chatuba.  
Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

De acordo com fala dos moradores que residem no entorno dos locais vulnerabilizados, a situação de limpeza da região piorou bastante após o término das atividades do lixão, já que a grande movimentação que ocorria no território, fazia com que houvesse minimamente um serviço de coleta que era realizado frequentemente no entorno do lixão. Com o seu fechamento, o descarte do lixo que não pode ser reaproveitado, ocorre nos espaços vazios e terrenos baldios. Conforme o relato da moradora M3:

*Não era assim. Você acredita que isso aqui era mais limpo do que hoje? Todos os dias os caras do aterro vinham, limpavam a rua. Depois que acabou lixão ficou tudo abandonado, tudo deserto, muita sujeira na rua. Aqui tinha muito comércio, não tinha esse negócio de doação. Você acredita o morador sentava na calçada e encontrava a rua limpa?* (Entrevista M3 realizada em 09/12/2020).

Alguns moradores relataram nas entrevistas sobre as dificuldades que encontram referente à ausência de saneamento básico, sobretudo no que se refere a água potável. Os residentes relatam gastar em média R\$40,00 por semana com carros pipas que abastecem a comunidade. Lembrando que esses mesmos moradores sobrevivem com a renda mensal per capita de 32,00 por pessoa mês. Conforme o relato da M1:

*Se os governantes pelo menos colocassem uma água na casa dos moradores, um esgoto, porque aqui dentro de Jardim Gramacho, especialmente essa rua aqui (ruas/becos transversais a rua Tocantins) não tem saneamento básico. Ali na frente até tem (uma parte da rua Tocantins), de qualquer jeito, mas tem. Então a gente que mora aqui dentro precisa de um saneamento básico, de uma água encanada, a gente precisa de coisas simples que se tornam valiosas.* (Entrevista M1 realizada em 09/12/2020).

Nota-se na fala da entrevistada que, além da total ausência de saneamento básico em algumas regiões de Jardim Gramacho, há também a precarização do serviço na Rua Tocantins, que consiste na rua principal da região de Quatro Rodas. O local possui pontos de água encanada, porém improvisada pelos moradores que abastecem o local com água da chuva, carros pipa, dentre outros.

De acordo com Bastos e Figueiredo (2018), no que concerne à situação de moradia, constatamos que a política pública habitacional permanece praticamente ausente, portanto, que há registros da má condução por parte da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias em relação ao programa Minha Casa Minha Vida<sup>9</sup>. Através do relatório 2020/2021, observamos que apenas 21% das casas são de alvenaria, tendo em média dois cômodos e 79% das casas são de madeira

---

<sup>9</sup> Programa de habitação popular criado pelo Governo Federal em 2009 e gerido pelas prefeituras. Recuperado de [<http://www.minhavidaminhacasa.com/>].

aproveitada, tendo em média o mesmo número de cômodos das casas de alvenaria. Outro dado importante observado no Relatório Social Ações Covid-19 é de que apenas 21% das casas dos moradores entrevistados são de alvenaria, tendo em média dois cômodos e 79% das casas são de madeira aproveitada, tendo em média o mesmo número de cômodos das casas de alvenaria.

A precarização do saneamento básico, aliada as condições de moradia, juntamente com a ausência de acompanhamento médico preventivo e a poluição do solo desencadeia nos moradores, sobretudo nas crianças, doenças de cunho respiratório. De acordo com os dados do Relatório Social Ações Covid-19 2020/2021, 38% da composição familiar analisada possui algum tipo de doença alérgica, sendo que as crianças compõem 72% desse quadro. No que se refere às doenças crônicas como hipertensão, doenças cardiológicas e diabetes identificamos o percentual de 8,75%. As demais doenças como tuberculose, doenças mentais, obesidade, coluna, compõem 7,5% das doenças apresentadas. Conforme o Gráfico 4:

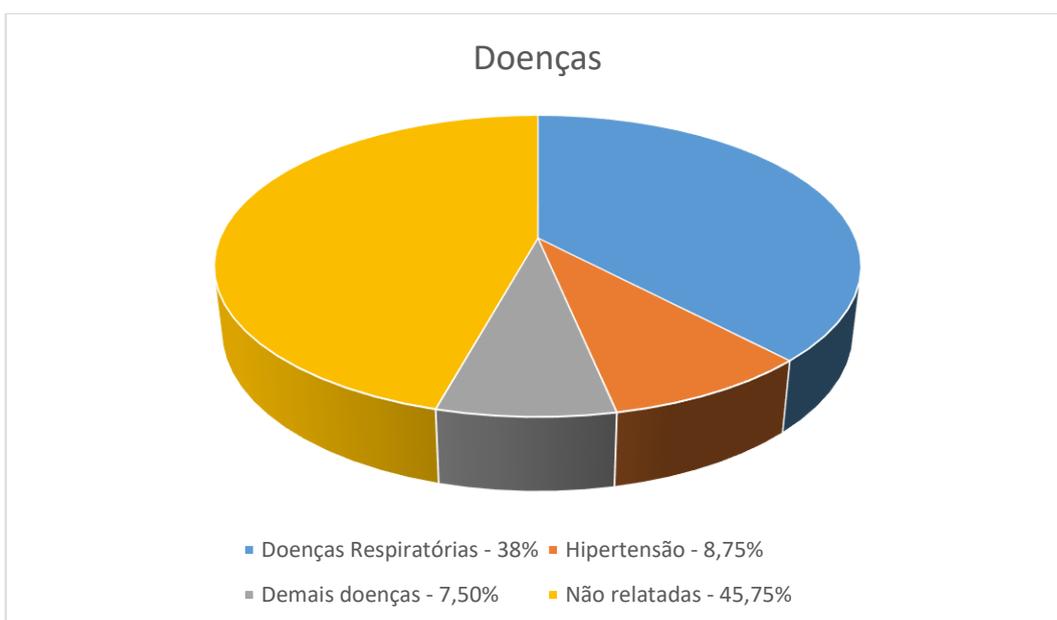


Gráfico 4 - Quadro de doenças dos moradores de Jardim Gramacho.  
Fonte: Relatório Ações Covid-19 (2020/2021).

Chama a atenção o percentual de doenças não relatadas que somam quase 46% dos resultados. Temos a impressão de que devido a precarização dos serviços de saúde, há uma dificuldade na identificação e diagnóstico de algumas doenças, além é claro de sabermos que as condições de insalubridade do local potencializam a proliferação de algumas doenças que nem sempre são diagnosticadas, mas percebidas e encaminhadas aos centros de saúde da região,

tais como: doenças de pele, verminoses, desidratação, dentre outras. É perceptível na rotina dos atendimentos sociais, a quantidade de pessoas doentes e com a aparência “sofrida” devido ao histórico da vida dura no lixão e a luta diária pela conquista de bens básicos como a água e alimentos. Também chama a atenção a quantidade de usuárias do sexo feminino que buscam o auxílio do Serviço Social para cuidados com as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e quase sempre, quando buscam ajuda, já está em estágio avançado. Nota-se também a presença da hanseníase e doenças respiratórias como a tuberculose.

Se o local não possui saneamento básico e a coleta do lixo não aproveitado é ineficiente, a situação de saúde após o fechamento do lixão não favorecerá os moradores que lá estão. Esse território que, ao mesmo tempo, pode produzir certos perfis de saúde e doença é, também, produto de uma organização social maior. Para Samaja (2003), o lugar onde as populações vivem não é um simples entorno que deve ser analisado separado dos agentes sociais que a produzem, e sim, um componente histórico e complexo da situação de saúde de uma população. Segundo o autor o território deve ser analisado de forma dialética:

Analisando de modo dialéctico, el médio adquire um contenido y uma forma, segun los cuales se comporta como condicionante o determinante y opera mediante uma particular dialéctica entre uma parte externa (médio externo) y uma parte interna (médio interno). (Samaja, 2003, p. 119).

Além da questão de saúde, observamos a precarização dos serviços de mobilidade urbana, já que o território possui apenas 3 linhas de ônibus, todas da mesma empresa. São elas: 16 – itinerário Hospital Duque de Caxias x Jardim Gramacho/via Pistóia, 18 – itinerário Olavo Bilac x Cohab (Via Fórum) e 422C – Jardim Gramacho x Central. Na figura 8, podemos observar o ponto final de uma dessas linhas e ao fundo é possível observar o antigo território do aterro:



Figura 6 - Ponto final da linha de ônibus 16 – Trajeto Jardim Gramacho x Hospital Duque de Caxias.  
Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

Concordamos com o pensamento de Janczura (2012) ao dizer que:

Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas, nem de capacidades para adotar cursos de ações/estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares razoáveis de segurança pessoal/coletiva.

A inclusão poderá viabilizar, assim, a melhoria das condições materiais de pessoas, famílias e comunidades, bem como o acesso a serviços públicos básicos (educação, saúde, habitação, nutrição, segurança pública, justiça, cultura e recreação) para esses grupos desenvolverem sua competência, autonomia, autodesenvolvimento e capacidade de ação. Os riscos e as vulnerabilidades emergem de uma multiplicidade de fatores interdependentes. Estratégias para reduzi-los e ampliar a inclusão requerem ações em várias frentes, exigindo o planejamento para que elas sejam executadas de forma integrada e complementar (Janczura, 2012, p. 304).

Sendo assim, através da análise teórica e empírica dos dados, percebemos que atualmente o território de Jardim Gramacho apresenta piora em seu desenvolvimento, sobretudo nas condições de empregabilidade.

As propostas que foram sugeridas após o fechamento do lixão, como a implantação da Coleta Seletiva no Município Sede do Polo e nos outros que depositavam no lixão de Gramacho, com a intenção de ampliar o volume de

material potencialmente reciclável e a partir disso, gerar maiores ganhos para os catadores e catadoras, o que não ocorreu. Ao contrário disso, atualmente, há a carência de implantação da Coleta Seletiva no Município Sede e em quase todos os outros municípios, exceto pelo Rio de Janeiro.

Além disso, há a escassez de material reciclável, o que gera baixa produtividade e conseqüentemente, um déficit nos ganhos mensais.

As medidas propostas pelo poder público após o encerramento das atividades do lixão, tendo em vista que a movimentação ocorreu no período eleitoral, não tiveram continuidade, portanto, identifica-se um total descompromisso público, visto que os gestores não são os mesmos, e os acordos estabelecidos à época sofreram solução de continuidade, no que tange as condições de trabalho e renda, habitação, saneamento básico, dentre outros (Bastos & Figueiredo, 2018, p. 66).

### **3.3.**

#### **Jardim Gramacho: identificando a intervenção do Estado e das ONG's no território**

De acordo com a pesquisa realizada por Cárcamo (2013), identificamos que o território de Jardim é dividido em três grandes áreas, a saber:

1– Área Central – parte inicial da Av. Rui Barbosa, Morro da Placa, Morro do Cruzeiro, COHAB, Praça, Triângulo e Francisco Portela.

2 – Área do Aterro – Final da Rui Barbosa/retão, Parque Planetário, Favela do Esqueleto/Chatuba, Dick e Juriti.

3 – Área de Expansão – Cidade de Deus, Comunidade Paz/Maruim, Beco do Saci e Laminação.

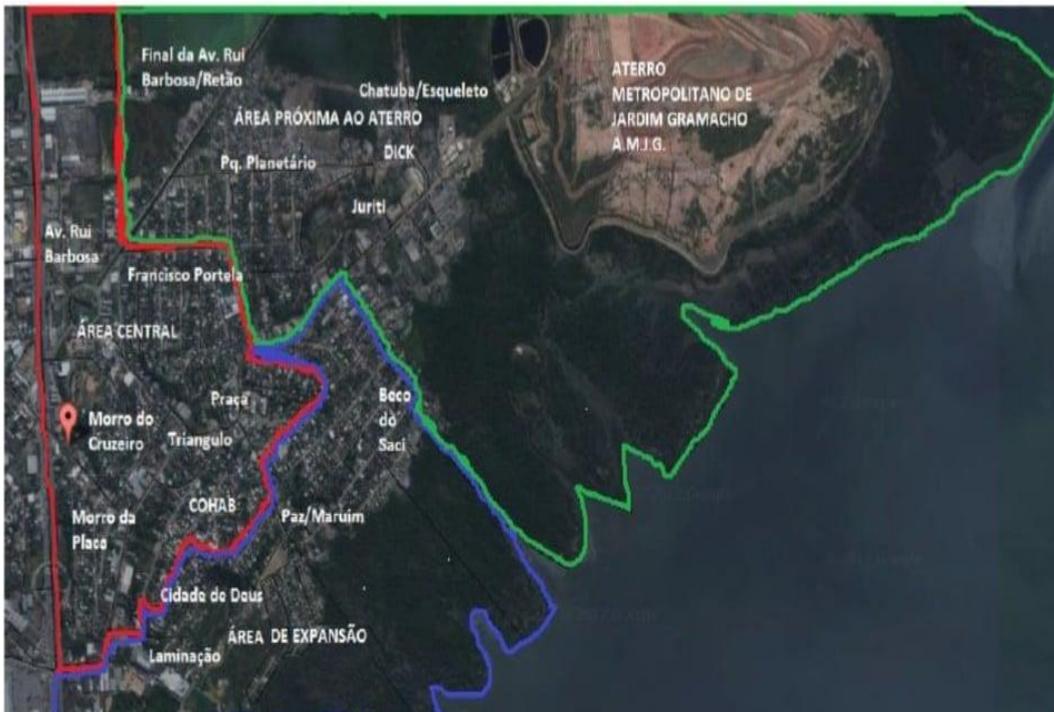


Figura 7 - Divisão das regiões de Jardim Gramacho.  
Fonte: Cárcamo (2013).

Na área 1 Central, fica localizado grande parte do comércio, assim como as escolas e o atendimento de saúde da região. A área 2, que fica no entorno do lixão, é o espaço de preferência das ONG's volantes e fixas, visto que as condições de vulnerabilidade dessa região, atraem as Organizações para esse território. A área 3 de expansão, também é composta por vulnerabilidades, sobretudo no que corresponde ao fornecimento de água.

Identificamos que as ONG's também tomam conhecimento sobre o território de Jardim Gramacho, devido as condições de miserabilidade as quais são identificadas em vários pontos do território. Ao mesmo tempo que as ações podem ser justificadas pelo mesmo motivo. Observe a fala da ONGV1 ao ser questionado como chegou a Jardim Gramacho:

*Questionei aos amigos do futebol que realizavam trabalhos sociais nas favelas da zona sul qual era o "**pior lugar que eles conheciam, o mais carente,**" daí um amigo falou sobre Jardim Gramacho, que esse amigo conhecia uma professora de lá, que as crianças eram filhos de catadores de lixo, que a situação era muito caótica, aí eu resolvi ir lá, enchi o meu carro com 200 brinquedos, fui com um amigo e a gente chegou lá distribuindo os brinquedos pra criançada, acabaram em 20 minutos, daí vieram os adultos e perguntaram se a gente não tinha levado alimentos, porque eles estavam com fome, daí falei que não e disse que daqui há um mês eu ia voltar, voltei no outro mês daí ao invés de um carro levei três carros de amigos com comida, roupa, tudo daí eu criei a AJ no facebook e só aumentou graças a Deus. (Entrevista ONGV1 realizada em 23/11/2020).*

Como pode ser observado, a primeira visita do fundador da ONGV1, ocorre por conta da motivação de que Jardim Gramacho seria o local mais “carente” já visitado por seus amigos. A ONGV2, ao ser questionada sobre os motivos que incentivam a presença das ONGs no território, relata suas motivações para sua ida a Jardim Gramacho:

*Eu já frequentei comunidade, eu tenho família que trabalha em comunidade, e ainda que as condições de comunidade sejam para alguns muito ruins, para maioria, não é tão ruim, quanto é em JG, não tem um saneamento básico, as casas não são de tijolo, é são barracos mesmo.... Hoje em dia a gente vê na comunidade uma evolução que lá não tem entendeu? Então eu acho que as pessoas estão com uma consciência maior de que lá é a África brasileira. (Entrevista ONGV2, realizada em 23/11/2020).*

Acreditamos que a fala da representante da ONGV2 acima, resume o sub-bairro aos bolsões de miséria quando afirma que o território não possui saneamento básico e não há casas de alvenaria. Além disso, entendemos que a fala demonstra desconhecimento com relação a diversidade estrutural das favelas presentes em várias localidades do estado do Rio de Janeiro. A entrevistada usa sua experiência enquanto frequentadora da favela para justificar o baixo número de casas de alvenaria nos bolsões de miséria de Jardim Gramacho, como se em outras favelas do município de Duque de Caxias e até mesmo do município do Rio de Janeiro, não houvesse locais com moradias nas mesmas condições. Percebemos ainda em sua fala a comparação de Jardim Gramacho com outras favelas como se as outras localidades tivessem ocorrido uma “evolução”, porém Jardim Gramacho permanecesse da mesma forma. Na verdade, através do relato dos moradores, percebemos que após o fechamento do lixão houve uma piora significativa na prestação de serviços públicos e um grande aumento da pobreza extrema devido ao alto índice de desemprego.



Figura 8 - Visão aérea de áreas do entorno do lixão.  
Fonte: Jornal O Globo (2015).

Uma única favela, devido a sua extensão e diversidade de acesso, pode ter os mais variados tipos de moradia, condições de saneamento, acesso a bens e serviços, formas diferenciadas de se locomover através das ruas, becos e vielas. Não é possível comparar os bolsões de miséria de Jardim Gramacho à realidade de outras favelas do Estado do Rio de Janeiro, pois entendemos que os arranjos que formam as favelas e no caso de Jardim Gramacho, os bolsões de miséria, se dão conforme a historicidade de cada um desses espaços, suas necessidades, conflitos, e a implantação de políticas públicas sobretudo de urbanização. Entendemos que o território estudado também possui as suas particularidades, especialmente pelos motivos que permeiam a formação dos bolsões de miséria, que estão relacionados diretamente a instalação do lixão e a necessidade da catação de materiais recicláveis. Entendemos que os territórios informais possuem particularidades diferenciadas que não podem ser colocadas em um único bojo.

Os relatos das ONG's volantes demonstram como é possível estar em Jardim Gramacho há um determinado período e conhecer de forma rasa e superficial o território, a complexidade de sua formação, os atores envolvidos, as políticas públicas e projetos que ainda não saíram do papel após o fechamento do lixão.

Nossa primeira visita ao Jardim Gramacho foi motivada pelos relatos de uma Organização não Governamental volante sobre a situação de miserabilidade social existentes no território. Houve uma curiosidade de conhecer o sub-bairro, suas mazelas, como também quais eram as ações desenvolvidas pelo poder público no local, enfim, como assistente social, acreditava que poderia de alguma forma contribuir. O que mais nos chamou atenção foi o relato feito pelo organizador da visita de que conheceria a “África brasileira”, que se tratava de um local insalubre, não havia saneamento básico, nem mesmo vaso sanitário para que as pessoas pudessem fazer as suas necessidades fisiológicas.

Aos poucos, com as sucessivas visitas à Jardim Gramacho, fomos percebendo que o território é minimamente estruturado, pois a maioria dos seus moradores possui acesso ao saneamento básico e contam com algumas ruas asfaltadas. No local há comércios, tais como: farmácias, mercados de pequeno porte, açougue, padaria, entre outros, 5 escolas (estadual e municipal), 2 postos de saúde, embora não ocorra atendimento 24 horas, um equipamento social onde funciona o CRAS de Jardim Gramacho, Fórum Comunitário e outras organizações da sociedade civil. Conta com transporte público, embora de forma precária, pois não há várias linhas de ônibus circulando, o que existe é um percurso diferenciado da mesma linha, porém os serviços diante das demandas são precarizados e não dão conta de atender da população residente.

Os moradores, ao procurarem por assistência nos aparelhos públicos do território, encontram dificuldades, como ausência de atendimento médico e de medicamentos; demora do retorno por parte do CRAS, pois as ferramentas utilizadas por essa instituição não agilizam o processo de análises dos pedidos frequentes dos benefícios como o Bolsa Família; e ausência de vagas nas escolas sobretudo para educação infantil, uma vez que Jardim Gramacho possui uma única creche pública, enfim, devido à alta demanda, os moradores não se sentem amparados pelos aparelhos públicos do local.



Figura 9 - Estratégia de Saúde da família à esquerda e o CRAS à direita.  
Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

Assim, pudemos entender que os veículos de comunicação e as ONGs através das suas redes sociais, divulgam apenas a realidade advinda dos bolsões de miséria estabelecidos em Jardim Gramacho, dando a entender que no território existe unicamente os altos índices de miséria, desemprego e a sensação de aparente abandono do poder público.

Aparente, porque entendemos que o poder público nunca esteve ausente de Jardim Gramacho, pelo contrário, ele se faz presente através da precarização dos serviços, ou da falsa ausência de intervenção, considerando o conceito de informalidade urbana defendido por Gonçalves (2018). Sendo assim, foi necessário algum tempo para entendermos a complexidade das inúmeras expressões da questão social existentes no território, visibilizadas pelas mazelas e o comportamento daqueles que o habitam, sejam estes moradores, líderes comunitários, representantes do poder público e das ONGs fixas e volantes.

Acreditamos que a fala da representante da ONGV2, resume o sub-bairro aos bolsões de miséria quando afirma que o território não possui saneamento básico e não há casas de alvenaria. Além disso, entendemos que a fala demonstra desconhecimento com relação a diversidade estrutural das favelas presentes em várias localidades do estado do Rio de Janeiro. A entrevistada usa sua experiência enquanto frequentadora da favela para justificar o baixo número de casas de alvenaria nos bolsões de miséria de Jardim Gramacho, como se em outras favelas do município de Duque de Caxias e até mesmo do município do Rio de Janeiro, não houvesse locais com moradias nas mesmas condições.

Percebemos ainda em sua fala a comparação de Jardim Gramacho com outras favelas, como se as outras localidades tivessem ocorrido uma “evolução” e lá não. Na verdade, através do relato dos moradores, percebemos que após o fechamento do lixão houve uma piora, e acreditamos que tenha sido em função da desmobilização realizada pela empresa que operava as atividades no lixão, considerando que alguns compromissos de manutenção da infraestrutura local eram realizados por eles e com o fim das atividades, ocorreu um abandono.

A primeira vista, os locais identificados como bolsões de miséria que compõem o cenário de Jardim Gramacho são deficitários e traduzem de forma efetiva a precarização da prestação de serviços básicos, visto que a presença de muitas crianças nas ruas descalças pisando na lama, lixo descartado de forma indevida, esgotos a céu aberto, a grande quantidade de animais que circulam pelas ruas, moradores usando drogas à luz do dia, a presença do tráfico de drogas, pessoas doentes, falta de água potável, dentre outras questões constituem um cenário marcado pela desigualdade, pobreza e miséria.



Figura 10 - Região da Chatuba, onde encontramos lama e resíduos de lixo junto a um barraco em Jardim Gramacho.

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

As visitas esporádicas ao território de Jardim Gramacho, proporcionam um conhecimento superficial do local e dos fatos que ocorrem, principalmente, para aqueles que vão voluntariamente para uma ação pontual, e que o identificam

como o local que abrigou o maior lixão da América Latina”, mas tal fato não dá a dimensão das potencialidades, visto que a vivência pelas “beiradas” não possibilita o entendimento da complexidade existente no território.

Muitos voluntários que acompanham as ONG's, sobretudo os das instituições volantes, caminham pelas ruas principais do sub-bairro que são as ruas escolhidas para a entrega de doações, porém mal conhecem os becos e vielas, os moradores, seus nomes, suas histórias, suas reais necessidades e particularidades. As ações pontuais realizadas pelas ONG's volantes beneficiam os moradores, pois suprem, mesmo que temporariamente, as suas necessidades, mas, por outro lado, não conseguem atingir o nível desejável para emancipação que deveria ocorrer para que os moradores possam efetivamente viver com dignidade.



Figura 11 - Rua Tocantins em dias de chuva, principal acesso as regiões Quatro Rodas, Chatuba e Favelinha. À direita, temos mais um lixão clandestino.  
Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

Já as ONGS fixas, ou seja, as que possuem instalações no território e realizam diariamente atividades com os moradores de Jardim Gramacho, possuem uma maior percepção sobre as demandas locais, além de conhecerem de forma mais específica as particularidades, seu histórico, além da tentativa de estabelecimento de vínculos com as instituições públicas locais.

Partiremos da compreensão de que a acentuada presença e efetivação de atividades assistenciais em sua grande maioria desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais no sub-bairro, sobretudo após o encerramento das atividades do lixão ocorrido em 2012, tem relação direta com práticas que nem sempre alavancam processos de transformação social e por vezes ratificam o estado de aceitação e conformismo com a realidade por partes dos assistidos.

Embora seja evidente o descaso público, evidencia-se que há registro de processo de mobilização popular em defesa do sub-bairro e de seus moradores em Jardim Gramacho, ainda que não seja de forma mais expressiva, do que precisaria, exemplo disso é o Fórum Comunitário que foi instituído em 2006, por meio de parceria com o IBASE, que conta também com aportes financeiros promovidos por Furnas Centrais Elétricas que desde a época da instalação, representava o COEP<sup>10</sup>, e, atualmente, o Departamento de Sustentabilidade da Empresa. É composto por cinco grupos de trabalho: Educação, Saúde, Convivência Comunitária, Trabalho e Renda e Meio Ambiente, e continua ativo até os dias atuais, embora a relação com as ONGs não seja tão efetiva, mas continuam se manifestando a favor dos direitos do sub-bairro, conforme demonstra foto abaixo:

---

<sup>10</sup> Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP). Disponível em: <<http://coep.org.br/index.php/institucional/>>. Acesso em: 03 jun. 2020.



Figura 12 - Manifestação realizada no município de Duque de Caxias em 2017.  
Fonte: Fórum Comunitário (2017).

Nesse cenário, onde as condições ambientalmente inadequadas e do vazio evidenciado pelo encerramento das atividades econômicas, decorrentes da catação e separação de materiais potencialmente recicláveis, deixaram marcas evidentes, aliadas a precarização na prestação de serviços essenciais para o atendimento da população residente, pudemos observar que passou a ter um registro da presença massiva de Organizações não Governamentais no local.

A atuação das ONGs tem sido nas seguintes frentes: distribuição de cestas básicas e demais insumos de primeira necessidade (água, vestimentas e medicamentos básicos); execução de múltiplas ações voltadas, sobretudo, para crianças e adolescentes tais como: (reforço escolar, esportes, atividades lúdicas, distribuição de brinquedos, creches comunitárias); atividades sazonais em períodos comemorativos, também voltadas majoritariamente ao público infantil, relacionadas a entrega de chocolates e presentes, sobretudo na Páscoa, Dias das Crianças e Natal.



Figura 13 - Doação de cestas básicas realizada em junho de 2020, devido a pandemia.  
Fonte: Jornal Meia Hora (2020).

Boa parte dessas organizações não realizam ações apenas em Jardim Gramacho, mas em várias comunidades do Rio de Janeiro, e essas intervenções não são diferenciadas, conforme a dinâmica e a especificidade de cada território, mas são realizadas de forma generalista, sem que a realidade seja estudada e sequer interpretada.

Entendemos que, embora o quadro de vulnerabilidades tenha aproximações nesses espaços, em Jardim Gramacho há uma particularidade inerente ao seu contexto histórico que é formado pelo estigma do “lixão”, considerando que com o seu fechamento a dinâmica e movimentação da região, foram alteradas, pois o local não só dependia economicamente do seu funcionamento, mas tudo o que compreende o território estava intrinsecamente ligado à atividade, ou seja, a birosca, o borracheiro, o barbeiro, o restaurante, mercado, entre outras atividades cuja a transação econômica tinha relação direta ou indireta com a população que circulava pelo território.

Grande parte dessas organizações realizam ações esporádicas, quase sempre aos finais de semana e, a menor parcela, possui instalações físicas e atuam cotidianamente no território, mas de acordo com os dados do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, atualmente há 90 ONG’S presentes no sub-bairro e apenas a metade está inscrita no Fórum, fator que também dificulta a articulação com outras instituições e, conseqüentemente o conhecimento das demandas reais.

Sendo assim, o que pode ser observado é que grande parte das intervenções realizadas pelas ONG'S "volantes", estão quase sempre voltadas para práticas assistencialista sem aprofundamento, ficando restritas apenas a doações de alimentos e de água e, agora, por conta da pandemia de Covid-19, de material de higiene pessoal.

Cabe registrar, que está presente nas falas de moradores, o processo de superexposição a que são submetidos, pois estas organizações divulgam os seus trabalhos nas redes sociais, muitas vezes sem solicitar o direito de imagem das pessoas, inclusive de crianças sem o aval dos seus responsáveis.

A sensação de muitos moradores é de que "Jardim Gramacho" é um verdadeiro circo ou um "zoológico" onde as pessoas vão aos finais de semana para ver a "realidade da pobreza e miserabilidade", conforme já citado na fala de alguns moradores durante o atendimento social realizado pelo Serviço Social, assim como nas entrevistas. A fala do representante da ONGF1, justifica o argumento acima:

*Toda hora as imagens das crianças e dos outros moradores de Jardim Gramacho circulando pra tudo quanto é lugar. Eu acho que tem organização que tem um olhar muito irresponsável né cara? Tem muita gente motivada, com boas intenções, mas pô cara não tem uma visão estratégica do que está sendo feito ali, vai ficar eternamente entregando cesta básica, fazendo evento com crianças, tirando fotos, vivendo aquela ciranda ali dentro num ambiente que parece que você está na Somália. E podendo fazer um trabalho bacana, podendo dialogar, podendo se aproximar e pensar as coisas em conjunto. Não sei por que tentar fazer sozinho. (Entrevista ONGF1 realizada em 26/11/2020).*

Contraditoriamente, a população se "beneficia" das ações, apesar de ser exposta há vários outros interesses que as organizações possam ter, tendo a caridade apenas como pano de fundo, mas se apropria da miséria para buscar financiamentos para projetos que nem sempre promovem emancipação dos moradores.

De acordo com a fala do entrevistado, as ações que são realizadas por algumas ONG's precisam de uma visão estratégica que vislumbre o diálogo com os órgãos competentes do Estado, movimentos sociais, moradores e demais Organizações não Governamentais. Entendemos que dessa forma, seria possível traçar um diagnóstico coletivo das principais demandas presentes no território, bem como ser dado início ao trabalho de longo prazo de reestruturação do sub-bairro. Atualmente, na grande maioria dos casos, as ações realizadas pelas ONG's amortecem os efeitos das vulnerabilidades existentes, porém não resolvem as comorbidades presentes no sub-bairro.

Portanto, nossa pesquisa identifica que o fechamento desordenado do lixão de Jardim Gramacho, associado a precarização dos serviços públicos prestados e a ausência de políticas públicas que deveriam ter sido executadas após o fechamento do lixão, tornaram Jardim Gramacho um território propício as ações das ONG's, visto que estas Organizações de forma geral, buscam atenuar os efeitos da informalidade urbana.

## 4 As ONG's pela fala dos sujeitos

### 4.1. A visão das lideranças comunitárias a respeito do trabalho das ONG's

Após o encerramento das atividades do lixão, o território de Jardim Gramacho recebeu e recebe dezenas de Organizações não Governamentais, que buscam mitigar os efeitos da precarização da implementação de políticas públicas efetivas no território. A observação direta realizada como instrumento da pesquisa, nos permitiu identificar que as atividades que vêm sendo realizadas no sub-bairro, em substituição as ações públicas, expressam como vêm sendo supridas as dificuldades decorrentes do prejuízo socioeconômico que ocorreu na vida dos moradores, após o encerramento do lixão.

Isto porque a responsabilidade em suprir as necessidades da população através de políticas públicas que garantissem a continuidade da vida, tais como: saúde, habitação, educação, trabalho e renda, lazer dentre outras, são prestadas de forma fragmentada e precária através de serviços pontuais, sem desdobramentos efetivos na direção do reordenamento das atividades econômicas, sociais, culturais, políticas, ambientais no local, após ter sido encerrada a atividade econômica ativa que era desenvolvida através da catação de materiais recicláveis .

Na busca de compreender o universo de precariedades existentes no sub-bairro, encontramos o conceito de informalidade urbana, cunhado por Gonçalves (2018) que se traduz na ideia de que o Estado não está ausente de espaços como os de Jardim Gramacho, pelo contrário, na maioria das vezes, é um dos atores principais no desenvolvimento e consolidação dessas áreas. Esses territórios se constituem como parte do escopo central do capital, portanto a falsa sensação de abandono do Estado, na verdade, revela a face mais cruel desse poder, que naturaliza os locais periféricos existentes na paisagem das grandes cidades.

Como consequências decorrentes desse efeito da informalidade urbana os moradores dessas localidades vulnerabilizadas, denominadas como bolsões de miséria, passam a ser vistos como “sujeitos especiais e sobreviventes” passando a compor uma cena cujas exposições depreciativas ocorrem frequentemente em função das “visitas turísticas” realizadas por algumas organizações e/ou

voluntários que almejando angariar fundos e benefícios para os moradores, costumam apresentar o território para comover os futuros “Benfeitores”.

Essa realidade, a nosso ver, conduziu parte dos moradores a um processo de resistência no ato de sobreviver, ou seja, a relação desses moradores com algumas Organizações não Governamentais se estabelece através do recebimento de cestas básicas, brinquedos, objetos de higiene pessoal, mas não há um aprofundamento das relações, não ocorre outras trocas ou serviços como capacitação, inserção no mercado de trabalho entre outras ações que viabilizem o processo de emancipação.

Já os movimentos sociais locais identificados, tais como o Fórum Comunitário, ainda estão em processo de construção participativa que consiste no processo de diálogo que busca incluir todos os setores ou grupos que estão envolvidos em uma dada questão, seja para compartilhar conhecimentos sobre um tema, seja para a identificação coletiva de desafios ou para planejar ações e tomar decisões de forma coletiva.

Neste sentido, objetivando compreender como as tramas e redes de relações e parcerias se estabeleceram no território, a partir do encerramento do lixão e da efetiva inserção das ONGs no sub-bairro, a investigação elegeu como sujeitos importantes para a escuta, aqueles que além de residirem no local são atendidos pelas ações das Organizações, também os que participam da vida cotidiana e de algumas rotinas, seja prestando serviço público ou privado, sobretudo os que reivindicam melhores condições de vida para população de Jardim Gramacho.

Assim, foram entrevistados quinze pessoas, distribuídas nas seguintes categorias: sete moradores dos locais centrais da atuação das Organizações não Governamentais, dois líderes comunitários, quatro representantes de ONG's: dois das Organizações que possuem infraestrutura local e dois de Organizações volantes, ou seja, que realizam trabalhos esporádicos no território, dois representantes do poder público: um do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS de Jardim Gramacho e o outro do Estratégia de Saúde da Família - ESF.

A fim de preservar a identidade dos entrevistados, utilizaremos ao analisar as falas os seguintes termos: Em relação aos moradores: M1, M2, M3, M4, M5, M6, M7. Os representantes das ONGS: Fixas: ONGF1, ONGF2, Volantes: ONGV1, ONGV2; Líderes Comunitários LC1, LC2 e para a representação do poder público: RPP1 e RPP2.

Vale ressaltar que não nos certificamos se as ONG's que foram citadas pelos moradores ao longo das entrevistas estão “legalizadas” junto aos órgãos

competentes. Para os fins da pesquisa, entendemos que apenas a identificação da própria instituição enquanto uma Organização não Governamental e os apontamentos feitos pelos moradores e demais sujeitos entrevistados, são suficientes para os parâmetros e o objetivo da pesquisa, visto que desejamos compreender de forma abrangente o olhar dos sujeitos envolvidos sobre a atuação dessas organizações, após o encerramento do lixão.

Objetivando construir referências para proceder a análise das respostas dadas a partir da pesquisa de campo, iniciamos nossas abordagens nas entrevistas, procurando saber dos respondentes aspectos relacionados às condições de vida no sub-bairro após o fechamento do lixão, na intenção de verificar se houve alguma melhoria dos serviços prestados, além dos realizados a partir da presença das Organizações não Governamentais no território.

Também procuramos saber com os respondentes representantes das ONGs, como se deu a aproximação com o território, ou seja, qual a motivação que os levou a estar no local e como classificam as demandas existentes, tendo como finalidade compreender como foram atraídos até o sub-bairro e qual o olhar têm a respeito da realidade.

Por último, na tentativa de conhecer e analisar as ações executadas pelas ONG's, procuramos saber se o trabalho executado por estas organizações é capaz de contribuir com mudanças estruturais no território, se há parcerias entre os movimentos sociais e o poder público, e como os sujeitos classificam o trabalho das Organizações e o que pensam sobre as fotos que são tiradas nos bolsões de miséria e que em algumas ocasiões, são expostas nas redes sociais.

Iniciamos procurando ouvir dos entrevistados, em especial, de todos os selecionados, o que consideravam ter sido o motivo que estimulou a presença das Organizações não Governamentais no território de Jardim Gramacho.

Logo de início encontramos respostas que justificaram por intermédio da perspectiva da segurança alimentar e da sobrevivência dos moradores, falas das lideranças locais que reforçaram que se não fossem as atividades executadas por essas organizações, muitos moradores não teriam como colocar comida em suas mesas, considerando que o mercado de trabalho formal e até o informal, vem cada vez mais restrito aos novos acessos. E esta afirmação ganha sustentação a partir da fala de um dos representantes das Lideranças Comunitárias, que enfoca que:

*Acredito que o trabalho executado pelas outras ONG'S seja importante, visto que é um território ainda bastante abandonado pelo poder público, carente de necessidades básicas e que pouca coisa melhorou com relação ao bairro, então você acaba tendo através das ONG's aquilo que deveria ser feito pelo governo, quando se fala de ONG ou de qualquer instituição não governamental temos que*

*entender que elas também tem as suas limitações e muitas vezes as pessoas gostam muito mais de tentar criticar do que tentar entender. (Entrevista LC1 realizada em 20/11/2020).*

A fala do LC1, expressa não só a importância do trabalho das Organizações Não Governamentais, mas faz questão de ressaltar as limitações das atividades que são realizadas, já que não são capazes de substituir integralmente o papel do Estado.

Identificamos outra fala do mesmo entrevistado, que demonstra a importância da Organização não Governamental em sua trajetória de vida:

*As minhas ações são extremamente a longo prazo. Quando eu saí de Jardim Gramacho, eu tive a minha vida mudada, mas, eu me lembro de 18 anos atrás, eu comecei a estudar numa ONG, por isso que eu sou muito cauteloso quando eu falo sobre ONG's, pois há "ONG's e ONG'S". Eu sou fruto de uma ONG. É muito fácil as pessoas falarem, mas eu não saí do nada do lixo. A ONG foi superimportante na minha vida. Foi o que me possibilitou ter indignação por exemplo, ao olhar que eu tinha de normalidade em viver dentro do lixo, comer do lixo.... Achava que aquilo era normal, que aquilo era um mero acaso, da sorte e do azar de ter nascido pobre. Então, é muito difícil você discutir essa relação, quando você tem o olhar do outro (morador) dentro de si. (Entrevista LC1 realizada em 20/11/2020).*

O LC1 reconhece que o trabalho da Organização não Governamental que frequentou, durante a sua adolescência e juventude, o possibilitou ter um novo olhar sobre as dificuldades que foram naturalizadas ao longo da sua infância e adolescência. Para ele, era natural comer alimentos que não estavam frescos e trabalhar num local insalubre, penoso e danoso juntamente com a sua mãe e os seus irmãos. Atualmente, muitos moradores dos bolsões de miséria de Jardim Gramacho permanecem na mesma condição, naturalizando a condição em que vivem, por não conhecerem outras formas de vida. Algumas ONG's no território, trabalham para que crianças e adolescentes possam contar as suas histórias, de forma a enxergarem realidades diversas, para além do que sobrou do lixo.

Para muitos moradores de Jardim Gramacho, sobretudo os que residem em locais identificados como bolsões de miséria, a intervenção das ONG's surge como única alternativa de acesso a bens serviços, tais como: reforço escolar, esportes, minicursos profissionalizantes, dentistas, atendimento do Serviço Social e da Psicologia, atividade artística, dentre outras. Conforme o relato da M3:

*Por exemplo eu quando conheci uma ONG né, foi aonde eu aprendi alguma coisa. Sempre estudei, eu trabalhei de carteira assinada, mas eu não tinha uma profissão. Aí fui lá pro xxxxx sem saber fazer nada. O corte e costura as mulheres falavam comigo, era como se tivesse falando grego. Aquilo entrava na minha cabeça e saía ali. Mas só que a vontade de você querer aprender a fazer as coisas era mais forte do que não saber fazer nada. [...] Igual eu falo, eu não sei se eu já falei pra você né, os outros podem falar o que quiser, mas eu agradeço por ter ali porque esse ano a minha filha ficou sem estudar. Mas já aprendeu. Saiu daqui da xxxxx lá no final lá,*

*que todo mundo reclamava e foi pro colégio e já com base. Minha filha tem 4 anos. Já sabe escrever o nome dela. Quantos dias que ela estudou na escola esse ano? 15 dias só... E essa base veio da onde? Minha filha eu tô vendo o desenvolvimento dela. E aí a quem que eu devo agradecer? A ONG que ela tá. (Entrevista M3 realizada em 09/12/2020).*

A fala da M6 também expressa o reconhecimento sobre o trabalho das ONG's:

*Eu acho que as ONG's estão aqui pra incentivar a estudar, pra pessoa poder caçar um emprego. Porque na xxxx dá aula. E pro jovem também adolescente, então isso incentiva muito. E eu vejo muito assim... Eu não vou citar nomes mas tem muito adolescente aqui que tem força de vontade mesmo de subir na vida. Então o projeto ali da xxxx vai ser um motivo pra muitos levantarem. Eu vejo. E tem também a xxxxxx também que é muito bom. Meu irmão mesmo está trabalhando lá... Tá trabalhando numa coisa boa, livrou ele entrar pra um tráfico. Livrou muita gente ali, não tem só o meu irmão também tem outros. (Entrevista M6 realizada em 09/12/2020).*

Além das atividades citadas acima, as Organizações não Governamentais realizam frequentemente doações de alimentos, água, materiais de higiene pessoal, roupas, dentre outras doações. A doação de alimentos tem sido prioridade nas ações executadas por estas instituições, sobretudo as ONG's volantes. Conforme já citado no capítulo III, 22% dos moradores das áreas mais precarizadas dependem exclusivamente das doações realizadas por essas Organizações, isso porque a maioria da população residente não tem referência de trabalho, formal ou informal para garantir minimamente a sobrevivência.

Compreendemos a importância do trabalho das ONG's no território para suprir as necessidades essenciais dos moradores, mas acreditamos que a forma adotada pela grande maioria, não permite conhecimento amplo da realidade, pois agem sozinhas, não formam redes, e não priorizam as construções coletivas, portanto não estimulam os moradores no processo de organização pela luta por melhorias na qualidade de vida, assim como para o sub-bairro.

Acreditamos que as atividades desenvolvidas pelas ONGs, seja fundamental enquanto fonte de incentivo na formação de sujeitos políticos que possam ser autores de sua própria história, conforme a fala do LC2, ao responder à questão relativa ao trabalho das ONG's.

*Então assim, eu tenho muitas críticas com a maioria das ONGS em Jardim Gramacho por quê? Porque elas não fazem um trabalho de conscientização política, entendeu? Eu tenho algumas críticas severas assim nesse ponto. Há algumas ONGS que fazem um trabalho bacana, dão acesso à educação as crianças que estão sem acesso, oferecem uma possibilidade de uma formação de qualidade, tem algumas ONGS que estão mais preocupadas com uma formação mais integral digamos assim, mas mesmo essas e algumas outras ainda pecam porque não fazem essa associação com a ausência de políticas públicas. Então o morador*

*acaba se acostumando com a ONG e a ONG não sai. Então não tem o desenvolvimento social do bairro. (Entrevista LC2 realizada em 20/11/2020).*

Por outro lado, a fala do Representante da ONGF1 em relação ao papel e intencionalidade de cada organização, assim como das diferenças territoriais, vai além em sua análise, pois ressalta o trabalho das ONG's e as diferenças comunitárias de acesso aos bens e serviços na cidade do Rio de Janeiro:

*Você pega esse morador daqui de Jardim Gramacho e compara com o morador do Complexo do Alemão, da Maré, a quantidade de organizações que produzem pesquisas, diagnósticos e dados na Maré é um negócio de doido. A questão de mobilidade e de acesso à cidade, eles acessam mais rápido o Centro do RJ por exemplo. Então isso (as modificações estruturais em Jardim Gramacho) é a longo prazo. Então resumindo: As ONG's podem contribuir para a mudança estrutural de Jardim Gramacho desde que estejam comprometidas na luta por garantia de direitos, pensando nisso não como um privilégio, mas como um direito humano. Se ela não tem uma compreensão do que está em jogo, ela está perdendo tempo aqui. Está servindo ao mercado. Muito simples: ou você serve ao mercado ou você está a serviço de fato de uma sociedade mais igualitária e inclusiva. O que tenho aprendido é que tem uma galera que está a serviço de si mesmo, das suas organizações, que não tem preocupação nenhuma com a justiça social [...]. Então se você está a serviço do mercado é uma questão. Se você está a serviço do combate ao racismo estrutural, a desigualdade social, falta de oportunidades social, então você tem outro papel como ONG e encara de outra forma. (Entrevista ONGF1 realizada em 26/11/2020).*

O mesmo entrevistado, faz uma crítica importante ao analisar os prováveis impactos que poderão ocorrer a médio e longo prazo em relação ao trabalho que desenvolve na ONG que integra e que é localizada em uma das regiões de maior vulnerabilidade social de Jardim Gramacho:

*A gente está pensando sempre há longo prazo, demora, e eu não sei se a gente vai colher esses frutos, provavelmente eu não vou colher esses frutos, provavelmente eu não vou estar aqui dentro amanhã para poder dimensionar o impacto e quem vai dimensionar isso são outros. Não sou eu que vou dizer se eu fiz um bom trabalho, são eles, os moradores que farão isso, são os outros. Então eu acho que a organização também precisa ter esse olhar de que são eles que vão autenticar, reforçar, "cara eles fizeram um bom trabalho", de que ajudamos a eles a acessar um outro espaço que eu e você acessamos porque viemos de uma outra formação. Eu fiz duas faculdades, então para eles acessarem a esses espaços é muito mais difícil, então o nosso processo na verdade é ajudá-los a estarem lá. Aonde? Aonde nós estivemos aonde você está hoje. E isso é um trabalho a longo prazo. A curto prazo dá comida, pô, isso é a curto prazo, dá comida, banho, leva para passeio, isso é a curto prazo, mas agora a longo prazo isso é um processo no qual eles estão em desvantagem, em relação a outras crianças. (Entrevista ONGF1 em 26/11/2020).*

O trabalho a longo prazo citado pelo entrevistado ONGF1 foi prometido pelo Estado, que não honrou com os acordos e promessas que foram realizados no período de fechamento do lixão em 2012. Acreditamos que a instalação expressiva das ONG's em Jardim Gramacho após 2012 também seja

consequência do não cumprimento dos compromissos previstos para o sub-bairro que não ocorreram.

Entendemos que de forma geral, as ações que têm sido realizadas pelas Organizações, embora sejam fundamentais para “amortecer” os efeitos da ausência de políticas públicas, não podem ser consideradas como ações que resolvam a complexidade da questão ou que possam substituir o papel do Estado. Acreditamos, que o pontapé inicial na resolução da situação de vulnerabilidade social no território, deve ser por meio da construção participativa, já que futuramente, as ações das Organizações não Governamentais deverão ser vistas como complementar, pois através da iniciativa coletiva das ONG’s, de forma conjunta e articulada com os moradores e movimentos sociais do sub-bairro, deverá haver a possibilidade da luta por políticas públicas.

Em suma acreditamos que o trabalho das ONG’s possa cooperar com transformações estruturais que efetivamente possam construir um novo cenário em Jardim Gramacho. As falas dos LC1 e LC21 apoiam o nosso pensamento:

*E eu acredito que as ONGS não terão como suprir todas as demandas, mas que podem guiar um movimento de luta, um movimento de modificação e de garantia de direitos que estão na constituição que fazem parte de muitas políticas públicas. Porém, a gente sabe que mora num país onde infelizmente os nossos direitos não são respeitados. A gente precisa fazer funcionar as leis que beneficiem as classes pobres, daí eu acho que os trabalhos das ONG’s são importantes, no desenvolvimento da uma consciência crítica do que se precisa fazer [...] Daí o maior desafio é esse porque consciência não se compra na esquina, a gente desenvolve e educa para que as pessoas por si próprias possam desenvolver uma consciência crítica sobre a sua própria situação enquanto ser humano vivendo dentro da sociedade. (Entrevista LC1 realizada em 20/11/2020).*

*A minha primeira questão é: eu não sei se as ONGS de JG estão querendo ser desnecessárias. Me parece que não! Por questões de trabalho porque se a ONG sai, se um projeto acaba, tem as questões dos funcionários mesmo né? Então ninguém quer perder o seu emprego dentro da ONG. E para ser desnecessária, é preciso que as ONGS entrem nessa luta por políticas públicas por exemplo. Entendeu? Você lutar por política pública, para educação por exemplo, para que tenha creche de qualidade, pra ONG sair e ir para outro lugar lutar pela mesma coisa é legal. Eu acho que as ONG’s são necessárias temporariamente, no máximo. (Entrevista LC2 realizada em 20/11/2020).*

Com relação ao entendimento da importância da efetivação das políticas públicas em Jardim Gramacho, identificamos que as Organizações não Governamentais volantes, possuem dificuldades de fazer uma leitura ampla sobre a realidade local, pois ao perguntarmos ao representante da ONGV1 em relação a extensão do trabalho executado por eles, no sentido do alcance e das possibilidades de contribuir com mudanças estruturais no sub-bairro, a sua

resposta nos remete a ideia da prestação de serviços pontuais sem identificar a necessidade de ampliação das ações desenvolvidas:

*A gente já arrumou operação para quem era cego enxergar, pessoal que teve o barraco atingido por fogo, alagamento a gente ajudou a reconstruir, construímos casas para as pessoas, é levamos muitos alimentos, a gente tem a nossa equipe médica já que eles não têm acesso a posto médico, temos a nossa equipe médica, que vai de três em três meses acompanhar essas famílias, dentistas, todas as áreas que a gente pode... corte de cabelo, enfim. **Tudo.** Já arrumamos cursos para as pessoas fazerem se a gente listar aqui vai ser mais de uma centena de benefícios que a gente já proporcionou aí nestes últimos dez anos. [...]. As ações sociais a gente vai todos os meses, uma vez por mês a gente vai, as vezes até 3, 4 vezes, mês passado a gente foi três vezes, fiz uma parceria com uma empresa de águas, doaram 20 mil garrafas de água mineral a gente foi lá, teve o dia que a gente levou 300 cestas básicas e outro dia que a gente fez duas festas de dia das crianças, a gente foi 4 vezes em outubro de 2020. (Entrevista ONGV1 realizada em 23/11/2020).*

Identificamos na fala do representante da ONGV1 a ausência de reconhecimento da importância das políticas públicas, visto que o assistencialismo se constitui como base das atividades realizadas por eles:

*as organizações que têm uma equipe multidisciplinar conseguem ter um olhar mais apurado das demandas. Não basta você ter um prédio, deixar tudo aberto e realizar atividades. Como é uma entrevista e eu não quero citar nomes, mas a localidade em que você está por exemplo tem uma instituição que vive com a casa aberta e isso não significa absolutamente nada. O compromisso com a transformação não é algo espontâneo, não existe espontaneidade nisso, você tem que programar isso. Tem que organizar isso. Tem que medir isso. E intencionalmente focar no que você quer fazer e eu acho que algumas organizações pecam nisso. Elas não sentam para desenvolver um plano de ação dentro daquele território ali, ou dentro daquele “quadrado” em que elas estão ali. (Entrevista ONGF1 realizada em 26/11/2020).*

Outra crítica efetuada pelos entrevistados ao serem questionados sobre a atuação das ONG's, se refere ao trabalho de uma Organização volante, que constrói barracos de madeira nas regiões do entorno do lixão. Embora estes barracos possuam uma estrutura melhorada se comparado aos demais, não possuem instalação hidráulica tão pouco saneamento básico. As falas se referem a ausência de articulação com a secretaria de habitação do município e a manutenção do quadro de vulnerabilidade social do morador que recebe o novo barraco. Conforme a fala RPP1 e do representante da ONGF1:

*[...] Essa questão habitacional, você vê que muitos ali ainda moram em barraco de madeira de forma muito precária, assim, como profissional me causa uma angústia muito grande, as casas do xxxxxx, acho que também não resolve, essa coisa de trocar um barraco de madeira por outro, que não tem estrutura de casa, eu xxxxxx não consigo visualizar como casa. Eu já venho trabalhando desde 2012 em Jardim Gramacho, e com o fechamento do aterro sanitário foi todo esse boom né, eles achavam que todas as políticas públicas chegariam, já que tem um projeto de revitalização do bairro, porém nada saiu do papel. Essa questão da habitação infelizmente ficou bastante comprometida. Teve o programa minha casa, minha*

*vida, e muitos foram sorteados e algumas famílias saíram de Jardim Gramacho. Só que eles ainda trabalham com a questão da catação. Então é muito difícil você ir morar num condomínio, onde você mora no quarto andar, e você ainda é um catador de material de reciclável, como você vai armazenar o seu material para eles poderem deixar o seu material num local seguro para que eles possam vender o material deles. (Entrevista RPP1 realizada em 08/12/2020).*

*Você tem aqui o exemplo da xxxxx que fica enchendo Quatro Rodas de barracos e não se articula com a secretaria de obras e urbanismo. Para que você quer enfiar tanto barraco ali, qual a explicação? E detalhe, você traz uma galera da zona sul, uma galera que tem dinheiro, que poderia fazer um projeto de engenharia, se articular com organizações que pensam território, saneamento básico, enfim.... Daí você fica enchendo aquilo dali de barraco. Você não está lutando pelo direito à moradia que está na declaração de Direitos Humanos, você está lutando pelo direito de colocar os seus barracos aqui em tudo que é lugar. É uma outra questão.... Você está a serviço do mercado. (Entrevista ONGF1- realizada em 26/11/2020).*

Compreendemos que o morador que recebe o novo barraco de madeira da ONG volante fica satisfeito com a conquista e, dentro do contexto habitacional do sub-bairro, esse pequeno avanço tem um valor comunitário importante, que está vinculado ao fato de ter uma moradia um pouco mais digna, porém acreditamos que são pertinentes as críticas que foram realizadas pelos entrevistados, já que se faz necessário ir além da construção de barracos. As articulações com o poder público precisam ocorrer concomitantemente com as ações emergenciais executadas pelas ONG's. Para complementar perguntamos aos entrevistados se tinham conhecimento a respeito da celebração de parcerias entre o poder público e as ONG's que atuam em Jardim Gramacho. Conforme aponta RPP1:

*Algumas ONGS que realizam trabalhos em Jardim Gramacho, são ONGS que fazem parte do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e são parceiras do CRAS. Então as famílias que são acompanhadas por essas ONGS, passam pelo CRAS, nós fazemos o acompanhamento dessas famílias e elas desenvolvem uma atividade dentro dessas ONGS. Então assim, nós trabalhamos em parceria com muitas delas. E uma dessas ONGS atua dentro do CRAS, nós temos um espaço amplo e aí nós ofertamos um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com essas crianças e com as famílias, e a ONG faz a atividade dela, que aí é questão de reforço escolar. Nós estávamos com um grupo de 80 crianças, mas aí por conta da pandemia que veio logo no início de março que seria feita a renovação de matrícula, nós tivemos que reduzir para 50. Daí nós estamos desenvolvendo atividades online. (Entrevista RPP1 realizada em 08/12/2020).*

Já a entrevistada RPP2, diz que há a possibilidade da realização de parcerias com as Organizações não Governamentais, porém o impasse referente à contratação de prestador de serviço na área de saúde local pode ser um fator que desestimule a efetivação dessas parcerias. Afirma que vários servidores, embora sejam concursados, não possuem, na prática, o registro de contratação no cargo em que executam. Sendo assim, apesar da Prefeitura de Duque de

Caxias ter realizado o concurso, não oficializou o cargo para o concursado, tão pouco a folha salarial dele.

Complementa informando que os servidores foram contratados para trabalharem 40h semanais, mas recebem pela folha de pagamento de 20 horas semanais o que impacta diretamente na concessão ou não de benefícios previdenciários, como aposentadoria por tempo de contribuição. Conforme o relato da entrevistada:

*Então eu acho que existe a possibilidade, eu só não sei a nível hoje de gestão, se há alguma intenção de fazer isso, não sei mesmo. Eu acho que por conta da maneira que a gente entrou (os estatutários), sempre quando tem um movimento assim... Vamos melhorar isso, vamos articular... Por conta da "esfera de revolta" que se causou devido a forma de contratação vem sempre "Ah, mas vocês não resolveram o nosso problema" vem as lamentações. Então eu acho que esta situação acaba sendo: "ah não vou fazer nada enquanto não resolverem isso para mim" entendeu? Estou falando a nível dos profissionais e não a nível da gestão. Por parte dos profissionais tem uma atmosfera de "Ah eu não acredito em nada disso aqui. Eu vou só fazer o meu trabalho." Eu acho que isso é o que pesa. "Eu não vou fazer isso, eu não vou me dar para isso". Eu acho que é isso que se criou, não só para as ONG's, mas até para as secretarias. (Entrevista RPP2 realizada em 09/12/2020).*

A mesma entrevistada também associa a deficiência na infraestrutura no seu local de trabalho às condições de precarização de sua contratação:

*Eu acho que o calcanhar de Aquiles é estrutural. Hoje a gente não tem lugar pra almoçar, a gente almoça nos consultórios. É isso. Hoje a gente não tem um lugar pra fazer uma atividade de educação e saúde. Tem onde todo mundo espera a consulta. Mas como é que eu vou falar, fazer uma roda as vezes, a pessoa começa a chorar ali desabafando e tal. Não tem condições. E de vez em quando falta material. Por exemplo, faz seis meses que eu estou sem cartão de pré-natal. Que eu me recordo, o último ano, que eu tive o meu salário em dia foi em 2016 isso que eu tô recordando... Eu já cheguei a ter 4 meses de salário atrasado. E é sempre assim. A ESF, propriamente dita, os estatutários, não os contratados, nós passamos em um concurso público e descobrimos no momento da posse que o nosso concurso público não tinha uma lei, ou seja, eles criaram um cargo sem uma lei. Ainda tinham os cargos políticos, então essas pessoas tiveram que sair pra gente poder entrar. Então hoje todos os funcionários de ESF de Caxias, quanto mais tempo eu passo em Caxias é pior pra mim a nível financeiro. Por quê? Porque a gente tem um teto salarial e não pode bater esse teto, isso seria resolvido se criassem a legislação, já tentamos de tudo. Já entramos na justiça, enfim [...] Então como tem o teto, a cada ano que passa, vai passando, você pode ganhar um abono por exemplo, eles têm que tirar para ficar sempre naquele teto. Então o que acontece é que hoje as minhas férias, o meu 13º eu não ganho como se trabalhasse no ESF, eu ganho como se trabalhasse no ambulatório. Então isso por si só, já impacta muito. (Entrevista RPP2- realizada em 09/12/2020).*

A fala da RPP1, expressa as dificuldades semelhantes sobre infraestrutura em que trabalha, bem como a sobrecarga de demandas referentes ao nível de abrangência de atendimento, sobretudo pela diversidade das demandas dos assistidos, e as limitações do fazer profissional:

*O CRAS trabalha com território, nós temos outros bairros de abrangência para além de Jardim Gramacho, são mais sete bairros no município. Então, demandas de creche, assim como o restante da educação é tudo online, então nós não temos acesso. Nós podemos até fazer o cadastro da família online, mas ela vai jogar com a sorte, infelizmente o CRAS não tem esse suporte, mesmo que tentando se articular com a educação, geralmente quando acontecem esses casos (ausência de vaga), nós fazemos encaminhamentos, tanto para o conselho tutelar quanto para a vara da infância. E mesmo assim as vezes com o documento da vara da infância ainda não consegue a vaga. É muito triste, mas é a nossa realidade [...] A gente se sente impotente enquanto profissional quando nos deparamos com esse sistema tão cruel, as vezes um irmão do mesmo núcleo familiar é sorteado o outro não é, então são várias questões aí. (Entrevista RPP1- realizada em 08/12/2020).*

A ausência de pagamentos, a sobrecarga de trabalho e a falta de infraestrutura existentes nos equipamentos públicos do território relatadas pelas respondentes RPP1 e RPP2, são assuntos de pauta discutidos nas reuniões do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho que é reconhecido como a principal instância de construção coletiva na busca de garantias de direitos da população residente no sub-bairro.

Os encontros realizados no Fórum têm o intuito de agregar segmentos representativos do sub-bairro, tais como: moradores, representantes do poder público, ONG's dentre outros, na perspectiva da construção de pautas coletivas na busca da melhoria das condições de vida da população que deverá ser efetivada através da implementação de políticas públicas.

Identificamos através das reuniões no qual participamos entre os períodos de 2017 e 2019, que o Fórum está em processo de estruturação, situação que permanece até os dias atuais. Há pouca adesão dos moradores na participação das discussões que geralmente acontecem toda a última segunda-feira do mês, embora no período de pandemia de Covid 19, não tenha sido possível a realização das reuniões. Além dos moradores, percebemos que poderia haver uma maior participação dos representantes do poder público local (CRAS, Escolas, Posto de Saúde) e também das Organizações não Governamentais, o que consideramos se constituir como uma relação de fragilidade do Fórum na interação com os demais sujeitos envolvidos nas ações que são desenvolvidas em Jardim Gramacho conforme relata LC2:

*Jardim Gramacho tem 20 mil moradores. Precisa de quantas escolas para 20 mil moradores? Então vamos supor precisa de 10 creches, então a gente tem que lutar por 10 creches! Então não tem como deixar essa luta de lado e colocar o meu filho na ONG entende? Então a ONG acostuma mal porque não discute política pública e acaba se acostumando com aquele serviço de qualidade que a ONG oferece daí não discute política pública. Esse é o grande mal que as ONGS fazem aos moradores e ao bairro porque a maioria delas não alimenta essa discussão. E o espaço que a gente entende que deveria ser propício a isso é o fórum. Pode ser os outros movimentos? Pode! Mas o fórum tem essa "vibe", essa função de reunir os*

*moradores... Aí por causa de monte de brigas e vaidades não avançamos nesta questão. (Entrevista LC2 realizada em 20/11/2020).*

Nesta fala, o LC2 que exerce liderança em um dos grupos de trabalho do Fórum Comunitário, problematiza a escassez de vagas nas escolas devido à grande demanda de alunos e generaliza a postura dos moradores que permitem que seus filhos assistam aulas de reforço escolar nas ONG's, sem que haja uma problematização sobre o fato. Afirma, que embora o Fórum possua a característica de reunir os moradores, devido a brigas e vaidades não há avanços em algumas questões.

A riqueza desse espaço, é relevante, considerando que tem como competência articular os moradores de Jardim Gramacho aos órgãos públicos de Duque de Caxias e ainda questionar a competência dos serviços prestados de acordo com informações e subsídios obtidos através dos Grupos de Trabalho de educação, saúde, trabalho e renda etc. Porém, identificamos que há resistência por parte do Fórum em relação as atividades desenvolvidas por algumas Organizações não Governamentais que participam das reuniões, o que demonstra necessidade de esclarecimento a respeito das competências de cada segmento, visto que entre o objetivo do Fórum e o que vem sendo praticado cotidianamente nas reuniões, registra-se um descompasso, que por vezes inviabiliza articulações necessárias e importantes na busca da defesa de interesses coletivos do sub-bairro.

Encontramos respaldo nas falas dos entrevistados ONGF1 e RPP1:

*Como eu já fui muito a reunião do Fórum, eu acho que em alguma medida as ONG's incomodam alguns moradores, percebo que tem gente que se sente incomodada principalmente quando a ONG não tem tanta representatividade de moradores. Como se fosse uma invasão. "Vocês estão invadindo o meu espaço." (Entrevista ONGF1 realizada em 26/11/2020).*

*A minha angústia com relação ao Fórum Comunitário é a de que eles atuam muito pouco junto à população mais defendendo interesses próprios de um determinado grupo do que a melhoria do bairro de uma forma geral. Isso que eu percebo do Fórum, eu participei de algumas reuniões, começou a me causar muita angústia, daí eu preferi sair. (Entrevista RPP1 realizada em 08/12/2020).*

A fala da RPP2 reitera sobre a fragilidade na articulação entre o Fórum, as ONG's e os aparelhos públicos:

*Eu acho que o Fórum é um diamante que não é lapidado. Então em Jardim Gramacho tem um monte de frente que não se falam, não se comunicam. Não se falam no Fórum, nem entre as Ong's, nem no poder público, não falam nas duas unidades de saúde que tem em Gramacho. Quando eu falo nas unidades de saúde, eu estou te falando que não fala, porque toda vez que chega coisa "ONG" geralmente quem fala sou eu. Então eu acho que o que falta é uma articulação*

*mesmo sabe? Fazer uma rede de articulação. Inclusive porque eu acho que isso daria uma visibilidade, ante ao trabalho que é realizado lá. (RPP2- Entrevista realizada em 09/12/2020).*

As falas da ONGF1, RPP1 e RPP2, dão sustentação ao argumento inicial de que o Fórum está em processo de estruturação e amadurecimento quanto a sua atuação e a maneira de enxergar os sujeitos que compõem o cenário do sub-bairro. Os partícipes da reunião, quase sempre são os mesmos moradores, o que dá a entender conforme a visão da RPP1, que o Fórum visa os interesses de uma pequena minoria, ao invés de vislumbrar os interesses dos moradores como um todo. Em contrapartida, interpretamos que a baixa adesão por parte dos moradores na participação das reuniões, contribui para que haja esse entendimento. A pequena divulgação das atas das reuniões e o mínimo retorno que é dado sobre as ações realizadas pelo Fórum a comunidade de Jardim Gramacho, se mostram ineficientes e suscitam as dúvidas mencionadas pelo entrevistado RPP1, já que essa devolutiva, quase sempre, é dada apenas aos frequentadores das reuniões.

Sendo assim, é possível identificar através das falas dos líderes comunitários e dos demais sujeitos do território, que a estreita articulação do Fórum Comunitário com as ONG's, aliado a precariedade na infraestrutura dos equipamentos públicos, contribuem para que o território não avance em debates que possam promover a transformação não somente da vida cotidiana dos moradores, mas também do contexto urbanístico.

Ao mesmo tempo, o desinteresse do Estado na execução de políticas públicas, indicam a necessidade de intensificar a articulação dos sujeitos envolvidos na cobrança de soluções para as situações de desamparo. Não podemos negar, que sem a ação das ONG's, a situação que já é precária, poderia ser ainda pior, porém, como pode ser observado, poucas são as Organizações que têm um olhar amplo sobre as questões que abarcam a trajetória histórica do território, bem como as consequências e desdobramentos do fechamento do lixão.

Pensar em ações futuras para Jardim Gramacho, requer minimamente a compreensão de cada parte que compõe o cenário no qual se deseja atuar. Exige o envolvimento do Estado através de parcerias e na implementação de políticas públicas. Requer que as instituições se conheçam, sejam as instituições públicas, o Fórum Comunitário e as Organizações não Governamentais. Faz-se necessário que todas as partes envolvidas interajam e pensem de forma coletiva.

Logo, a insuficiência de políticas públicas, atrelada aos impasses nas relações intra e interinstitucionais contribuem para que as Organizações não

Governamentais mesmo que superficialmente, estejam atendendo as demandas do território, através da doação de medicamentos, alimentos, reforço escolar, cursos rápidos, esportes, dentre outras questões, mas sem oferecer uma proposta ampla de emancipação da população residente.

#### 4.2.

#### **A leitura de cada segmento em relação às atividades desenvolvidas e suas consequências**

Através dos relatos na pesquisa, identificamos que as Organizações Não Governamentais não encontraram dificuldades para se instalarem em Jardim Gramacho após o encerramento das atividades do lixão, visto que as condições de vulnerabilidade social que se encontravam os moradores, permitiram que essas organizações se instalassem no local.

Diante da realidade, não temos conhecimento sobre a interferência do poder paralelo do Fórum Comunitário ou de qualquer outra frente que estivesse disposta, a evitar a entrada da Organizações não Governamentais no território. Vale lembrar que antes do fechamento do lixão, já havia ONG's em Jardim Gramacho, porém após o fechamento, nota-se uma presença significativa dessas Organizações.

Aos poucos, as organizações tomaram conta de vários espaços no sub-bairro e quando lideranças e/ou moradores se deram conta, já havia dezenas delas, sejam essas fixas ou volantes, conforme apontam os moradores M3, M2 E M6, ao serem perguntados sobre a importância da presença das ONG's no território, afirmam sobre a existência de algumas Organizações ou até mesmo não se recordam da presença delas anteriormente:

*Eu acho que não tinha nenhuma, as que tinham se tivesse era uma, na minha época tinha uma escola comunitária que funcionava nesse mesmo esquema de ONG que dava oportunidade as mães que trabalhavam no lixão de colocar as crianças. (Entrevista M3 realizada em 09/12/2020).*

*Não... Não tinha tanta ONG não.... Eu me lembro que tinha só a xxxxx, a xxxxx, começou com as crianças daqui da Chatuba, as minhas crianças, as da Xxxxx, na casa dela, depois começou a crescer e também foi pra outro município da Baixada Fluminense. (Entrevista M2 realizada em 09/12/2020).*

*Que eu me lembre não, não sei.... Mas deixa eu lembrar... Caraca eu acho que ONG não. Mas sempre vinham algumas pessoas doar, dava doação e ia embora. Agora eles estão fazendo projeto mesmo como uma ONG, estão fazendo casas para virar uma ONG. Então é por isso também.... Tem pobreza também, tem muita. (Entrevista M6 realizada em 09/12/2020).*

A fala dos três moradores, exemplificam o argumento da maioria dos residentes entrevistados referente à memória que possuem sobre a atuação das ONG's antes do fechamento do lixão. Através dos relatos, identificamos que os moradores passam a dar maior importância a atividade realizada por elas, após o fechamento do lixão, seja pelo aumento considerável do número de ONG's, seja pelo fato de necessitarem dos serviços prestados como fonte de sustento.

No que tange as motivações que levaram as ONG's a atuarem no território de Jardim Gramacho, tivemos acesso a um dado interessante, que mesmo não fazendo parte diretamente do roteiro de entrevistas, aparece com certa frequência, na fala dos entrevistados e consideramos importante trazê-lo à tona. Através do discurso do representante da ONGF1, quando questionado sobre como os moradores lidam com as doações das ONG's, pois foi possível identificar que em alguns casos, há uma motivação de cunho religioso, mais precisamente da religião cristã protestante, que motiva a realização das ações no território:

*[...] Vou te explicar por exemplo: os que no caso são evangélicos, eles realizam muitas vezes aproximações em determinados territórios com as suas instituições porque querem "converter aquelas almas". É uma visão colonizadora, eu preciso converter você porque você vai para o inferno. Sabe? Eu não tenho nenhuma empatia por você, eu quero salvar só a sua alma. Levando em consideração que essa alma tem um corpo e esse corpo tem um CPF, tem um RG, é preto, é desnutrido, desempregado, mas não importa, o que importa é a sua alma. Então é uma perspectiva religiosa que é meritocrática e que tem a sua base no Kardecismo risos], kardecismo porque essa é a perspectiva da evolução! Quanto mais eu fizer melhor me torno! Na semana que vem eu posso vir barata, cachorro, o que eu preciso é fazer mais, vou fazendo mais e mais e mais. Cara isso atravessa uma série de iniciativas ali no território. Isso não chega no cerne da questão e qual é o cerne da questão? Transformar as pessoas através da transformação da realidade no qual elas estão. (ONGF1- Entrevista realizada em 26/11/2020).*

A referência religiosa, também pode ser observada nas falas dos demais sujeitos partícipes da rotina do sub-bairro, seja no argumento da liderança comunitária, seja na fala de uma representante do poder público. Acreditamos ser importante trazer essas informações para a discussão, uma vez que nos ajudam a compreender as nuances que fazem parte das ações realizadas pelos sujeitos.

Segue abaixo, a fala do LC2, quando perguntado sobre como conheceu a localidade de Jardim Gramacho e a fala do RPP2, quando responde a respeito dos serviços públicos ofertados a população do sub-bairro:

*Eu estou em Jardim Gramacho desde 2008 e conhecer e poder trabalhar em Jardim Gramacho foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida como formação bíblica, pessoal foi ir para lá. A minha vida é uma antes e depois de Jardim Gramacho [...]. Ali eu conheci pessoas e uma situação que nunca havia presenciado [voz embargada e fica emocionado]. (Entrevista LC2 - realizada em 20/11/2020).*

*Eu esqueci de falar isso: Eu já quis muito ir pra África. Passar uns dois anos fora. Mas quando cheguei em JG eu disse: Eu entendi Deus! Preciso ir não, vou ficar aqui mesmo. A minha sensação acho que eu até escrevi isso no mestrado, é de que eu estava em cima desses chips, dessas instituições do exército que você sente que é tudo aberto e você fica caçando um lugar... Cara você fica e fala para as pessoas.... Quem vem vir aqui resolver isso? (Entrevista RPP2 realizada em 09/12/2020).*

Compreendemos que a fé pode ser um ingrediente motivacional válido para trabalhar em ambientes singulares como o de Jardim Gramacho, mesmo no caso de pessoas não estão em missões voluntárias, e sim de trabalho como é o caso da RPP2, considerando que se fez necessário uma motivação que foi além do da experiência profissional. Porém, vale ressaltar a observação feita pelo Representante da ONGF1, de que para algumas Organizações não Governamentais, que são vinculadas à princípios religiosos, sobretudo cristãos, de que vale mais um corpo desnutrido, negro, faminto, domesticado, dócil, obediente que não contesta e que apenas se deixa instruir (Foucault, 1975).

Neste caso, o contexto social no qual a pessoa se encontra, quase sempre é justificado pelo “pecado” e se ele “aceitar Jesus”, pode “mudar de vida”. Para o “evangelizador”, quanto “mais almas forem salvas”, maior “a recompensa no céu”. O interesse é único e exclusivamente individual e não há conectividade com a transformação coletiva e social. São princípios meritocráticos que ainda são “pregados” dentro das igrejas e reproduzidos por algumas ONG’s de Jardim Gramacho, de acordo com a fala do representante da ONGF1.

Outro fator motivacional para a presença das Organizações Não Governamentais em Jardim Gramacho, tem a ver com a necessidade de alguns indivíduos na realização do trabalho voluntário. Ao entrevistarmos o representante da ONGV1, ele relatou que ao convidar as pessoas para conhecerem “*um lugar caótico*” há 40 minutos de Ipanema, elas ficavam chocadas com o que viam e retornavam outras vezes para a realização do trabalho voluntário. Ele finaliza a fala com a frase: “Fazer o bem vicia.” Diante da fala, procuramos saber o porquê, e ele afirmou:

*Quando a gente leva as pessoas tanto lá para Jardim Gramacho, quanto para a ação dos moradores de rua que a gente faz, as pessoas parecem que saem dos casulos, da zona de conforto e dão mais valor ao que tem, passam a reclamar menos do dia-a-dia, ao terem uma interação com as pessoas que não tem absolutamente nada e recebem a gente com um sorriso no rosto, com muito carinho e amor, tanto em Jardim Gramacho como os moradores de rua. Então eu acho que isso causa um impacto na pessoa, vicia. Quando a gente leva a pessoa para uma ação social dificilmente ela não vai na segunda ação. É muito bom isso. (Entrevista ONGV1 em 23/11/2020).*

De acordo com Proença et al. (2008), o trabalho voluntário

consiste em oferecer o serviço a uma determinada organização, sem esperar uma compensação monetária, onde o serviço prestado, origina benefícios ao próprio indivíduo e a terceiros. A realização do trabalho voluntário pode ter inúmeras motivações tais como: expressar os seus próprios valores, altruísmo e humanismo, a oportunidade para aprender e exercitar o seu conhecimento e habilidades; função social, oportunidade de estar com amigos ou fazer novos amigos; função de benefícios, relacionada com a carreira profissional que pode ser obtida através do trabalho voluntário; e, finalmente, função de oportunidades de autoestima e do ego (Proença et al., 2008, p. 6).

Em Jardim Gramacho, ao longo desses 5 anos de atuação profissional, o que é possível depreender em relação ao comportamento dos voluntários, primeiramente uma comoção por parte daqueles que conhecem a realidade dos bolsões de miséria do território e, segundo ponto, é o desejo de alguns em “ajudar”. Acreditamos que a maioria dos voluntários, possui boas intenções em suas ações, mas não compreendem que através das doações, também contribuem para um círculo vicioso, que está atrelado a escassez de políticas públicas em consonância com a baixa escolaridade e a privação do emprego devido à ausência do lixão.

Muitos moradores não conseguem encontrar outros meios para se reinventar e o “Bolsa Família” dentre outros programas governamentais também não dão conta de suprir as inúmeras demandas dos moradores do território.

Isso porque ao mesmo tempo em que as doações complementam, emergencialmente, as necessidades dos moradores, faz com que os mesmos, devido aos argumentos já apresentados, não procurem outra forma de sustento que não sejam as doações, sobretudo porque a forma de doação não é estruturada para fazer com que, quem as receba, possa se indignar com esse processo e passe a questionar e cobrar dos poderes constituídos trabalho e condições dignas de moradia, lazer, transporte entre outras questões. Tal atitude, quase sempre não é observada por quem doa, visto que grande parte dos doadores não está no território, mas passa por ele de forma esporádica. O LC2, ao ser perguntado sobre como os moradores avaliam o trabalho das Organizações fixas e volantes, enfoca que:

*Então de uma maneira geral, essas ONG's “do assistencialismo” os moradores acham bom. E eles também gostam das ONG's que tem o trabalho mais sistematizado. Então o morador acha bom os dois trabalhos, e eles estão viciados com isso. E isso é um problema porque quando a gente chama algum morador para discutir alguma questão que não é de assistencialismo ele pergunta logo: “Vou ganhar alguma coisa?” Porque eles também já foram acostumados ao longo da história em ganhar coisas. Então, a maioria dos moradores que são beneficiários dessas ONG's de finais de semana, eles acham bom porque eles já estão viciados nesse tipo de coisa. (Entrevista LC2- realizada em 20/11/2020).*

Já a representante da ONGF2, ao ser questionada sobre o motivo que incentiva as ações das Organizações no território:

*Eu acho que é a questão mesmo da vulnerabilidade. Só que assim né, isso tem que ficar bem claro na cabeça da gente, que são pouquíssimas ONG's que fazem um trabalho transformador dentro de Jardim Gramacho, a grande maioria, vai realizar ações pontuais de assistencialismo, que na realidade não leva a muita coisa [...] Eu acho que a gente não vai desmerecer o trabalho dessas pessoas né, até porque todo mundo vai com muita boa vontade, mas é uma coisa que a gente fica se perguntando até quando vai isso. E a gente conta nos dedos as ONG's que fazem trabalho lá (se referindo as ONG's fixas), são muito poucas. (Entrevista ONGF2- realizada em 25/11/2020).*

Ressalta-se que a ideia aqui não é culpabilizar o morador, tão pouco rotulá-lo enquanto preguiçoso, acomodado, dentre outros adjetivos que escutamos no dia a dia no sub-bairro. O intuito é dar notoriedade ao fato de como ações de cunho assistencialista sem objetividade e proposta de emancipação humana não contribuem para ampliação da construção coletiva na busca de transformação social.

A RPP2, ao perguntarmos como compreendia a relação dos moradores com as ONG's, a sua resposta trouxe pontos importantes, a saber:

*Eu acho que a maioria das relações é de dependência e paternalista. Se eu estivesse no lugar deles eu também queria, meu Deus como é que eu não vou querer? Eu preciso de qualquer mão que seja estendida nesse momento!! Eu acho que é um trabalho de formiguinha e que de forma geral, a população vê mais como um trabalho assistencialista, paternalista e ainda é minoria, a família que vai e se desenvolve[...] E eu acho que grande parte disso, poderia ser amenizado se houvesse uma articulação maior entre as ONG's [...]. Eu acho que as próprias ONG's não se falam. Porque assim, eu tô lá, eu vou por exemplo ensinar as crianças a fazerem copinho de cerâmica, daí tem uma ONG do lado que também está ensinando a fazer copinho de cerâmica. Bom aí eu não sei se é uma questão de verba [...] E acaba que fica também restrito a localidade, pois a maioria está tudo no mesmo território que fica em torno do lixão. (Entrevista RPP2- realizada em 09/12/2020).*

Vale ressaltar, enquanto complemento da fala da RPP2, que há expectativa suscitada em alguns moradores, com relação as mudanças estruturais no território a partir das promessas que são realizadas por algumas Organizações não Governamentais A fala do LC2 respalda o argumento:

*As pessoas estão com fome e precisando de trabalho. Se a ONG chega e reúne aquelas pessoas e pergunta se as pessoas querem trabalhar então vamos fazer juntos. Aí é uma coisa. Agora se eu já chego com uma proposta mirabolante, eu tenho a solução, eu sou a ONG e aqui nós vamos trabalhar, já começa ruim eu acho. Então as ONGS no Jardim Gramacho, a maioria delas, na minha percepção chegam como se fossem salvar a pátria e para um povo que é analfabeto politicamente, analfabeto funcionalmente, nossa ver aquilo ali, ora aquilo ali é a minha taboia de salvação. Então cria uma perspectiva ruim né. (LC2- Entrevista realizada em 20/11/2020).*

Em contrapartida, as ONG's, que pensam propostas e planejam ações a longo prazo, diferentemente das que executam ações pontuais, e, podem vir a encontrar dificuldades para se instalarem no território e serem reconhecidas como Organizações não Governamentais. Fator apontado pela ONGF2, quando afirma que para ganhar a confiança dos moradores, primeiramente precisou doar cestas básicas como forma de atraí-los, para que posteriormente, pudesse oferecer apenas os serviços que já estavam programados pelos administradores. Observe o relato da representante da ONGF2, ao ser perguntado a respeito da chegada da ONG no território de Jardim Gramacho:

*Então lá em 2015, a coisa passou a ficar mais estruturada e hoje, o xxxxxx tem um nome dentro do Jardim Gramacho, nós somos reconhecidos, mas inicialmente tivemos que recorrer a esta troca. Existem poucas ONG's que fazem esse trabalho contínuo, a maioria são ONG's volantes, que estão lá nos finais de semana e existe uma cultura estabelecida de doação, de assistencialismo e o xxxxxx não concorda com isso de jeito maneira. Mas lá, no início em 2015 foi necessário fazer essa troca, até mesmo para conseguir chegar a essas pessoas. Então assim, seu filho para ficar na instituição, você recebe uma cesta básica por mês. E assim foi feito durante algum tempo, isso até 2017. Quando chegou em 2017, a gente suspendeu esse fornecimento da cesta básica porque a gente entendeu que já estava na hora delas perceberem né.... Se quer ficar é porque quer ficar, porque entende que é bom para o seu filho, para a sua família enfim.... Então assim... Nenhuma família saiu, isso é um bom resultado, nenhuma quis sair, todas continuaram e tal. (ONGF2- Entrevista realizada em 25/11/2020).*

Devido a forma que se estabelecem grande parte das relações entre Organizações não Governamentais e moradores, não podemos deixar de destacar, que durante as entrevistas, foi possível constatar através da fala de moradores que há conflitos entre eles, devido as escolhas de moradores representantes e as formas de doações, conforme relato abaixo:

*Tem ONG aqui assim: "Ah eu gostei de você então eu vou ficar puxando o seu saco" e deixa a outra família pra lá. A família tal é a família que eu vou escolher pra ajudar. Por exemplo, a questão do caminhão de água de pipa. Tem ONG's aí que dá, mas vou deixar fulano de tal como responsável. Fulano de tal eu não falo com você eu não vou dar água você. Eu vou passar aqui na tua porta, eu sei que você só tem dois galões de água e não vou te dar. Sendo que a ONG, se ela tá dando, ela mesmo tem que ser responsável ela mesmo tem que botar a cara: "Poxa se acabou ali a água do fulano, eu vou dar pra você". Mas pelo menos a ONG tem cara. (Entrevista M6 realizada em 09/12/2020).*

*Aí surge aquela fofoca. Ah tá dando água pra fulano, pra sicrano, daí surge aquela bola de neve. Um recebe doação o outro não recebe. Que nem agora, a xxxx parou de dar a água, por causa de fulano, aí o yyyy estava vindo dar a água, mas fulano não recebeu, aí estava "escolhendo cara", daí estava dando muito conflito. (Entrevista M2 realizada em 09/12/2020).*

Outro caso reportado nas entrevistas que também pode gerar atritos, se refere as ONG's que não possuem estrutura física e utilizam as casas dos

moradores como ponto de encontro, e entrega de doações. Conforme o relato da M6, nestes casos, a ONG ao se deparar com a realidade do local, decide “ajudar”, mas não sabe como chegar nos moradores. Por isso, faz a escolha por um residente, que não sabemos se é aleatória, que além de realizar a aproximação com os demais moradores irá fornecer a sua própria residência enquanto espaço de encontro para a realização das doações. O morador eleito, além de ter o poder da escolha de quem receberá as benesses, acaba sendo privilegiado não apenas em suas decisões, mas também no recebimento de doações extras, que possam vislumbrar melhorias até mesmo para a sua residência, através de obras, reformas, etc. Conforme o relato da M6:

*Vou colocar uma suposição.... Eu dona daqui aí você me conhece, aí você fala xxxx eu quero ajudar aqui, você me ajuda? Claro que a gente tem que apresentar você para os outros moradores e tal. Aí você vai lá e faz uma ONG e nisso que você faz uma ONG, você me "coloca de frente" também junto com você. Na hora de doar, eu que vou na porta chamar os nomes. E nisso, o que eles estão fazendo, vamos supor eu não falo com fulana. Aí confusões daqui da rua, "bota para dentro" da ONG. Se eu tenho uma briga com você e eu não sou dona da ONG, por estar fechada com a ONG, eu te tiro! A hora que eu quiser, eu te tiro eu te boto! E faço o que eu quiser! Então está acontecendo muito isso. Ainda mais as ONG's daqui a maioria tem gente que é própria de Jardim Gramacho, então fica uma coisa chata. (Entrevista M6 realizada em 09/12/2020).*

*Então se você tem uma briga eles querem te tirar. E quer se sentir melhor do que você, aí o morador começa do nada a se levantar, porque tem a pessoa que tá fazendo a ONG. Você doou uma parte do seu espaço, daí a ONG diz: "Eu vou te ajudar". O morador que ajuda as vezes está precisando de uma casa de tijolo e a ONG acaba dando uma casa de tijolo, ainda mais se for uma ONG que recebe bastante doação. Vai se levantar e também vai levantar a ONG. E nisso tá "crescendo" muita gente aqui dentro. Esses moradores, estão esquecendo que eles são iguais a nós. E tá acontecendo muito isso aqui. (Entrevista M6 realizada em 09/12/2020).*

Observamos no período de março a agosto de 2020, que compreende o primeiro momento pandêmico, um aumento considerável das reclamações citadas acima, devido ao crescimento do número de doações. Segundo depoimentos colhidos nos atendimentos do Serviço Social do mesmo ano, algumas ONG's que ainda não tinham ações no território, surgiram exclusivamente para doar cestas e materiais de higiene pessoal por conta das ações solidárias em função da pandemia.

Já outras organizações fixas que não tinham a característica de doação de alimentos, entenderam a complexidade do momento, se inscreveram em editais e/ou fizeram campanhas na internet para arrecadar fundos, objetivando suprir as demandas dos moradores. Outras auxiliaram de forma presencial e às vezes

remota os seus beneficiários a se inscreverem no Auxílio Emergencial<sup>11</sup>, benefício concedido pelo governo federal aos mais vulneráveis em determinado período da pandemia. No entanto, pelo fato de a solicitação somente ser efetivada através do aplicativo governamental, e para tanto era necessário o acesso à internet, aliado ao fato dos moradores possuírem baixa ou nenhuma escolaridade, se tornou um obstáculo no acesso ao benefício que foi vital para suprir as necessidades da população, já que o material reciclável recebido pelo Polos de reciclagem e pelos lixões clandestinos tornou-se ainda mais escasso nesse período.

A fala do representante da ONGF1 resume o trabalho realizado pela organização em que trabalha ao ser perguntado sobre o que na visão dele incentivava a presença das ONG's no território:

*Como aconteceu durante a pandemia que a gente fez o cadastro para eles terem acesso ao auxílio emergencial.... Eu acho que isso dá um outro tom pra gente cara, por exemplo chegar uma criança ou adulto e pedir: "Pode imprimir isso aqui pro meu filho?" Daí eu ouvi aqui: "Por que que vocês fazem isso?" Achei interessante quando vieram me perguntar.... Por que você tá atendendo todo mundo? Sabe.... Eu acho que isso traz um outro status para a instituição. Eu pelo menos acho que é um divisor de águas esse ambiente gerado pela pandemia. Porque você pode ver realmente quem faz e que precisou fazer muito mais e quem se aproveitou e veio só para surfar na onda. Eu acho que isso dá um outro tom para a gente, dá mais respeito para a organização no bairro. (ONGF1- Entrevista realizada em 26/11/2020).*

Devido ao trabalho das ONG's, no primeiro momento da pandemia, muitas famílias puderam ter acesso a renda salarial de R\$1.800,00, já que um casal que possui uma união estável não registrada, poderia ter dois componentes cadastrados, onde a mulher com filhos teve direito a receber R\$1.200,00 e o homem R\$600,00. Já no período de setembro até os dias atuais, notamos uma queda significativa do número de ONG's volantes que estavam realizando doações. Não sabemos ao certo os motivos, porém as moradoras M3 e M5 opinaram sobre o ocorrido quando perguntados sobre o que pensavam sobre os serviços prestados pelas ONG's:

*Então eu acho que as ONG's que vieram e as que ficaram, estão aí dando a cara a tapa no meio dessa pandemia que não abandonaram. Teve Ong aí que sumiu. Não teve uma ajuda para o morador, não teve um auxílio pra mãe que tem filhos e não estuda e que está dentro de casa e que não sabe fazer nada. Tem mãe que não sabe ler e nessa pandemia, como vai ajudar os filhos com as tarefas da escola? Tudo pelo celular. Tem gente aqui que não tem. É por isso que eu tô falando né*

<sup>11</sup> O auxílio emergencial é um benefício que foi aprovado pelo Congresso Nacional através da lei nº 13.982/2020, que visa garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia do Covid-19, já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>>.

como as ONG's foram importantes, as que sobreviveram a pandemia de JG. (Entrevista M3 realizada em 09/12/2020).

*A única ONG que eu vejo aqui dentro ainda dando uma assistência é xxxxx e ainda mesmo assim, botando as crianças pra estudar. Esse período de negócio de COVID, essas coisas, a escola está fechada, xxxx está ali com a professora dele, ta dando aulas para as crianças, está ensinando alguma coisa, tem a assistente social lá, tem outras meninas lá que vem dá assistência pra gente. Se a gente está precisando de bolsa família, do auxílio emergencial, a gente consegue resolver, um negócio de problema na justiça, tem gente pra atender. (Entrevista M5 realizada em 09/12/2020).*

Através dos pontos abordados, foi possível identificar a multiplicidade de questões que permeiam a relação das ONG's com os moradores, bem como as diversas motivações para que as ações no território fossem desenvolvidas. Tais motivações, conforme pudemos identificar, não se restringem apenas as ONG's, mas perpassam pelos demais sujeitos envolvidos.

A grande maioria dos voluntários chegam ao local com ótimas intenções, muitos deles, com formação de ensino superior, mas, por vezes, abrem mão da formação para atuar em outras demandas, conforme as necessidades da Organização não Governamental. Ainda assim, se faz necessário a integralização das ações para obter resultados que sejam de cunho efetivamente transformador. No próximo tópico, veremos alguns casos que irão demonstrar uma outra face do trabalho voluntário, além da relação das Organizações não Governamentais com os moradores, associado ao uso das redes sociais.

#### **4.3. Os moradores de Jardim Gramacho e a “ajuda recebida”: conformismo ou resistência?**

É fácil cair na armadilha de mostrar exatamente o que as pessoas querem ver: o exótico, o desfavorecido etc. Sem perceber, também é comum se colocar ao centro e virar o “salvador” daquela história, pois selfies rendem curtidas.

Kristin Marie Skaar

Na perspectiva de ouvir dos moradores quais eram suas impressões a respeito da ajuda recebida pelas ONGs ou até mesmo de identificar quais eram as visões existentes e as diferentes formas de cada um aceitar ou rejeitar a ajuda, procuramos dar voz aos sujeitos respondentes e, para nossa surpresa, foi recorrente ouvirmos diversas reclamações a respeito da exposição demasiada das imagens do local e de alguns moradores, como forma de apelo utilizado pelas organizações nas redes sociais, objetivando convencer voluntários da importância

de prestar caridade por meio de doações para atender o território do lixo, no entanto sem autorização de uso de imagem dos respectivos moradores que são expostos nas redes.

Nesse sentido, listamos algumas falas, pois consideramos importante evidenciar, o quanto essa exposição causou e causa nos moradores um sentimento de baixa estima, já existente, e que vem sendo trabalho pelo Serviço Social nas reuniões de grupo, conforme já informado anteriormente, bem como reforça a estigmatização existente, contribuindo para cada vez mais a relação da sociedade com o território ser constituída pelo ato da caridade, e não como uma ação que vise a construção de consciência coletiva na busca de novas formas de resistência da população residente, e na busca de melhor qualidade de vida, trabalho, saúde, lazer dentre outros aspectos importantes na vida em comunidade.

Nos deparamos com falas de moradores que apontam as diversas formas indevidas do uso da imagem no território. Começando pela exposição de uma criança brincando, mas pelo fato da insalubridade do local, o aspecto da sujeira é evidente, e isso gera uma série de avaliações negativas, inclusive pelo estigma do lixo, embora o fato não passe de uma brincadeira realizada por qualquer criança, independentemente do local que ela resida, mas no caso de Jardim Gramacho, tem outra conotação. Outra fala incide sob a forma como é analisada a prática de algumas mães no evento de doação de fraldas para crianças, onde de forma desorganizada se jogaram para conseguir o item e a análise do fato ganha outra avaliação, sendo considerada negativa, embora essa prática possa ocorrer em outros locais. A exposição e os julgamentos contribuem mais uma vez para depor contra a imagem do território, ao invés de visibilizá-lo de forma positiva:

*As vezes as crianças estão sujas, e eles pegam aquela imagem da criança suja. Porque as crianças brincam aqui, aqui tem lama. Então se beneficiam muito das fotos, coloca como pobre coitado que está precisando e não é assim [...] Só porque as crianças estão brincando na rua? Às vezes não pedem autorização para as fotos não. Já parou várias fotos dos meus filhos em vários lugares. E tem umas ONG's que a gente dá autorização, mas não deles sujos igual lá na xxxxxxxx, lá eles não colocam uma foto das crianças escorrendo meleca, uma foto das crianças todas sujas e ficam ali brincando. Tem ONG que apela muito. (Entrevista M7 realizada em 09/12/2020).*

*Eu acho que essas fotos mancham a imagem de Jardim Gramacho. Tipo uma suposição. Meu neto tá ali brincando né? É criança, aí se suja. Ele vem aqui, sem o consentimento da mãe dele, sem o consentimento de um parentesco e coloca no Facebook, manchando a imagem da pessoa, difamando aquela família [...] Igual eu já vi ONG aqui, que é muito conhecida tanto aqui, como em outros lugares, eu tinha o face dele, eu vi uma vez, ele tirou uma foto da cabeça de uma criança e colocou no Instagram e no Facebook que a cabeça da criança estava com um monte de machucados. O meu filho pode estar com a cabeça caindo aos pedaços, mas você não pode tirar foto, só que vai do seu coração, porque se você tiver um coração*

*ruim você vai expor o meu filho, sabendo que é uma criança. (Entrevista M1 realizada em 09/12/2020).*

*Um rapaz num outro dia esculachou o pessoal daqui. Há uns dias ali no campo, tiraram uma foto, tinha um bolo de fraldas descartáveis. Aí teve um empurra-empurra igual bicho, pra pegar os pacotes de fraldas. Tiraram uma foto dessa, aí botaram lá no Facebook. O pessoal da Cohab esculachando o pessoal daqui de dentro. Era esse povo que mora na praça que compra roupa direto, tem uma condiçãozinha melhor, mas quando tem doação, vem pegar cesta básica aqui dentro, e ainda por cima estava esculachando o pessoal daqui de dentro. Aí eu não me sinto à vontade, porque pode ser o que for, mas é seu vizinho, tu conhece... Aí o pessoal tá falando: "tá igual bicho". Tem o celular bom, mas tá igual bicho lá pedindo não sei o que [...] Eu não me sinto à vontade. Como foi eles, poderia ser a foto de um parente meu que estava ali no meio. Aí todo mundo fica comentando: "É bicho", "mora lá dentro daquele buraco". Eu não gosto. (Entrevista M3 realizada em 09/12/2020).*

As Organizações não Governamentais que atuam em Jardim Gramacho, utilizam, as redes sociais como forma de divulgação dos seus trabalhos, objetivando além de convocar os voluntários para ações esporádicas no território, também na divulgação de campanhas, para construção de casas populares para moradores, doações de brinquedos nas datas festivas (Dias das Crianças, Páscoa, Natal), e sobretudo para atrair investimentos e patrocinadores de grande relevância nas mídias como é o caso de jogadores de futebol, modelos e artistas televisivos na busca de cada vez mais dar maior visibilidade ao local e angariar recursos financeiros.

Consideramos que atualmente, as redes sociais sejam ferramentas importantes para levar o trabalho além das fronteiras, e com isso visibilizar e ampliar a rede de solidariedade, assim como cobrar do poder público o cumprimento do seu papel a partir das demandas locais. No entanto, deve ser utilizado respeitando os padrões éticos por intermédio do uso eficiente do respeito ao direito de imagem, além de não exagerar em apelos midiáticos que mais expõem e prejudicam a população do que auxiliam na busca de soluções das demandas existentes.

Mas em Jardim Gramacho, a partir das recorrentes reclamações sobre as formas como algumas ONG's utilizam a divulgação do trabalho desenvolvido no local através das redes sociais, fica evidente o descaso e a utilização indevida. A começar pela inexistência de autorização expressa por parte dos moradores na divulgação das suas imagens, sobretudo das crianças, pois de acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente a lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, no artigo 18 preceitua que é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, e esse aspecto legal ganha maior

sustentação, combinado com Código Civil Brasileiro a lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 o que em seu preceitua no artigo 20:

Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais. (Código Civil, 2002).

Algumas Organizações não Governamentais não cumprem o que está previsto em lei e divulgam fotos que constrangem os moradores de Jardim Gramacho. No entanto, fica evidente por meio das falas das M1 e M7 a diferenciação entre as ONG's que tem o cuidado de postar fotos que não gerem a insatisfação dos responsáveis e que consideram o direito da criança, em não as expor ao que pode ser visto pelos pais como vexame e constrangimento. Já outras organizações segundo seu relato, parecem escolher fotos que podem causar maior comoção nas redes sociais.

Os moradores também se sentem desconfortáveis com o fato de que algumas organizações que divulgam as fotos, normalmente são as passageiras, que visitam o local apenas uma vez ou só transitam em datas festivas, mas constroem textos nas redes, incentivando outras pessoas a “fazerem o bem”, porém não estabelecem vínculos, não conhecem suas histórias, suas especificidades, mas utilizam as fotos como referência de boas práticas. Conforme aponta em seu relato a M3:

*Tem umas que vem só dar cesta básica, tira aquela foto, coloca aquele textão lá no Instagram, no Facebook, bota aquelas crianças cheia de lama, cheia de carvão e vão embora. Você nunca mais vê a cara de quem deu, mas a gente acha as coisas no Facebook. Não sabe meu nome, as minhas necessidades, mas tá lá pagando de bonzinho porque doou uma cesta básica. (Entrevista M3 realizada em 09/12/2020).*

Esse posicionamento em relação ao uso indevido da imagem dos moradores, aparece também na fala da RPP1 além de questionar a eficácia do trabalho das ONG's volantes:

*Como profissional eu não gosto desse trabalho volante porque é aquela coisa, somente de ofertar e não oferecer um trabalho contínuo né.... Tem ONG's que vão pra lá uma vez por mês ou nas épocas mais comemorativas, nas datas mais festivas né, natal, Dia das Crianças essas coisas. Então essas só ofertam algo, tiram foto e vão embora. É não acho isso justo com a população, porque elas também usam da imagem do bairro, da imagem da pobreza, moradia, falta de saneamento básico, para estarem se aproveitando nas redes sociais né, pra poder estar ganhando aí sucesso. (RPP1- Entrevista realizada em 08/12/2020).*

Durante o ano de 2020, seguimos a hashtag #JardimGramacho em nossas redes sociais, a fim de acompanhar as postagens das Organizações não Governamentais. Por motivos de segurança e a fim de preservar a integridade das pessoas que tiveram as suas imagens divulgadas, (inclusive muitas delas conhecemos o dia a dia, bem como as suas histórias), escolhemos não reproduzir aqui as fotos que foram postadas.

Faz-se necessário, o cuidado na veiculação das imagens, considerando que em nossa observação e acompanhamento nas redes sociais, por meio da hashtag #JardimGramacho, pudemos verificar que tanto o território como os moradores, por vezes são tratados enquanto atrações turísticas por alguns voluntários e Organizações, uma vez que algumas fotos, que são priorizadas pelos voluntários e ONG's, dão ênfase a pobreza do local conforme os relatos dos respondentes/entrevistados M4, M6 e M3 respectivamente:

*Por exemplo: as crianças estão aqui agora, daí eles tiram uma foto, aí daqui pouco você vai lá, faz uns negócios lá que tem como fazer nas fotos (falando dos filtros de Photoshop) e bota as fotos como uma pobreza, como quem tirou lá no fundo de tudo. Por exemplo, você pode estar ali na rua sentado ou então estar um monte de pessoa, tá dando uma cesta básica ali, tá todo mundo de cabelo despenteado. Tudo normal. Daqui a pouco eles vai lá, com máquina deles ou com celular e tira foto e tiraram uma foto boa, eles vão lá, puxam o final que tá muito sujo, e aquela cor bem escura parece uma África e vai lá e aplica na foto. (Entrevista M4 realizada em 09/12/2020).*

*É mas tinha foto absurda, muito absurda no Instagram. A criança chega com um machucadinho, daí vai lá tira a foto e coloca a foto do machucado, bota um texto enorme como se a mãe não cuidasse. Ai se tiver uma criança sentada aqui no chão na minha sala, comendo eles tiram foto deles sentados no chão e bota aquele efeito preto e branco pra mostrar que parece até... [ela sorri], a situação pior do que é. É assim que eles fazem. E eles acham maneirão. Aqui tem umas crianças “quebradas” mesmo, mas também não tem necessidade né? Coloca no chão, tira foto, pá. Eles tiram em qualquer lugar. As partes pior.... Por exemplo, se tiver um chiqueiro ali do lado, a criança aqui tá do lado, eles colocam quase dando junto com o chiqueiro pra postar tá? E assim vai.... Algumas ONG's são boas e tal... Mas tem outras que só Jesus! (Entrevista M6 realizada em 09/12/2020).*

[...] Aqui é feio, não preciso mentir pra você, mas a impressão que eu tenho com essas fotos das redes sociais é que é um outro lugar, uma outra realidade que as vezes eu olho assim e penso: “Isso aqui não é Jardim Gramacho”. (Entrevista M3 realizada em 09/12/2020).

Outro dado interessante que surgiu com frequência na fala dos moradores e na fala dos demais entrevistados, refere-se ao fato de Jardim Gramacho ser comparado ao continente africano. Conforme relatado no item 3.3, a primeira vez que fomos a Jardim Gramacho em 2016, também escutamos o argumento de que conheceríamos a “África brasileira”.

A comparação de Jardim Gramacho com o Continente Africano, que sofre até os dias atuais as consequências do racismo estrutural, por conta da colonização/exploração europeia, é comumente utilizada pelos voluntários e representantes das ONG's fixas ou volantes.

Ao mencionar a África, as falas baseadas no senso comum, não consideram a sua diversidade, riqueza cultural, multiplicidade e particularidades econômicas. Tal fato, também é consequência do que é noticiado nos meios de comunicação que, ressaltam há décadas as condições de pobreza, as campanhas por ajuda humanitária, mas pouco falam sobre as riquezas culturais do território, suas especificidades, individualidades, bem como a sua estrutura econômica e social.

Se comparado ao território estudado, o Continente Africano também sofre as mesmas exposições na mídia e nas redes sociais, que por sua vez, dão notoriedade as desigualdades sociais vividas na África, a miséria, as doenças e a ausência de insumos, o trabalho voluntário, em suma: resume-se o território a apenas o que “há de ruim”, não havendo nada de bom ou produtivo para ser divulgado.

Outro fator comparativo de Jardim Gramacho com o Continente Africano, refere-se à quantidade de moradores negros, nos locais mais vulneráveis do sub-bairro, considerando os dados apresentados pelo Relatório Social das Ações Covid-19 (2020) já citado anteriormente, 78% dos moradores, se auto declararam como negros.

Ambos os territórios sofrem com a lógica da “vitrine da pobreza” - Ananya Roy (2017) e, a comparação que a princípio parece inofensiva, além de claramente ser racista, diminui estruturalmente um continente diversificado e repercute negativamente entre os moradores, que não suportam a ideia de serem considerados enquanto “miseráveis”, já que os mesmos, em sua grande maioria, reproduzem a lógica midiática sobre o Continente Africano. Os relatos das M6 e M4, demonstram a posição a respeito do assunto:

*Tem uma ONG aí em baixo que eu esqueci o nome, que já botou: “Acabamos de ajudar os miseráveis de Jardim Gramacho”, “Abaixo a pobreza”. Aí muitas mães se revoltaram, falou que ia em tal lugar resolver porque não pode. E essa ONG só coloca fotos absurdas! Essa ONG, não é dessas que vem e vai embora, ela tem um lugar, um prédio para receber as crianças. Pobre, é o diabo!! (Entrevista M6 realizada em 09/12/2020).*

*Igual o que eu falo, aí tem muitas ONG's igual essas ONG's aí, todinhas elas, foram todas fundadas aqui em xxxx, usando a imagem dos nossos filhos, pode entrar lá no face do xxxx que você vai entrar lá e vai ver as crianças daqui. Sabe o que ele postou? “Ah a gente não precisa ir na África não que ‘nós’ já está na África. Não precisa ir na Etiópia porque nós já vive na Etiópia”. (Entrevista M4 realizada em 09/12/2020).*

Evidenciamos mais um exemplo que pode ser identificado na fala da representante da ONGV2, quando perguntado sobre os motivos que incentivaram as Organizações a estarem presentes no território:

*Acredito numa conscientização maior da sociedade da necessidade de ajudar outras pessoas [...] Hoje em dia a gente vê na comunidade de forma geral, uma evolução que lá (Jardim Gramacho) não tem entendido? Então eu acho que as pessoas estão com uma consciência maior de que lá é a África brasileira. (Entrevista ONGV2 realizada em 23/11/2020).*

Contraponto esta posição, é notório na fala de M4 a insatisfação em relação a presença das ONGs e a exposição desnecessária: “Daqui a pouco eles vão lá, com máquina deles ou com celular e tira foto e tiraram uma foto boa, eles vão lá, puxam o final que tá muito sujo, e aquela cor bem escura que parece uma África e vai lá e aplica na foto” (Entrevista M4 realizada em 09/12/2020).

Mesmo que os residentes nos locais mais vulneráveis sobrevivam em condições degradantes, quando são realizadas comparações de tom depreciativo com o Continente Africano, a atitude que além de reforçar estigmas, reitera a desvalorização daquilo que já é considerado socialmente sem valor que, no caso de Jardim Gramacho, está vinculado ao lixo, a miséria e a ausência de infraestrutura. Mesmo que não “haja” a intenção de quem compara, a analogia reitera os princípios do racismo estrutural, além de sobrepor identidades. Segundo o que pontua Djamila Ribeiro (2018, apud Almeida, 2018):

O racismo é sempre estrutural, ou seja, é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. (Ribeiro, 2018, p. 15, apud Almeida, 2018).

Sendo assim, consideramos que o racismo estrutural além de estar presente no território pelos arranjos na sua formação econômica e social (Ribeiro, 2018), também pode ser identificado nas relações das Organizações não Governamentais com os moradores. Visto que as imagens divulgadas nas redes sociais com a legenda comparativa ao Continente Africano, podem estar atreladas ao apelo solidário na busca da realização de campanhas para doações de toda ordem. E ainda se constituindo como uma reconfiguração do estigma, pois além do local ser reconhecido como o território do lixo, também é associado de maneira depreciativa ao continente africano.

Por outro lado, outro aspecto que merece atenção é o fato de os moradores elucidarem a ausência de prestação de contas por parte de algumas

Organizações não Governamentais, que por vezes divulgam as fotos, fazem campanhas e não dão retorno do que arrecadaram com as ações. Conforme os relatos da M6 e M2:

*Dá muita revolta [...] Eu já passei por um problema desse. Um chinês eu acho veio, xxxxx era pequenininho e a xxxxx também era bebê, veio pediu foto, pediu várias coisas no meu nome nas redes sociais, nunca chegou até a mim e até agora eu não recebi nada, falou que ia me ajudar e cadê? Até hoje ele deve estar usando a minha imagem, aí gravou fez um monte de coisas falou que ia me ajudar e cadê? Por isso que eu tô falando.... Daí tem gente que só vem para tirar foto mesmo, mas a gente também precisa de tirar foto, porque se não tirar foto aquela pessoa não ajuda, entendeu? Aí fica uma coisa muito difícil. (Entrevista M2 realizada em 09/12/2020).*

*O que atrai as ONG's para cá é a pobreza e eles ganham dinheiro as nossas custas. É porque eles chegam aqui e veem que a gente está precisando de uma cesta básica, a gente está precisando de uma água de uma roupa, aí eles aproveitam das fotos que eles tiram, pedem dinheiro nas redes sociais e a gente não vê o retorno – (Entrevista M6 realizada em 09/12/2020).*

Esses fatos, colaboram para que moradores, acreditem que algumas Organizações, tirem proveitos das imagens feitas no território, e arrecadem fundos para uso pessoal. No entanto, poucas são as organizações que fazem a prestação de contas em suas redes sociais, detalham os valores arrecadados, encerram as campanhas feitas na internet quando se chega ao valor solicitado, seja para a construção de uma casa, seja para a reforma do espaço em que atuam ou para outro tipo de auxílio ao morador.

Consideramos relevante evidenciar as falas abaixo, pois embora não se revele como uma constante na relação das ONGs se constitui como uma relação abusiva e exploradora diante da precariedade das famílias:

*Tipo assim a gente estava correndo atrás para conseguir uma doação de água. Ai quem arrumou a água, falou que quem ia dar água pediu: Ah fulana pediu pra vocês fazerem um vídeo que as crianças numa possa de lama com o copo de água na mão. Aquilo acabou com o meu mundo e a pessoa que conseguiu a água, achou que a gente estava errada, que a gente estava de egoísmo. A pessoa desistiu de doar porque não enviamos o vídeo. Aí você para e pensa, um litro de água está 40,00 pra eu sujeitar o meu filho a isso. Vou te dizer se falam: “Ó a gente precisa de fotos vídeos de mães” é uma coisa. É um esculacho, uma humilhação é, mas é um adulto, agora criança, mexeu muito com o nosso psicológico. Daí são coisas pequenas que me faz ser afastada das coisas. (Entrevista M1 realizada em 09/12/2020).*

Nesse sentido, a imagem do morador também pode ser usada, indevidamente, como moeda de troca, onde a organização entrega a doação e como retorno, deseja a foto para a postagem nas redes sociais. A M4 relata uma outra situação vivenciada com a liderança de uma ONG fixa, no qual o

fundador, se aproveitou de uma situação de necessidade, para zombar da moradora:

*Teve uma vez que eu estava grávida do xxxxx, fulana grávida da xxxx, sicrana grávida da xxxxxx. A gente com o maior barrigão sentada ali, ele chegou e falou; vai lá na praça na ONG, tem muita roupa de bebê, tem cesta básica lá, e olha que nós estávamos precisando mesmo de berço de roupinha de bebê, nós estava no começo mas não tinha quase nada né? Aí nós fomos lá. Aí quando a gente chegou lá, ele no meio do povo dele, disse vem aqui: Aí eu disse: xxxxx nós veio buscar as coisas que o senhor disse que tinha, pra nós dividir. Aí ele disse: vem cá vocês trouxeram alguma coisa pra mim pra que eu possa doar algo pra vocês? Ah pra que? Eu xinguei ele de tudo que é nome, minha mãe tava junto e disse cala a boca!!! (Entrevista M4 realizada em 09/12/2020).*

Na situação da M4, não houve pedido de fotos, mas sim de exposição a um tratamento vexatório. Os casos da M1 e M4, têm em comum a, não subordinação dos moradores aos mandos e desmandos dessas ONG's.

Porém, identificamos que os moradores dos locais de maior vulnerabilidade, embora façam críticas ao conteúdo das fotos que são divulgadas pelas ONG's, em vários momentos, permitem ser fotografados, em troca de benefícios para sobrevivência, o que não deixa de ser uma estratégia de resistência na garantia da vida.

De acordo com o relato do LC1, mesmo que haja a exploração do território através da imagem, de alguma forma, há uma tentativa do morador em “tirar proveito” como estratégia de sobrevivência após o fechamento do lixão. Ele compara a relação dos moradores com as Organizações Governamentais a um relacionamento conjugal abusivo em que:

*A mulher não pode sair desse relacionamento porque ela já tem 7 filhos com aquele homem e já viveu 30 anos, com nenhuma expectativa de vida. E como que ela vai viver? Ela não sabe viver fora dali. Daí muitas pessoas às vezes falam: “ Ah ela apanha porque não tem vergonha na cara! “Não é isso! Ela criou sua prisão sem muros. Muito difícil, mas fácil falar! Entendeu? Eu sei o que acontece [...] (Entrevista LC1- realizada em 20/11/2020).*

O mesmo entrevistado aprofunda a questão na fala abaixo:

*Eu não sei se a palavra seria essa, mas eu acho que existe uma situação aonde eu também tiro “vantagem da minha pobreza”, eu não sei se a palavra correta seria essa.... Mas é... Eu sei que ele está me explorando, mas eu me deixo explorar porque eu necessito.... Sabe? Eu sei que tem artistas que vão a JG só para ganhar likes entendeu? Que fazem e acontecem com a pessoas. Tem gente boa também no meio artístico, mas tem uma pá de gente que quer ser mais celebridade, então vai lá, doa uma cesta básica, tira foto, posta no seu instagram e vida que segue... Mas aí o outro (morador) que sabe também que está sendo explorado, mas já que eu sou pobre pelo menos que essa pobreza me dê alguma vantagem. Sabe? (Entrevista LC1 realizada em 20/11/2020).*

Pudemos perceber a mesma lógica na fala da Representante da ONGF2 ao falar sobre a possibilidade de os moradores enfrentarem a condição em que estão:

*E essa cultura de assistencialismo que existe em Jardim Gramacho preocupa muito, porque aquelas pessoas não vão sair daquilo nunca. E uma coisa que a gente percebe também e isso a xxxxxx fala muito e é verdadeiro, eles têm até medo de perder aquela condição, porque se eles perderem essa condição eles não receberão mais ajuda. Sabe eles não serão mais a comunidade tão miserável do jeito que é. (Entrevista ONGF2 realizada em 25/11/2020).*

As falas dos moradores M4 e M3 respaldam o posicionamento do LC1 e da ONGF2:

*Você vê uma foto do seu filho sendo postada, sendo que teu filho não ganha benefício não ganha nada com isso. Se pelo menos ganhasse um estudo, ou pelo menos uma aula pra eles estudarem ou se não, tendo um trabalho uma oficina para as mães trabalharem estava bom né. Tem o pessoal da xxxxxx. Eles são uma ONG, mas é uma ONG que não é aqui de dentro é lá pra fora. Daí eles vem no final do mês, eles vão vir no domingo agora. A minha filha tem as meninas que ajudam ela. Ela posta foto da minha filha porque toda vez que ela vem, ela traz a cesta dela, traz outras coisinhas, tá precisando de um remédio, ficou doente, roupinha, as coisinhas. O aniversário da minha filha de 1 ano até os 4 anos dela, a menina que fez tudo. E tipo assim, eu acho assim, que ela ali, ela posta as fotos dos meus filhos, mas o que ela pode fazer por mim e pelos meus filhos ela está fazendo. (Entrevista M4 realizada em 09/12/2020).*

*A minha preocupação como mãe, não nem o filho dos outros é a minha filha! Eu levanto de manhã, eu dou banho, eu escovo os dentes e eu penteio o cabelo pode tirar quantas fotos quiser, mas pelo menos tá limpa. Minha preocupação é como ser humano. Eu não ligo, aqui na minha mãe tem o pessoal do xxxx que vem final de semana e faz atividade no quintal. “Xxxxx vou tirar foto”. Pode tirar! Não tem problema não, só deixa eu pentear o cabelo e dar um banho na minha filha! Depois você pode tirar a foto que você quiser aqui nesse quintal. E aí não fica uma coisa bonitinha? Você olhar lá no facebook, mas quando você abre vê a criança limpinha, sentadinha, arrumada. (Entrevista M3 realizada em 09/12/2020).*

Acreditamos que podemos encontrar na relação dos moradores com as ONG's, características da resistência cotidiana defendida por James Scott (1990 apud Menezes, 2002). Identificamos que os residentes, utilizam as ações realizadas pelas ONG's, sobretudo as doações, como forma de resistência, havendo pouca ou nenhuma articulação entre os moradores envolvidos. Através dos relatos das entrevistas, tivemos acesso ao que o autor denomina como transcrição pública, ou seja, as atitudes que são tomadas diante das ONG's, desde que não haja abusos, segundo a concepção dos próprios moradores.

Também tivemos acesso a transcrição oculta, que consiste no discurso crítico que acontece “fora do palco”, longe dos olhares das ONG's e tem relação com a avaliação que os moradores realizam sobre o trabalho das Organizações não Governamentais.

Cabe ressaltar, que só tivemos acesso ao discurso “fora do palco”, porque estabelecemos um vínculo prévio com os moradores que nos possibilitaram ter acesso as divergências e antagonismos dos sujeitos envolvidos.

Registramos alguns momentos, em que pudemos observar ambos os discursos expressos pelos moradores, conforme demonstra o exemplo da M4:

*Por isso que as vezes quando tá dando doação ou alguma coisa aí, eu boto meus filhos pra dentro e vou lá e pego a doação. Eu prefiro que a minha cara apareça, mas dos meus filhos não. Só aqui no Xxxxxxx que eu nem ligo, vai lá tira foto, brinca, estuda, igual ontem ela foi pra lá ficou o dia todo lá estudou e veio embora. Agora essas ongs aí ó... Nenhuma delas entra mais na minha casa. (Entrevista M5 realizada em 09/12/2020).*

A título de ilustrar nossa análise através de um exemplo, enfocamos que uma a semana depois de termos realizado a entrevista com a M4, verificamos um vídeo na hashtag #Jardim Gramacho que foi divulgado por uma ONG volante. E nesse vídeo, além de ter sido gravado na varanda da casa da M4, tinha o objetivo de divulgar o seu agradecimento, pela doação de água que havia acabado de receber. Segundo Scott (1990), na transcrição pública, há a necessidade da teatralização das relações como forma de resistência cotidiana para se obter o que necessita e ao mesmo tempo, em diversos momentos, a M4 deixa fluir naturalmente a transcrição oculta, como forma de demonstrar as suas experiências na relação com as ONG's.

Diferentemente do que é argumentado por alguns sujeitos de Jardim Gramacho, tais como: ONG's, líderes comunitários, instituições evangélicas, e até mesmo por alguns moradores, que culpabilizam o morador pelas nuances da resistência cotidiana, foi possível perceber através de nossas análises que a ausência de possibilidades, não lhes permitem outras escolhas, portanto ficam atrelados, ao que existe, ou seja, as ações das ONG's.

Se tivessem sido efetivadas as ações de suporte aos moradores como forma de compensação socioambiental e recuperação urbanísticas previstas através das ações públicas após o fechamento do lixão, provavelmente não haveria a necessidade dos moradores de Jardim Gramacho se reinventarem a cada dia na busca da sobrevivência, e verdadeiramente poderiam ter a oportunidade de escolher outras formas de seguirem adiante. Fator demonstrado na fala do LC1:

*Uma coisa que eu posso te garantir eu acho que ninguém queria estar naquela situação. E eu acho que é nisso que a gente tem que focar. Sabe? Eu não quero criticar o morador. A minha crítica maior é com as ONGS que fazem isso. Meu olhar para o morador é de que ele sabe ele não quer estar nessa situação, mas a necessidade o faz estar nesta situação. Logo a minha pergunta e o meu objetivo é: Como não necessitar? O nosso trabalho, o de todas as ONGS, itinerantes ou fixas*

*só terá êxito o dia que a gente não precisar mais estar lá. O dia que não for mais necessário.* (LC1- Entrevista realizada em 20/11/2020).

A título de dar um fechamento as nossas análises nesse item, evidenciamos que mesmos os moradores dos locais mais vulneráveis em Jardim Gramacho, acabam tendo mesmo que de forma limitada, acesso as redes sociais, ponto que permite com que eles fiquem sabendo do uso indevido de suas imagens, bem como também as utilizam para entrarem no mundo virtual, como qualquer pessoa e como vivenciamos um período no qual temos o hábito de publicar o nosso cotidiano nas redes sociais. O uso dessas ferramentas têm se tornado cada vez mais comum, onde as crianças têm acesso cada vez mais cedo, e, os idosos, a cada dia, estão mais atentos e envolvidos à tecnologia das redes, ponto positivo por um lado, mas que se mau utilizado reforça estigma, viraliza situações indesejadas, podendo servir para o bem ou para o mal em determinadas realidades.

## 5 Considerações Finais

Através deste trabalho, foi possível identificar que o território de Jardim Gramacho sofreu mudanças significativas após o fechamento do lixão, ocorrido em 2012. Ao contrário do que foi proposto pelo poder público, com o encerramento das atividades do lixão, não houve a execução de políticas públicas que buscassem a revitalização do sub-bairro, já que se percebe a piora das condições de vida dos moradores, sobretudo dos que residem nos bolsões de miséria do local.

As ações realizadas pelas Organizações Não Governamentais, contribuem para diminuir os efeitos da ausência de políticas públicas, porém não dão conta de resolver todas as manifestações da questão social existentes. Houve um aumento expressivo da presença de ONG's após o ano de 2012, e acreditamos que tal fato se deve ao encerramento das atividades de catação de resíduos sólidos, por conta do encerramento do lixão, aliado a agudização de inúmeros problemas decorrentes do abandono do poder público tanto local como do Rio de Janeiro, responsável pelas operações no lixão.

Embora haja um esforço por parte de algumas dessas organizações, sobretudo as que possuem instalações físicas no território, em contribuir para mitigação das inúmeras demandas advindas da realidade de pobreza da população residente, identificamos que na maior parte das vezes, ela age sozinhas, sem articulação com o poder público, movimentos sociais, dentre outras representações da sociedade civil, fator que dificulta a construção coletiva na busca da emancipação social, política e econômica da população que lá reside.

Contudo, entendemos a importância dos trabalhos realizados, considerando o quadro de vulnerabilidades existentes, até porque algumas ações buscam resgatar a autoestima da população, inserir jovens em ações socioeducativas, esportivas, dentre outras, na busca de inclusão socioproductiva, e acreditamos que seja porque conhecem a história e entendem a complexidade das demandas locais, mas tal prática não representa a totalidade das ações que são lá desenvolvidas.

Por outro lado, quando questionamos o papel e o nível de intervenção de algumas, principalmente, as que executam atividades pontuais, é devido a não identificarem a multiplicidade de fatores que compõe o território, e que, portanto,

a prestação de serviço assistencialista, prejudica o desenvolvimento e a reestruturação das ações, uma vez que não contribui para que transformações reais e estruturais ocorram, pois ratifica a permanência de boa parte da população na condição de miserabilidade e de conformismo nas práticas promovidas pela informalidade urbana presente no território.

Grande parte das organizações que atuam em Jardim Gramacho, não possuem características pautadas nos princípios ideológicos das ONG's que surgiram na década de 80, ou seja, Organizações que possuíam pautas fundamentadas na luta por direitos, através da garantia de políticas públicas de forma coletiva e atrelada aos movimentos sociais.

Ao invés disso, temos no território a atuação predominante das Organizações não Governamentais que por possuírem autonomia em suas ações, afastam-se da luta coletiva e passam a realizá-las de forma desarticulada e individual, sem a interferência do poder público ou dos movimentos sociais. Grande parte das ONG's encontram na doação de bens de primeira necessidade, a principal maneira de fomento para a realização de suas atividades. Percebemos que grande parte das Organizações são atraídas ao território, devido ao quadro de vulnerabilidade, sobretudo da região que fica no entorno do desativado lixão, local preferencial para a entrega das doações e localização fixa das ONG's que não são itinerantes.

A gestão do município de Duque de Caxias, demonstra quase nenhum comprometimento com os munícipes, que enfrentam problemas diários como a falta de saneamento básico, escassez de políticas de habitação, alto índice de desemprego, serviços de saúde e educação sucateados, dentre outros fatores. Por isso, não conseguimos vislumbrar uma outra forma de pleitear direitos a população de Jardim Gramacho, que não seja através da luta coletiva, onde possa haver a integração dos sujeitos envolvidos, na luta por políticas públicas.

As ONG's, o Fórum Comunitário, os agentes e representantes do Estado, Órgãos Públicos da esfera estadual e federal, e é claro aos moradores, que além de serem orientados, necessitam urgentemente que as políticas públicas de educação, saúde, habitação, meio ambiente, transporte, assistência social, dentre outras sejam efetivamente desenvolvidas na busca da transformação de suas realidades.

Entendemos quando Betinho fala que “quem tem fome, tem pressa”, visto que grande parte das ONG's entendem essa necessidade e as cumpre, porém, também tem pressa, os mesmos moradores que não têm os seus filhos matriculados nas escolas por ausência de vagas, que não possuem saneamento

básico e acesso precário aos postos de saúde, que necessitam de transporte público que seja de qualidade, que estão praticamente sem lazer, enfim, “os moradores não querem só comida”, “a diversão e a arte” precisam ser entendidas igualmente como necessidades e como direitos garantidos na Constituição Federal de 1988.

Identificamos em Jardim Gramacho a presença das características da informalidade urbana que naturaliza os bolsões de miséria nos cenários das cidades periféricas, reforçando alguns destes espaços como vitrines da pobreza.

Diante da situação caótica, percebemos que os moradores encontraram na resistência cotidiana, formas de sobreviverem através das parcas políticas públicas e das doações e demais atividades realizadas pelas ONG's. Descobriram uma forma de se relacionar com elas, onde mesmo cientes que em diversos momentos terão a sua imagem explorada e divulgada nas redes sociais, se permitem fotografar em troca de cestas básicas e bens de primeira necessidade.

Quando os moradores suspeitam que esta relação ultrapassou alguns limites e valores delimitados por eles, cortam o vínculo estabelecido, sobretudo se forem maltratados.

Identificamos que o trabalho voluntário em Jardim Gramacho possui várias facetas e que grande parte dos que doam generosamente o seu tempo, não possuem más intenções, porém não compreendem a complexidade no qual o território está inserido. Também, há casos de sujeitos que atuam em ONG's que não são bem-intencionadas e não consideram que o indivíduo que receberá a “benesse”, possui uma identidade, um corpo que carrega quase sempre as expressões do racismo estrutural, sentimentos, frustrações e angústias inerentes a condição imposta pelo racismo.

Neste caso, o “like” nas redes sociais, se torna mais importante do que considerar a vulnerabilidade de quem compõem a imagem a ser divulgada, não importando se a foto será tirada em local ou momento apropriado, tão pouco o desespero do sujeito devido à ausência do básico. Algumas imagens são quase que surrupiadas para que a divulgação da “benfeitoria”, possa ser garantida.

Portanto, compreendemos que as ações coletivas realizadas por Organizações Não Governamentais que possuem seriedade em suas atividades, o poder público e os demais sujeitos envolvidos e comprometidos com a situação do sub-bairro, são pontos de partida para dar início a resolução das questões apresentadas. Foram 34 anos de funcionamento do lixão, logo se faz necessário pensar e executar medidas que possam gradativamente modificar as estruturas sociais, trabalhar estigmas, a autoestima, a naturalização do analfabetismo, da

morte antes dos 50 anos de vida, já que a expectativa de vida em Jardim Gramacho é baixa, devido a vida aguerida, dentre outras questões.

As ONG's ainda podem contribuir na realização de parcerias com órgãos públicos, na contratação de profissionais que possam fazer uma leitura multidisciplinar sobre o território, na criação de novos movimentos sociais e perseverar nas parcerias com os movimentos já existentes no sub-bairro e no município de Duque de Caxias, no contato com outras ONG's que possuam experiências bem-sucedidas de intervenção em locais vulneráveis, além de atrair investimentos que contribuam para ações que sejam realizadas a médio e a longo prazo.

## 6

### Referências Bibliográficas

ABONG. **Sustentabilidade das ONGs no Brasil**: acesso a recursos privados. ABONG: Rio de Janeiro, 2010.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo Estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVAREZ, S. Os movimentos sociais, a sociedade civil e o terceiro setor na América Latina: reflexões teóricas e perspectivas. In: DAGNINO, E.; ALVAREZ, S. (Orgs.). **Caderno da Primeira Versão**. IFCH/Unicamp: Campinas, 2001.

BASTOS, V. P. **Profissão**: Catador: Um estudo do processo de construção da identidade. Editora Letra Capital: Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. Construindo identidades: catador — herói ou sobrevivente da perversa forma de catação. **Confluências**. v.4, n.1, p.22-26, out. 2005.

BASTOS, V. P.; FIGUEIREDO, F. Os Desafios de efetivar a Política de Resíduos Sólidos brasileira: o caso do lixão de Jardim Gramacho. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 5, n. 10, p. 53-69, 2º sem. 2018.

BOTÃO, M. R.; BASTOS, V. P. Os desafios enfrentados pelos catadores de materiais recicláveis no Brasil diante da precarização do trabalho. **Revista LIDER**, Chile, n. 34, p. 63-83, jun. 2019.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**: Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. MDH/SNDCA/CONANDA, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2002.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1974.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19)**. MS/DATASUS, Brasília, 2021.

CÁRCAMO, M. I. **Configuração territorial e problemas de saúde e ambiente em uma periferia metropolitana: o caso do bairro Jardim Gramacho – Duque de Caxias**. Rio de Janeiro, 2013. 115p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

CASTRO, R. S. N. **ONGs e transformação social: o caso da Redes de Desenvolvimento da Maré**. Rio de Janeiro, 2012. 114p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. Brasiliense: São Paulo, 1996. p. 103-118.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Paz e Terra: São Paulo, 2002. p. 279-302.

FIGUEIREDO, F. F.; SILVEIRA, R. M. C. A Participação de Catadores na Gestão dos Resíduos Sólidos de Natal/RN entre os anos de 2003 e 2014. 40º REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (p. 1-25), ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 2016. **Anais...** Caxambu (MG), 2016. Disponível em: <[http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st34-3/1049\\_6-a-participacao-decatadores-na-gestao-dos-residuos-solidos-de-natalrn-entre-os-anos-de-2003-e-2014/file](http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st34-3/1049_6-a-participacao-decatadores-na-gestao-dos-residuos-solidos-de-natalrn-entre-os-anos-de-2003-e-2014/file)>.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. Paris: Editora Gallimard, 1975.

FUENTES, C. **Jardim Gramacho: reportagem denuncia descaso com moradores**. Humanidades (UFRRJ), Rio de Janeiro [s.d.]. <<http://blogs.ufrj.br/bloghumanidade/jardim-gramacho-reportagem-denuncia-descaso-com-moradores/>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

G1. **Prefeito se desculpa por descaso com moradores de Gramacho, no RJ**. Rio de Janeiro, 01 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/prefeito-se-desculpa-por-descaso-com-moradores-de-gramacho-no-rj.html>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2004.

GOHN, M. G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONG's e terceiro setor. **Mediações**, Londrina, v. 5, n.1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

\_\_\_\_\_. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/145/pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Teorias dos Movimentos Sociais**: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Diagnóstico Social de Jardim Gramacho**, 2005. Rio de Janeiro, 2005. 45p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama**: Duque de Caxias. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama>>.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Dados do saneamento básico de 2020**. Disponível em: <[www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking\\_2020/Tabela\\_100\\_cidades\\_Ranking\\_Saneamento\\_4.pdf](http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking_2020/Tabela_100_cidades_Ranking_Saneamento_4.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2021.

JACQUOT, S.; SIERRA, A.; TADIE, J. Informalité politique, pouvoirs et enversdes espaces urbains. **L’Espace Politique**. n. 29, 2016.

JANCZURA. R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos e Contextos**, v. 1, n. 2, p. 301-308, 2012.

LANDIM, L. “Experiência militante”: histórias das assim chamadas ONGs. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Ações em sociedade**: militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1998, p. 23-88.

MANEIRO. M.; BAUTES, N.; GONÇALVES, R. A Informalidade Urbana em Questão. **O Social em Questão**, a. XXI, n. 42, p. 9-26, set./dez. 2018.

MENEZES, M. A. O Cotidiano Camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 32-44, jan./jun. 2002.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**. Pesquisa Qualitativa em Saúde. Hucitec: São Paulo, 2006.

MORICE, A. Les maîtres de l’informel. In: LAUTIER, B.; MIRAS, C.; MORICE, A. **L’État et l’informel**. Paris: Harmattan, 1991, p. 143-208.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 373-418.

PINTO, C. R. As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores. **DADOS**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 651-670, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/dados/v49n3/a08v49n3.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2021.

PINTO, L. **Diagnóstico da atividade de catação**. Duque de Caxias: IBASE, 2004.

PROENÇA, T.; PROENÇA, J. F. FERREIRA, M. As motivações no trabalho voluntário. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), v. 7, n. 3, p. 43-53, julho, 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3885/388539113005.pdf>>. Acesso em: 06 maio. 2021.

RELATÓRIO SOCIAL AÇÕES COVID-19 (2020/2021). Jardim Gramacho, Duque de Caxias (RJ), 2021.

RIBEIRO, L. C.; JUNIOR, O. A. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. **Eure**, Santiago de Chile, v. 29, n. 88, p. 79-95, dec. 2003.

ROY, A. **Cidades faveladas**: repensando o urbanismo subalterno. Tradução de Mariana de Moura Cruz e João B. M. Tonucci Filho. Rio de Janeiro: E-metropolis, 2017. 16p.

SAMAJA J. Desafíos a la epidemiología (passos para uma epidemiologia “Miltoniana”). **Rev. Bras. de Epidemiologia**, Buenos Aires, v. 6, n. 2, p. 105-120, 2003,

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **Território e Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

TELLES, V. Direitos sociais: afinal do que se trata? **Revista USP**: Dossiê Direitos Humanos no Limiar do Século XXI, São Paulo, n. 37, P. 34-45, mar./abr./maio, 1998.

TETO – ORGANIZAÇÃO LATINO AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO. **Relatório de enquetes Jardim Gramacho** - 2013. Rio de Janeiro, 2013.

TONI, A. A trajetória da cooperação internacional no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, a. 3, n. 30, p. 10-11, jan. 2010.

## **7**

### **Apêndices**

#### **7.1.**

##### **Roteiro para entrevista com os Líderes Comunitários**

1- Quando iniciou a sua relação com o sub-bairro de Jardim Gramacho e o desenvolvimento da sua atividade? Por quê? O que você pensa sobre as atividades realizadas pelas ONG'S em Jardim Gramacho?

2- Para você o trabalho das ONG'S é capaz de contribuir para a modificação estrutural do sub-bairro?

3- Como você acha que os moradores de Jardim Gramacho classificam as ações realizadas pelas ONGS?

a) Assistencialismo ( ) Por quê?

b)- Representação midiática ( ) Por quê?c) Uso indevido da imagem da pobreza

( ) Por quê?

**7.2.****Roteiro para entrevista com os Representantes do Aparelho do Estado**

1 - Você acha que a instituição que você trabalha dá conta das demandas presentes no território?

2 - Com seu conhecimento a respeito do território de Jardim Gramacho acredita que os serviços oferecidos pelo poder público atendem satisfatoriamente os moradores em que áreas?

- a) ( ) Assistência Social Por quê?
- b) ( ) Educação
- c) ( ) Transporte
- d) ( ) Outros

3 - Atualmente Jardim Gramacho conta com a atuação de ONG's realizando trabalho de várias naturezas no território. Como o poder público classifica as ações realizadas por estas organizações? Satisfatórias ( ) Insatisfatórias ( ) Por quê?

4- O poder público identifica a possibilidade da celebração de parcerias com as ONG's para realização de trabalhos em Jardim Gramacho? ( ) Sim ( ) não Por quê?

**7.3.****Roteiro para entrevista com os Representantes das ONG's**

1- Na sua opinião o trabalho que desenvolve em JG é gerador de transformação das demandas da população?

2 - Com seu conhecimento como classificaria as reais demandas da população de Jardim Gramacho?

3- Com seu conhecimento a respeito do território de Jardim Gramacho, você acredita que os serviços oferecidos atendem satisfatoriamente os moradores?

Caso sim em que áreas?

- a) ( ) Assistência Social Por quê?
- b) ( ) Educação
- c) ( ) Transporte
- d) ( ) Outros

**7.4.****Roteiro para Entrevista com os Moradores de Jardim Gramacho**

## 1-Identificação

Gênero, raça, idade, ocupação atual (Se for na reciclagem, perguntar qual a cooperativa ou o local de trabalho), renda familiar, composição familiar, BF(CRAS)  
Se trabalhou no AMJG ou nas cooperativas

## 2- Realidade local

Quantos anos reside em JG?

Antes de residir em J Gramacho você morava em Duque de Caxias ou em outro município?

Se foi fora de DC, o que te levou a mudar de município e escolher JG?

Trabalho na reciclagem ( )

Facilidade de morar próximo à Rodovia ( )

Aluguel mais barato ( )

Outros ( )

3 - Indique abaixo os fatores que representam a presença de ONGs no sub-bairro Jardim Gramacho:

( ) local que abrigou o lixão por mais de 30 anos

( ) ausência de serviços públicos essenciais

( ) bolsão de miséria com grande concentração de pessoas carentes

4 - Em quais outras frentes de trabalho as ONGS poderiam ajudar além das atividades que já desenvolvem em Jardim Gramacho?

Acesso ao Saneamento Básico ( ) Sim ( ) Não Por quê?

Educação Sim ( ) Não ( ) Por quê?

Saúde Sim ( ) Não ( ) Por quê?

Transporte Sim ( ) Não ( ) Por quê?

Urbanização Sim ( ) Não ( ) Por quê?

Trabalho e Renda Sim ( ) Não ( ) Por quê?

Qualificação Profissional Sim ( ) Não ( ) Por quê?

5- Como é a relação que você e seus vizinhos estabelecem com as ONGS

Parceria ( ) Por quê?

Conflituosa ( ) Por quê?

Dependente ( ) Por quê?

Mobilizadora ( ) Por quê?

6 - Você se sente à vontade com as fotos que são tiradas das ruas, casas e moradores da região? E com a divulgação deste material nas redes sociais?

## **7.5. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

O presente termo em atendimento à Resolução CNS 196/96, destina-se a esclarecer ao participante da pesquisa intitulada “O legado do encerramento do lixão de Jardim Gramacho: análise a partir do trabalho das ONG’s e suas consequências no território”. A pesquisa se dará sob a responsabilidade da pesquisadora Luana Martins Santos, aluna do curso de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, ressaltando os seguintes aspectos:

**Objetivo:** Analisar os impactos das ações realizadas através do trabalho desenvolvido pelas Organizações não Governamentais no território de Jardim Gramacho após o encerramento do lixão, identificando as implicações sociais, culturais, políticas e econômicas na vida da população residente no território.

**Metodologia:** realizar-se-á pesquisa de campo através de roteiro e de questionário, com o objetivo de apreender as percepções dos entrevistados sobre o papel das Organizações não Governamentais no território de Jardim Gramacho, analisando os resultados da entrevista.

**Justificativa e Relevância:** faz-se necessária a pesquisa sobre o papel das ONG’S em Jardim Gramacho, porque permitirá ao público acadêmico e aos demais interessados na temática, ter acesso às informações atualizadas a partir dessa pesquisa, que não encontramos anteriormente. Assim sendo, para a academia será de grande contribuição, tendo em vista que permitirá que outros pesquisadores possam partir dos dados desse estudo, para aprofundar ou propor novas metodologias de análise a partir dos estudos sobre as ONG’S, o que muito contribuirá para uma análise crítica e construtiva sobre esta temática. Ainda que não tenhamos diretamente essa pretensão, esse estudo também poderá apontar possíveis soluções para as questões levantadas no território estudado.

**Confidencialidade do estudo:** o estudo dar-se-á no sub-bairro de Jardim Gramacho junto aos moradores, representantes das ONG’S, representantes dos aparelhos públicos do sub-bairro e líderes comunitários do território, onde os dados serão compilados pela pesquisadora. Os resultados e as identidades dos voluntários participantes serão preservados. Os entrevistados, quando citados no estudo, serão nomeados por iniciais de seus nomes.

Garantia de esclarecimento: os voluntários participantes terão todas e quaisquer formas de esclarecimento e informações sobre a pesquisa, dúvidas, bem como da metodologia da pesquisa adotada a todo e qualquer momento.

Participação Voluntária: A participação dos sujeitos da pesquisa no projeto é voluntária e livre de qualquer forma de remuneração e que ele pode retirar seu consentimento em participar da pesquisa a qualquer momento.

Consentimento para participação: eu estou de acordo com a participação no estudo descrito acima. Eu fui devidamente esclarecido quanto os objetivos da pesquisa e aos procedimentos. Os pesquisadores me garantiram disponibilizar qualquer esclarecimento adicional a que eu venha solicitar durante o curso da pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que a minha desistência implique em qualquer prejuízo à minha pessoa, sendo garantido anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação, bem como de que a minha participação neste estudo não me trará nenhum benefício econômico.

Eu,

---

Aceito livremente participar do estudo intitulado intitulada “O legado do encerramento do lixão de Jardim Gramacho: análise a partir do trabalho das ONG’s e suas consequências no território” desenvolvido pela pesquisadora Luana Martins Santos.

Mestranda: Luana Martins Santos

Orientadora: Professora Doutora Valéria Pereira Bastos

Contato do Departamento de Serviço Social da PUC - Rio: (21) 3527-1290